



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANTONIO JOSÉ MENEZES DE CASTRO NEVES

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA:
um estudo exploratório sobre o retorno das atividades nas instituições públicas de ensino
superior**

Salvador
2023

ANTONIO JOSÉ MENEZES DE CASTRO NEVES

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA:
um estudo exploratório sobre o retorno das atividades nas instituições públicas de ensino
superior**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: profa. Dra. Nídia maria Lienert Lubisco
Coorientador: prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes

Salvador
2023

Dados internacionais de catalogação na publicação.

N518b Neves, Antonio José Menezes de Castro.

A biblioteca universitária brasileira no contexto da pandemia: um estudo exploratório do retorno das atividades nas instituições públicas de ensino superior. / Antonio José Menezes de Castro Neves. – Salvador, 2023. 121 f.: il.

Orientadora: Nídia Maria Lienert Lubisco

Coorientador: Vinícios Souza de Menezes

Dissertação (Mestrado) – PPGCI/UFBA

1. Biblioteca Universitária. 2. Pandemia – Covid-19. 3. Protocolos de Biossegurança. 4. Retorno ao Trabalho Presencial. I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. II. Lubisco, Nídia Maria Lienert. III. Menezes, Vinícios Souza. IV. Título.

CDU 027.7(043)

ANTONIO JOSÉ MENEZES DE CASTRO NEVES

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA:
um estudo exploratório sobre o retorno das atividades nas instituições públicas de ensino superior.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da
Informação.

Salvador, 11 de julho de 2023.

Banca examinadora:



Prof.^a Dra. **Nídia Maria Lienert Lubisco** (Orientadora) - UFBA

gob
Documento assinado digitalmente
VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES
Data: 15/07/2023 10:47:13 -0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Prof. Dr. **Vinícios Souza de Menezes** (Coorientador) – UFS

gob
Documento assinado digitalmente
JUSSARA BORGES DE LIMA
Data: 15/08/2023 19:47:24 -0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Prof.^a Dra. **Jussara Borges de Lima** - UFRGS

gob
Documento assinado digitalmente
KÁTIA DE OLIVEIRA RODRIGUES
Data: 14/08/2023 16:19:11 -0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Prof.^a Dra. **Kátia de Oliveira Rodrigues** - UFBA

DEDICATÓRIA

A **Viviane**, amada esposa, pelo ombro amigo, palavras de confiança, ânimo e apoio na jornada rumo aos meus sonhos. À minha avó, **Stella** (*In memoriam*), por nunca duvidar de meu potencial. Às minhas filhas, **Morgana** e **Melissa**, pela alegria de viver e pelo amor incondicional. Aos meus queridos orientadores **Nídia** e **Vinícios**, por me conduzirem pacientemente pelo caminho do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a tantas pessoas que passaram pelo meu caminho ao longo desta pesquisa. Se até aqui cheguei, foi graças ao incentivo e à colaboração delas.

Especialmente, agradeço de todo coração a minha orientadora Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco e ao meu coorientador Dr. Vinícios Souza de Menezes, sempre pacientes e sábios, sem os quais esse trabalho não seria possível.

Aos docentes que acompanharam minha graduação em Biblioteconomia e Documentação no ICI/UFBA, em especial a Nídia Marie Lienert Lubisco, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, Aínda Varela e Varela, Marilene Lobo Abreu Barbosa, Vanda Angélica da Cunha, Raymundo Machado, Edilberto Costa Santiago.

Aos docentes que acompanharam meu mestrado em Ciência da Informação, em especial a Nídia Marie Lienert Lubisco, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, Kátia de Oliveira Rodrigues, José Carlos Sales dos Santos, Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Raquel do Rosário Santos.

Aos funcionários do ICI e PPGCI/UFBA, em especial a Marilene Luzia Souza e Ariston Mascarenhas, que me acompanharam desde a graduação.

Agradeço ao Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região (Bahia/Sergipe), instituição a qual tenho orgulho em fazer parte, como Coordenador da Comissão de Licitação da 19ª gestão.

Agradeço ao apoio material da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, pela concessão da bolsa de estudos nos dois anos do mestrado.

Ao Blues que me deu paz de espírito durante a pesquisa e o processo de escrita, especialmente aos mestres Howlin' Wolf, Robert Johnson, Saunders King, Blind Blake e Muddy Waters.

Enfim, a todos que de alguma forma, contribuíram para que eu alcançasse os objetivos que tracei desde o início deste Mestrado.

OBRIGADO!

As bibliotecas universitárias (BU), conceitualmente, por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico.

Nídia Maria Lienert Lubisco (2014)

NEVES, Antonio José Menezes de Castro. **A biblioteca universitária brasileira no contexto da pandemia**: um estudo exploratório sobre o retorno das atividades nas instituições públicas de ensino superior. 2023. Orientador: Nídia Maria Lienert Lubisco. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RESUMO

No período de 2019 a 2021, o mundo foi intensamente afetado pela pandemia da Covid-19. Como consequência, a paralisação temporária de setores considerados não essenciais afetou as bibliotecas. Com o avanço da vacinação, observaram-se as tratativas para a retomada das atividades presenciais em muitas universidades federais brasileiras. Assim, neste contexto pandêmico, estabeleceu-se a seguinte questão de partida: Como as bibliotecas universitárias orientaram suas decisões para o retorno presencial seguro de suas atividades? Buscou-se responder à referida questão, mediante o seguinte objetivo geral: Situar como as bibliotecas universitárias foram representadas nos protocolos de biosseguranças das universidades federais públicas brasileiras para o retorno seguro de suas atividades presenciais. Para sua realização, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: i. Mapear no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior as universidades federais públicas, mantenedoras das bibliotecas universitárias; ii. Identificar, dentre as universidades federais públicas, quais delas contam com protocolos de biossegurança que incluam conteúdos referentes ao retorno das bibliotecas universitárias; iii. Caracterizar os protocolos de biossegurança adotados pelas bibliotecas de universidades federais para o retorno de atividades no contexto da pandemia; iv. Averiguar de que modo as bibliotecas universitárias estão incluídas nos protocolos de biossegurança e qual a participação no processo de construção do documento. Quanto ao percurso metodológico, trata-se de pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa; considerando os objetivos, trata-se um estudo exploratório, baseado em pesquisa documental, desenvolvida mediante consulta aos documentos envolvidos no processo de retomada das atividades presenciais das bibliotecas universitárias analisadas: os protocolos de biossegurança; como técnica e procedimento, elaborou-se e aplicou-se questionário à população constituída dos bibliotecários de 68 universidades públicas federais. A análise dos dados revelou que das 68 universidades estudadas, 23 dedicaram capítulos ou seções às suas bibliotecas em seus protocolos de biossegurança; 19 delas não mencionaram suas bibliotecas em seus protocolos; e, por fim, em 24 delas a palavra biblioteca é apenas mencionada como mais uma área comum da universidade, sem, contudo, levar em consideração as suas particularidades e necessidades; 21,7% dos diretores das Bibliotecas Centrais desconhecem a existência do protocolo de biossegurança criado pelo MEC e a mesma porcentagem criou protocolos próprios para suas bibliotecas. A finalização deste estudo aponta para a necessidade de uma melhor comunicação entre o MEC e as universidades federais, bem como entre elas e as bibliotecas.

Palavras-chave: biblioteca universitária; pandemia – covid-19; protocolos de biossegurança; trabalho presencial.

NEVES, Antonio José Menezes de Castro. **The Brazilian university library in the context of the pandemic**: an exploratory study on the return of activities in public institutions of higher education. 2023. Advisor: Nídia Maria Lienert Lubisco. 121 f. Dissertation (Master in Information Science) – Postgraduate Program in Information Science, Federal University of Bahia, Salvador.

ABSTRACT

In the period from 2019 to 2021, the world was intensely affected by the Covid-19 pandemic. As a consequence, the temporary stoppage of sectors considered non-essential affected libraries. With the advancement of vaccination, negotiations were observed for the resumption of face-to-face activities in many Brazilian federal universities. Thus, in this pandemic context, the following starting question was established: How did university libraries guide their decisions towards the safe return of their activities in person? An attempt was made to answer that question, through the following general objective: To situate how university libraries were represented in the biosafety protocols of Brazilian federal public universities for the safe return of their face-to-face activities. For its realization, the following specific objectives were listed: i. Map in the National Register of Courses and Institutions of Higher Education the public federal universities, which maintain university libraries; ii. Identify, among public federal universities, which ones have biosafety protocols that include content related to the return of university libraries; iii. Characterize the biosecurity protocols adopted by federal university libraries for the return of activities in the context of the pandemic; iv. Find out how university libraries are included in biosafety protocols and what is their participation in the document construction process. As for the methodological path, it is a research of an applied nature, with a quali-quantitative approach; considering the objectives, this is an exploratory study, based on documentary research, developed by consulting the documents involved in the process of resuming face-to-face activities of the analyzed university libraries: the biosafety protocols; as a technique and procedure, a questionnaire was developed and applied to the population consisting of librarians from 68 federal public universities. Data analysis revealed that of the 68 universities studied, 23 dedicated chapters or sections to their libraries in their biosafety protocols; 19 of them did not mention their libraries in their protocols; and, finally, in 24 of them the word library is only mentioned as another common area of the university, without, however, taking into account its particularities and needs; 21.7% of Central Libraries directors are unaware of the existence of the biosafety protocol created by the MEC and the same percentage created their own protocols for their libraries. The completion of this study points to the need for better communication between MEC and federal universities, as well as between them and libraries.

Keywords: university library; pandemic – covid-19; biosafety protocols; face-to-face work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Atividades e serviços desenvolvidos em uma BU.	57
Quadro 2 -	Universidades federais públicas brasileiras por região.	63
Quadro 3 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Norte do Brasil.	64
Quadro 4 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.	65
Quadro 5 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Centro-Oeste do Brasil.	66
Quadro 6 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Sudeste do Brasil.	66
Quadro 7 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Sul do Brasil.	67
Quadro 8 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que dedicaram conteúdo às suas BU.	70
Quadro 9 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que não dedicaram conteúdo às suas BU.	71
Quadro 10 -	Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que apenas mencionam as Bibliotecas como área comum.	72
Quadro 11 -	Protocolos de Biossegurança / Universidades Federais / Bibliotecas Universitárias.	73
Quadro 12 -	Quantitativo do ano de criação dos Protocolos de Biossegurança das universidades federais.	74
Quadro 13 -	Tipologia documental dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais.	76
Quadro 14 -	Tipologias utilizadas na Região Norte.	77
Quadro 15 -	Tipologias utilizadas na Região Nordeste.	77
Quadro 16 -	Tipologias utilizadas na Região Sudeste.	77
Quadro 17 -	Tipologias utilizadas na Região Centro-oeste.	77
Quadro 18 -	Tipologias utilizadas na Região Sul.	78
Quadro 19 -	Similaridade nas respostas obtidas nas questões 1 e 3.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Estudantes que acessaram a internet em 2019 (%), por grandes regiões.	25
Gráfico 2 -	Mortes por Covid-19 ao redor do Mundo.	28
Gráfico 3 -	Contagem de Universidades por Conteúdo dedicado à BU.	74
Gráfico 4 -	Percentual do ano de criação dos Protocolos de Biossegurança das universidades federais.	75
Gráfico 5 -	Nomenclaturas dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais.	78
Gráfico 6 -	Diretores(as) dos SIBI que sabiam do Protocolo de Biossegurança modelo do MEC.	80
Gráfico 7 -	Atuações das BU durante o período de isolamento social.	81
Gráfico 8 -	Protocolos de biossegurança seguido pelas BU durante a pandemia de Covid-19	82
Gráfico 9 -	Participação das BU nos GT para criação dos protocolos de biossegurança das IES.	83
Gráfico 10 -	Nível de satisfação com a representação das BU nos protocolos de biossegurança das IES.	83

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Duração total do fechamento das escolas.

27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBU	Associação Brasileira das Bibliotecas Universitárias
AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BU	Biblioteca Universitária
CBS	Comissão de Biossegurança em Saúde
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos
CE	Ceará
CNBU	Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias
CoV	Coronavírus
COVID-19	Doença viral causada pelo coronavírus
CRAI	Centro de Recursos para Aprendizagem e Investigação
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DDES	Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde
DF	Distrito Federal
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
ES	Espírito Santo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GO	Goiás
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais

MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NIH	National Institute of Health
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SARA	Síndrome da Angústia Respiratória Aguda
SARS-CoV-2	Coronavírus-19
SC	Santa Catarina
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SE	Sergipe
SIBI	Sistema Universitário de Bibliotecas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SP	São Paulo
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TO	Tocantins
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste De Pernambuco

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFJF	Universidade Federal de Juiz De Fora
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha E Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul E Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WHO	World Health Organization
VOCs	Variantes de Preocupação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PANDEMIA DE COVID-19	23
2.1	Contexto e caracterização da Covid-19	23
2.2	Sintomas da Covid-19	28
2.3	Biossegurança: alguns esclarecimentos	30
2.4	Protocolos de biossegurança e as universidades brasileiras	31
2.5	Características desejáveis para um protocolo de biossegurança para bibliotecas universitárias	35
3	AS BIBLIOTECAS E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	39
3.1	Panorama histórico	39
3.2	Contexto brasileiro	49
3.3	Conceitos e funções da biblioteca universitária	54
3.4	Infraestrutura de produtos e serviços	55
4	PERCURSO METODOLÓGICO	61
4.1	Contexto e definição do percurso	61
4.2	População e amostragem	63
4.3	Instrumentos e coleta dos dados	67
5	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	70
5.1	Atores não humanos (Protocolos de Biossegurança)	70
5.1.1	Tipologia documental dos protocolos de biossegurança das 68 universidades federais	76
5.2	Análise e discussão dos dados	79
6	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	97
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	98
	APÊNDICE C – PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS NOS PROTOCOLOS DE BIOSSEGURANÇA DAS BU ESTUDADAS	99

1 INTRODUÇÃO

A doença respiratória causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) foi enquadrada em janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ‘Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional’ e, a partir de março do mesmo ano, o vírus começou a se espalhar rapidamente pelo mundo. Devido à globalização, a ameaça viral não pôde ser contida e, em pouco tempo, a epidemia de Covid-19 foi elevada ao *status* de pandemia, causando grande letalidade em países que demoraram a adotar medidas sanitárias restritivas.

A pandemia de Covid-19 modificou a estrutura socioeconômica mundial em dimensões até então jamais vistas na humanidade. Em março de 2020, devido à alta taxa de transmissão, à letalidade e à inexistência de vacinas e de tratamentos médicos efetivos, a OMS recomendou a adoção de medidas de contenção comunitária, a ser efetivada de duas formas: i. a supressão, também chamada de isolamento horizontal; ii. e a mitigação, também conhecida por isolamento vertical.

A supressão objetivava reduzir o número de reprodução média de casos secundários gerados por um infectado, sendo que o grande desafio era manter as medidas de distanciamento por tanto tempo quanto o vírus estivesse em circulação. Já a mitigação, recomendava o isolamento apenas das pessoas com um alto risco de desenvolver a forma mais agravada da doença, não sendo realmente eficaz, pois mesmo com a restrição da circulação dos grupos de risco, ainda assim estes podiam ter contato no ambiente domiciliar com indivíduos que saíam de casa e, portanto, estavam mais expostos ao vírus.

Diversos foram os impactos do isolamento social, dentre eles podemos citar: i. o impacto social, representado pelo isolamento que modificou drasticamente as rotinas, os hábitos e os costumes das pessoas; ii. o impacto psicológico, referente aos longos períodos de isolamento, capazes de estarem associados a casos de ansiedade e depressão; iii. o impacto econômico, quando o isolamento causou uma queda acentuada na economia, sendo os setores do varejo, indústria, educação, turismo e hospitalar os mais afetados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da Covid-19 impactou mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países, o que representa cerca de 91% do total de estudantes no planeta. E com o fechamento das escolas e universidades suas bibliotecas também foram afetadas. No Brasil, com o fechamento das universidades, grande parte das bibliotecas universitárias suspenderam seus serviços presenciais por tempo indeterminado, outras passaram a adotar o teletrabalho como alternativa para oferecer seus serviços de forma remota.

Diante dessa situação, surgem os protocolos de biossegurança, criados em diversos âmbitos, com o intuito de apresentar normas, diretrizes e orientações para o funcionamento e desenvolvimento das atividades presenciais. Esses documentos estabelecem condições de segurança e comportamento a serem adotados em condições de ameaça à saúde humana e ao meio ambiente, considerando abordagens específicas para diversos setores, no caso presente, das Universidades, levando em consideração o público circulante e a natureza distinta das atividades desenvolvidas em cada setor das instituições.

Ante o exposto, tanto conceitual quanto circunstancialmente, a presente pesquisa tem como objetivo situar como as bibliotecas universitárias das instituições federais públicas brasileiras estão representadas nos protocolos de biossegurança para o retorno das atividades presenciais, no contexto da pandemia de Covid-19, considerando se e como elas participam do processo de elaboração desses protocolos, visando à sua aplicação. Com o intuito de atingir tal objetivo, este estudo adotou os seguintes objetivos específicos: 1. Mapear no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) as universidades federais públicas, mantenedoras das bibliotecas universitárias; 2. Identificar, dentre as universidades federais públicas, quais delas contam com protocolos de biossegurança que incluam conteúdos referentes ao retorno das BU; 3. Caracterizar os protocolos de biossegurança adotados pelas bibliotecas de universidades federais para o retorno de atividades no contexto da pandemia; 4. Averiguar de que modo as bibliotecas universitárias estão incluídas nos protocolos de biossegurança e qual a participação no processo de construção do documento.

A presente pesquisa justifica-se a partir de três pontos de vista:

1. Institucional, por contemplar a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e a gestão de sistemas de informação, em específico, do retorno das atividades das bibliotecas universitárias no contexto da pandemia.
2. Pragmático, por considerar que a reabertura das bibliotecas universitárias, frente ao quadro pandêmico, configura-se um novo desafio teórico e prático, pois inclui mudanças nas práticas dos seus produtos e serviços, na infraestrutura das instalações, nos equipamentos de proteção, nos métodos de higienização e até nas variações das práticas biblioteconômicas.
3. Lacuna epistemológica, no que tange à escassez de literatura sobre o impacto da pandemia nas atividades presenciais das BU. O estudo dos efeitos da pandemia na prática bibliotecária, em especial nas BU, se apresenta como elemento justificador

para aprofundamento do tema, proporcionando com isso uma maior familiaridade com o problema supracitado.

A pergunta de pesquisa, que caracteriza o problema que orientou nosso trabalho foi: Diante do contexto pandêmico, como as BU deveriam orientar as suas decisões para o retorno presencial seguro de suas atividades?

O presente estudo encontra-se estruturado em sete seções, sendo este - introdutório - seguido da revisão de literatura que compreende as seções 2 e 3. A seção 2 trata da pandemia de Covid-19, contextualizando e caracterizando a doença e seus impactos para a humanidade ao redor do mundo, esclarecendo também sobre a importância da biossegurança como o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação dos riscos de contaminação e propagação do vírus; por fim, destacamos a importância dos protocolos de biossegurança para as universidades e suas bibliotecas, documentos que consolidam orientações normativas coletivas e individuais para que docentes, discentes e colaboradores retornem às suas atividades presenciais com segurança.

Na seção 3, fizemos uma trajetória da biblioteca, seu papel e influência nas diferentes sociedades humanas, analisamos sua evolução desde a Antiguidade, a partir do Egito e da Mesopotâmia. Passando pela Idade Média, com suas bibliotecas monacais, particulares e universitárias, contextualizando o ambiente cultural que caracterizou o período medieval. Chegando ao Renascimento, destaca-se o surgimento das primeiras universidades, quando a biblioteca passa a incorporar funções não só de depositária e guardiã, mas de disseminadora do saber registrado e acumulado.

Ainda na seção 3 fizemos um breve resgate histórico sobre as bibliotecas no contexto brasileiro, desde a segunda metade do século XVI, quando da instalação do Governo-Geral em Salvador, na Bahia, passando pelo processo educacional desenvolvido pelos jesuítas no Brasil, que durou cerca de 210 anos, indo à profunda reforma educacional inspirada nos ideais iluministas no século XVIII, em seguida, no século XIX, com o surgimento das escolas de nível superior, e, por fim, o surgimento das primeiras universidades oficiais brasileiras no início do século XX. A revisão de literatura é finalizada com a explanação dos conceitos e funções das bibliotecas universitárias, bem como a sua infraestrutura de produtos e serviços, tão impactados pela pandemia de Covid-19.

Após a revisão de literatura, desenvolvida nas seções 2 e 3, segue a seção 4 sobre o percurso metodológico, onde indicamos que a pesquisa, de caráter exploratório, com natureza aplicada e abordagem quali-quantitativa, almeja investigar os documentos envolvidos no

processo de retomada das atividades presenciais das bibliotecas universitárias analisadas. Os instrumentos de coleta de dados são a pesquisa documental, que visa proporcionar uma maior familiaridade com os protocolos de biossegurança adotados pelas BU para o retorno seguro de suas atividades presenciais e o questionário, para avaliar a participação dos bibliotecários na confecção dos protocolos de biossegurança de suas universidades.

A seção 5 é dedicada a apresentação dos resultados coletados e a análise dos dados. Esta seção é dividida em duas subseções, a 5.1, dedicada aos atores não humanos (protocolos de biossegurança), onde listamos todos os protocolos de biossegurança, ou documentos similares, criados pelas universidades federais brasileiras. Em cinco quadros, são apresentados, por região, os protocolos de biossegurança das 68 universidades federais brasileiras. A seguir criamos 3 categorias de análise: i. protocolos de biossegurança das universidades federais que dedicaram conteúdo às suas BU; ii. protocolos de biossegurança das universidades federais que não dedicaram conteúdo às suas BU; iii. protocolos de biossegurança das universidades federais que apenas mencionam as bibliotecas como área comum. Discorreremos também sobre todas as tipologias e nomenclaturas adotadas pelas IES federais ao nomear os seus documentos de biossegurança. Finalizamos com a seção 5.2, dedicada aos atores humanos (diretores dos SIBI) onde analisamos os dados obtidos com o questionário aplicado aos diretores das Bibliotecas SIBI estudadas.

Por fim, na seção 6, apresentamos as considerações finais e a conclusão da pesquisa.

*Nada é menos espetacular que um flagelo e, pela
sua própria duração, as grandes desgraças são
monótonas.*

Albert Camus (1947)

2 PANDEMIA DE COVID-19

Neste capítulo caracterizamos a Covid-19, bem como explanaremos sobre o contexto pandêmico e suas consequências ao redor do mundo. Em seguida, faremos alguns esclarecimentos sobre biossegurança, sua importância, seus conceitos e aplicações. Por fim, abordaremos os protocolos de biossegurança e suas aplicações nas universidades federais brasileiras com o intuito de assegurar o retorno seguro das atividades acadêmicas presenciais.

2.1 Contexto e caracterização da Covid-19

Durante o ano de 2019¹, ao redor do mundo foram diagnosticados casos de infecção por um novo tipo de Coronavírus (CoV), identificado em amostras de indivíduos afetados por uma pneumonia de origem desconhecida que evoluía para graves infecções respiratórias, levando muitas pessoas a óbito. O vírus recebeu o nome provisório de novo Coronavírus (2019-nCoV), sendo nomeado posteriormente de SARS-CoV-2, pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus. A doença associada a este vírus foi chamada de Doença de Coronavírus 2019 (COVID-19).

Os coronavírus integram uma extensa família de vírus que, quando observados em análises microscópicas, apresentam-se com o aspecto de uma coroa, podendo causar doenças em humanos e em animais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020). São organismos microscópicos com reprodução no interior da célula hospedeira e capazes de sofrer mutações podendo provocar um resfriado comum ou até mesmo manifestações com maior gravidade, como no caso da SARS e a MERS. Já foram identificados diversos subtipos de coronavírus, por exemplo, HCoV-229E, HCoV-OC63, HCoV-NL63 e HCoV-HKU1. São conhecidos também o SARS-COV, que causa síndrome respiratória aguda grave, e o MERS-COV, responsável pela síndrome respiratória do Oriente Médio (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, foram identificados os primeiros casos de um contágio em massa. O SARS-CoV-2 se espalhou

¹ Estudo realizado pela Universidade de Milão e publicado na revista *Emerging Infectious Diseases*, ligada ao Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), apontou que o coronavírus já circulava na Itália desde novembro de 2019, 3 meses antes do primeiro caso de COVID-19 relatado na Itália que teria sido em 21 de fevereiro de 2020. O primeiro paciente identificado com a covid-19 foi um garoto de 4 anos, que havia sido erroneamente diagnosticado com sarampo. Além disso, as autoridades encontraram traços de coronavírus em amostras de águas residuais não tratadas em Milão, Turim e Bolonha, em dezembro de 2019. (AMENDOLA *et al.*, 2021)

rapidamente por todo o planeta, forçando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar o surto como uma pandemia, em março de 2020, recomendando assim ações para prevenção de contágio, incluindo a adoção de medidas de isolamento e distanciamento social, provocando a suspensão de atividades acadêmicas e econômicas.

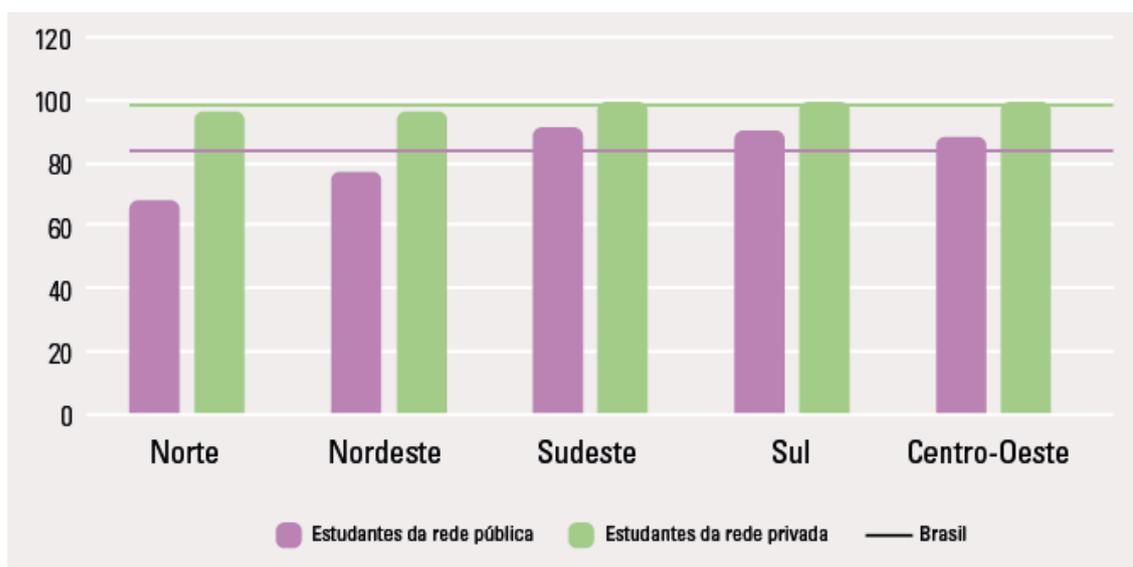
No contexto do Brasil e do mundo, as atividades de todos os setores das sociedades sofreram restrições e suspensão de funcionamento, excetuando-se os de apoio direto e indireto à saúde e a necessidades essenciais dos cidadãos. Isso impactou no funcionamento de diversos setores da educação, incluindo as instituições de ensino superior, que tiveram a maioria de suas atividades presenciais suspensas.

Os sistemas de ensino foram intensamente afetados em todo o mundo, impactando com maior força as populações mais vulneráveis, exacerbando uma crise educacional pré-existente. Muitos estudantes foram excluídos da aprendizagem remota devido à falta de conectividade, um dos fatores que evidencia a desigualdade social.

De acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de acordo com o IBGE (2019),

O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores.

No período avaliado (último trimestre de 2019), 98,4% dos estudantes de escolas particulares tinham acesso à internet. Já no ensino público, eram 83,7%. Essa diferença é ainda mais marcante ao comparar as grandes regiões do país: no Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizou a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente, já nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3%, conforme a Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estudantes que acessaram a internet em 2019 (%), por grandes regiões.

Fonte: IBGE (2019).

Em 2019, o uso do celular para acessar à internet avançou ainda mais entre os estudantes, chegando a 97,4%. A pesquisa mostra, contudo, que somente 64,8% dos alunos de escolas públicas tinham o aparelho para uso pessoal e nem todos eles tinham acesso à rede. No ensino privado, 92,6% dos estudantes tinham um telefone móvel.

Para além do acesso às TIC necessário às aulas remotas emergenciais, é importante discutir o aspecto cognitivo envolvido na aquisição do conhecimento, provocando duas inquietações: - Será que os estudantes conseguiram se apropriar dos conteúdos? - Será que conseguiram construir sentido sem a mediação do professor e sem a interação com os colegas? Para esclarecimento acerca desse tópico, torna-se necessário trazer a diferença entre os termos informar e comunicar, de acordo com Mucchielli (1998 apud BORGES, 2022, p. 59): comunicar é mais exigente, porque demanda, minimamente, a construção de relações entre os interlocutores; ademais, enquanto a informação exige a produção e o sentido a partir de dados, a comunicação exige a produção de relações a partir da informação.

A própria estrutura das aulas remotas emergenciais não favorecia a ampla relação entre os interlocutores, mas sim a transmissão de informação entre o polo emissor e o polo receptor, configurando-se em prejuízo aos alunos no processo de apropriação do conhecimento. Segundo Borges (2022, p. 60),

A compreensão de comunicação [...] segue o viés social, ou seja, não se restringe à transmissão de informação entre um polo emissor e um polo

receptor, mas à interação entre os sujeitos sociais, onde a relação é tão importante quanto a informação (conteúdo) que circula entre eles.

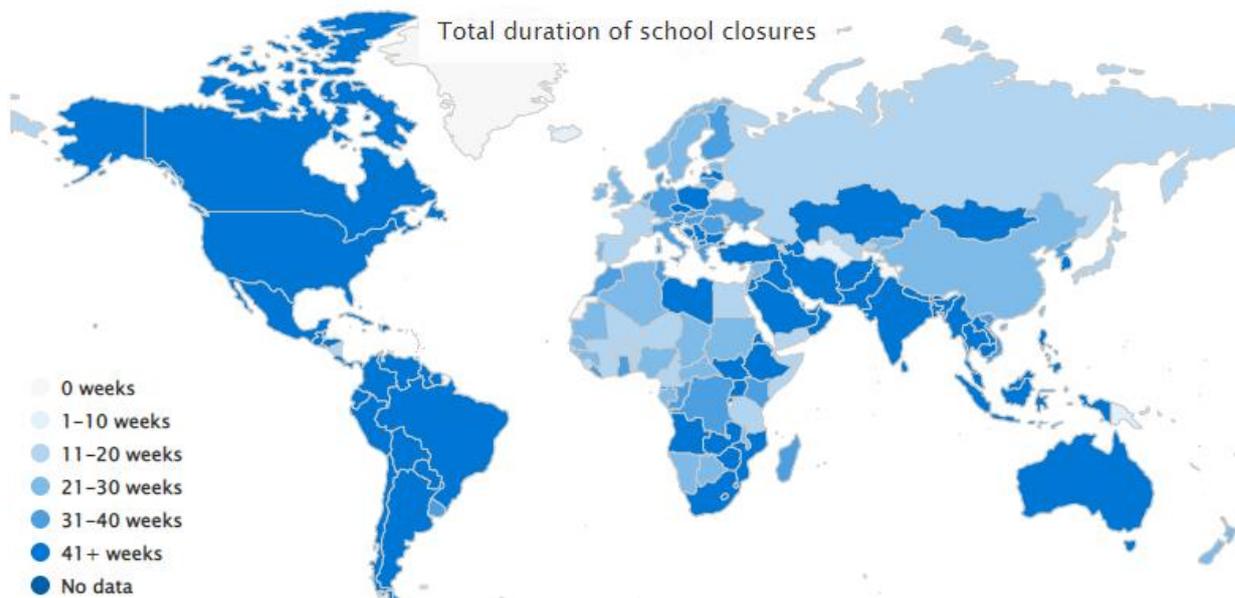
Também, de acordo com Wolton (2006, p. 175), comunicar não é apenas produzir e distribuir informação, é também ser sensível às condições nas quais o receptor a recebe, aceita, recusa, remodela em função das suas escolhas filosóficas, políticas, culturais.

Além disso, o impedimento de acesso presencial às bibliotecas também gerou impactos nos alunos, uma vez que essas unidades de informação atuavam como dispositivo cultural que pode auxiliar cognitivamente na compreensão, apropriação e aprendizado de conteúdos, mediante a interação social e com os materiais informacionais presentes na instituição.

Esse cenário da desigualdade social e suas brechas digitais também afetaram as atividades remotas das bibliotecas. Em decorrência dos efeitos do isolamento social, elas foram significativamente impactadas, ocorrendo a suspensão das atividades presenciais. Assim, grande parte das bibliotecas das universidades brasileiras suspenderam os serviços presenciais por tempo indeterminado e passaram a adotar o teletrabalho, os *webinars*, os livros eletrônicos e as redes sociais como alternativas para atender às necessidades de seus usuários. Conforme observado por Tanus e Sánchez-Tarragó (2020), “[...] o teletrabalho foi adotado por muitas destas instituições como alternativa para manter alguns serviços e atividades”.

Hoje, apesar das Variantes de Preocupação (VOCs)² e subvariantes, já contando com proteção vacinal, as instituições de ensino estão abertas na maioria dos países, apoiando o retorno presencial mediante os protocolos de biossegurança. Na Figura 1, pode-se ver um mapa, fornecido pela UNESCO, com a duração total do fechamento das instituições de ensino ao redor do mundo. No Brasil, o fechamento durou 78 semanas.

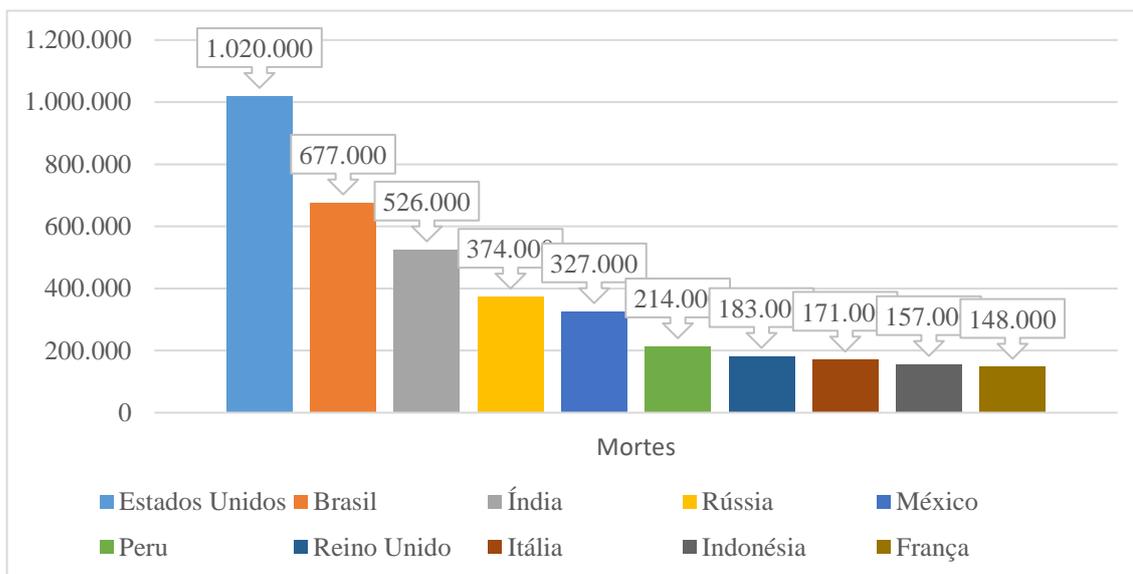
² As variantes de preocupação identificadas no mundo, segundo classificação da OMS, são mutações do SARS-CoV-2 que se perpetuam no processo evolutivo e, em regra, tornam o novo coronavírus mais transmissível. Hoje, 23 de agosto 2022, as Variantes de Preocupação são em cinco: 1. Alpha, descoberta no Reino Unido, principal causadora da segunda onda na Europa; 2. Beta, descoberta na África do Sul; 3. Gamma, descoberta no Brasil, é a responsável pela segunda onda no país, afetando intensamente a região Norte; 4. Delta, descoberta na Índia, responsável por 95% dos casos de Covid-19 no Brasil; Ômicron, registrada na África do Sul, tem oito vezes mais mutações que as outras cepas, e tem a tendência de causar reinfeção.

Figura 1 – Duração total do fechamento das escolas.

Fonte: UNESCO (2021).

Com a iminente retomada das atividades presenciais ao redor do mundo, a OMS alertou para que esse retorno se desse de forma responsável de modo a evitar novas ondas de contaminação. Neste contexto, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, que instituiu o Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas instituições federais de ensino, orientando-as a criar protocolos para amparar o funcionamento e o desenvolvimento das atividades presenciais (BRASIL, 2020).

Com a chegada das diversas vacinas contra a Covid-19, o mundo foi tomado por um sentimento de alívio e esperança. No Brasil, um dos países mais afetados pela pandemia, a vacinação avança de forma lenta; os dados de contágio e morte, contabilizados desde 17 de janeiro de 2021, revelaram um quadro de descaso oficial da situação, colocando o país entre os mais atingidos e, ao mesmo tempo, dos menos proativos em relação à proteção da população, apesar dos depoimentos e alertas constantes de cientistas especialistas como Miguel Nicolelis, Dráuzio Varela, Natalia Pasternak, Atila Iamarino e Margareth Dalcolmo, só para citar alguns dos mais proeminentes no cenário nacional. Essa desconsideração da gravidade pandêmica deixou o Brasil em segundo lugar no *ranking* dos dez países mais afetados pela pandemia da Covid-19 ao redor do mundo, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Mortes por Covid-19 ao redor do Mundo.

Fonte: *Our World In Data* (2022).

Por este motivo, a OMS e as autoridades regionais de saúde recomendam que as medidas de proteção devam continuar, inclusive por parte das pessoas que já receberam as duas ou mesmo três doses da vacina e o reforço (4ª dose), pois sabe-se que esse público pode continuar transmitindo o vírus. As orientações são para que a população continue fazendo uso de máscaras, mantenha os cuidados de higiene e evite aglomerações, medidas imprescindíveis para evitar novas contaminações.

Neste contexto, conforme a citada Portaria do MEC, o protocolo de biossegurança institucional é um documento essencial para o retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino e em suas bibliotecas. Neles, as diretrizes referentes às bibliotecas universitárias deverão ser pautadas e, através delas, o corpo bibliotecário estabelecerá medidas, no que se refere à infraestrutura e ao suporte de biossegurança na instituição, bem como manterá a prestação de serviços, conciliando ações de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19.

2.2 Sintomas da Covid-19

O período de incubação do coronavírus pode variar entre 5 e 6 dias, contudo as manifestações dos sinais clínicos podem surgir entre o 1º e o 14º dia após a exposição ao vírus. Os sintomas podem variar muito, desde sinais leves e assintomáticos até uma apresentação mais grave, como a pneumonia ou a Síndrome da Angústia Respiratória Aguda (SARA).

Entretanto, outros sintomas são mais específicos da Covid-19, como a perda de olfato e paladar (presentes em 1/3 dos infectados), podendo aparecer isoladamente ou em conjunto. De acordo com o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), os sintomas mais observados na Covid-19 são:

- i. Febre (temperatura > 37,8°) ou calafrios;
- ii. Dor de garganta;
- iii. Dor de cabeça;
- iv. Coriza;
- v. Tosse;
- vi. Fadiga;
- vii. Perda ou diminuição de paladar ou de olfato;
- viii. Dor muscular;
- ix. Náusea ou vômito;
- x. Falta de ar ou dificuldade de respirar;
- xi. Congestão nasal;
- xii. Diarreia.

Alguns sintomas podem indicar que a doença está assumindo a sua forma mais grave, o que exige o atendimento médico imediato, como:

- i. Persistência e aumento da febre e/ou da tosse;
- ii. Aumento da frequência respiratória;
- iii. Falta de ar;
- iv. Dor no peito ao respirar;
- v. Confusão mental;
- vi. Presença de cor azulada na face e/ou nos lábios ou palpitações.

Qualquer pessoa acometida pela Covid-19 pode apresentar sintomas leves ou graves, contudo, pacientes que apresentem condições prévias ou comorbidades, tais como diabetes, doença pulmonar e/ou cardíaca, hipertensão, asma e obesidades, podem ter maiores riscos de complicações clínicas.

2.3 Biossegurança: alguns esclarecimentos

Biossegurança é o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços. Estes riscos podem comprometer a saúde dos seres humanos, animais, do meio ambiente ou a qualidade do trabalho (TEIXEIRA; VALLE, 1996). Relaciona-se também à prevenção de acidentes em ambientes ocupacionais, incluindo o conjunto de medidas técnicas, administrativas, educacionais, médicas e psicológicas (COSTA, 1996), além de envolver a análise dos riscos a que os profissionais de saúde estão constantemente expostos em suas atividades e nos ambientes de trabalho. Considera-se como risco biológico a probabilidade da ocorrência de um evento adverso em virtude da presença de um agente biológico.

A avaliação de risco incorpora ações que objetivam o reconhecimento ou a identificação dos agentes biológicos e da probabilidade dos danos provenientes destes. Tal análise será orientada por vários critérios que dizem respeito não só ao agente biológico manipulado, mas também ao tipo de ensaio realizado, ao próprio trabalhador e, quando pertinente, à espécie animal utilizada no ensaio. De igual forma, a análise deve contemplar as várias dimensões que envolvem a questão, sejam elas relativas aos procedimentos adotados (boas práticas: tipo padrão e as especiais), à infraestrutura dos laboratórios (desenho, instalações físicas e equipamentos de proteção) ou informacionais (qualificação das equipes). (BRASIL, 2006a, p. 11).

O conceito de biossegurança começou a ser mais fortemente construído no início da década de 1970, após o surgimento da engenharia genética. Foi na conferência de Asilomar, na Califórnia em 1974 que se tratou de questões acerca dos riscos das técnicas de engenharia genética e sobre a segurança dos espaços laboratoriais (ALBUQUERQUE, 2001; BORÉM, 2001). Do ponto de vista prático, foi a partir da Conferência de Asilomar que se originaram as normas de biossegurança do *National Institute of Health* (NIH), dos EUA. A partir de então, a maioria dos países centrais³ viu-se diante da necessidade de estabelecer legislações e regulamentações para as atividades que envolvessem a engenharia genética (ALMEIDA; VALLE, 1999).

Na década de 1980 a OMS conceituou a biossegurança como o conjunto de práticas de prevenção para o trabalho em laboratório com agentes patogênicos, e, classificou os riscos como: 1. Biológicos; 2. Químicos; 3. Físicos; 4. Radioativos; e 5. Ergonômicos. Na década de

³ Países Centrais são os países que comandam a economia mundial. Dispõem de PIB/IDH altos e seus principais representantes são Estados Unidos da América, Alemanha e Japão.

1990, houve a inclusão de temas como ética em pesquisa, meio ambiente, animais e processos envolvendo tecnologia de DNA recombinante em programas de biossegurança (COSTA; COSTA, 2002).

No Brasil, a biossegurança se estruturou, como área específica, nas décadas de 1970 e 1980, devido ao grande número de relatos de infecções ocorridas em laboratórios, além de uma maior preocupação em relação às consequências que a manipulação experimental de animais, plantas e micro-organismos poderia trazer ao homem e ao meio ambiente (SHATZMAYR, 2001).

Durante a década de 1980, os guias de biossegurança para operação em laboratórios clínicos, onde agentes infecciosos são manipulados, aumentou dramaticamente. Esses guias e regulações afetam todos os aspectos das operações de laboratório, como o descarte do lixo contaminado e a prevenção contra a exposição dos manipuladores aos patógenos. A prevenção contra infecções em laboratórios em unidades de saúde deve ser feita de modo a garantir que os riscos ocupacionais e as consequências de uma infecção sejam compreendidos por todos os envolvidos (SEWELL, 1995).

Em fevereiro de 2002 foi criada a Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS) no âmbito do Ministério da Saúde, com o objetivo de definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações de biossegurança, procurando sempre o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde e as instituições que lidam com o tema (BRASIL, 2006b). Para educar e promover a consciência em biossegurança, membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) visitam instituições públicas e privadas, uma ou duas vezes ao ano, onde apresentam seminários e discutem com a equipe técnica das instituições, artigos atuais em biossegurança, problemas relacionados à aplicação de guias e outros assuntos relevantes (FONTES, 2003).

Portanto, para que as ações de biossegurança sejam efetivas é necessário que os envolvidos em atividades de risco estejam devidamente informados acerca das diretrizes atuais recomendadas, bem como estejam aptos a colocá-las em prática de maneira correta. Contudo, é preciso ressaltar que o fato de haver normas de biossegurança não implica o afastamento total dos riscos.

2.4 Protocolos de biossegurança e as universidades brasileiras

Devido ao considerável risco à saúde pública que a Covid-19 representa, a OMS e os governos mundiais empenharam-se em coordenar respostas de prevenção, mitigação e combate

à doença. O comportamento e a capacidade de transmissão do vírus exigiram uma grande reestruturação dos órgãos públicos e privados.

No Brasil, no campo da Educação, foi instituído o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino, por meio da Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, do Ministério da Educação. Este documento consolida orientações coletivas e individuais para que estudantes, servidores e colaboradores possam retomar suas atividades presenciais com segurança, respeito à vida e às comunidades.

Este documento configurou-se como um instrumento de apoio à tomada de decisão visando orientar os gestores das Instituições de Ensino no retorno gradual das atividades com a manutenção de um ambiente seguro e saudável para docentes, discentes e servidores. O documento apresenta orientações para o funcionamento e desenvolvimento de atividades presenciais nas Instituições, além de ações de prevenção, minimização ou eliminação de riscos nas atividades administrativas e acadêmicas da Instituição.

Recomendou que as Instituições de Ensino constituíssem uma comissão local para definição e adoção de protocolos próprios, alinhados com o regramento do estado e município, com análise dos dados epidemiológicos da doença e orientações das autoridades sanitárias competentes. Recomendou ainda que a comissão local tivesse representação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, familiares e convidados da comunidade externa.

O Protocolo do MEC foi elaborado no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde (DDES) da Secretaria de Educação Superior (SESU), por uma equipe multidisciplinar composta por médicos, biólogos, sanitaristas e biomédicos. Em setembro de 2022, o protocolo do MEC encontrava-se na versão 3, datada de 4 de maio de 2021. O referido documento lista recomendações para a minimização dos riscos inerentes às atividades acadêmicas, segundo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

O documento indica que o afrouxamento das medidas de distanciamento e os ajustes das medidas sociais e de saúde pública deverão ocorrer de modo controlado, sendo monitorados seus efeitos e impactos na comunidade acadêmica e em toda a sociedade. O retorno gradual às atividades de ensino passou pela adoção do modo híbrido - funcionamento das atividades com uma parcela dos estudantes agrupada por modo TIC/Remoto e outra parcela dos estudantes agrupada por modo presencial. Cabe à comissão local de cada instituição avaliar as possibilidades de retorno gradual, considerando as condições de biossegurança e os indicadores da doença em cada localidade.

[...] O fechamento temporário das universidades e institutos e a substituição das aulas presenciais por atividades de ensino realizadas por modo remoto mediadas por Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estiveram respaldados em medidas globalmente adotadas. E, ainda que representem ações rígidas para reduzir a transmissão, detêm valor legitimado pela ciência para atender ao objetivo de prevenir, conter e mitigar a propagação do coronavírus. (BRASIL, 2021, p. 5)

As recomendações gerais propostas no Protocolo do MEC, baseadas em informações disponibilizadas por órgãos reguladores, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), são categorizadas em medidas coletivas e medidas individuais.

O Ministério da Educação assinala as seguintes medidas coletivas (BRASIL, 2021, p. 13),

1. Organizar as equipes para trabalharem de forma escalonada, com medida de distanciamento social;
2. Oportunizar que os horários de entrada e saída sejam adequados para permitir o escalonamento dos alunos, professores e colaboradores, quando possível;
3. Manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para ventilação do ambiente;
4. Oportunizar a adequada comunicação massiva sobre as medidas de proteção e prevenção de risco à Covid-19, proporcionando acessibilidade à informação;
5. Organizar a rotina de limpeza e desinfecção do ambiente de trabalho e dos equipamentos de uso individual e coletivo;
6. Possibilitar o trabalho remoto aos servidores e colaboradores das instituições de ensino, em conformidade com a legislação vigente;
7. Priorizar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a realização de reuniões e eventos à distância. Se necessário o encontro presencial, optar por ambientes bem ventilados e respeitando o distanciamento de pelo menos 1,0 m (um metro).

O Ministério da Educação assinala as seguintes medidas individuais (BRASIL, 2021, p. 14),

1. Utilizar máscaras, conforme orientação da autoridade sanitária, de forma a cobrir a boca e o nariz;
2. Seguir as regras de etiqueta respiratória para proteção em casos de tosse e espirros;
3. Lavar as mãos com água e sabão ou higienizar com álcool em gel 70%;
4. Evitar cumprimentar com aperto de mãos, beijos e/ou abraços;
5. Respeitar o distanciamento de pelo menos 1,0 m (um metro) entre você e outra pessoa;
6. Manter o cabelo preso e evitar o uso de acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios;

7. Evitar o compartilhamento de objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritórios, livros e afins;
8. Escolher, se possível, apenas um par de sapatos a ser utilizado quando tiver que sair de casa;
9. Comunicar imediatamente a sua Instituição caso apresente sinais ou sintomas de síndrome gripal.

Para a retomada segura das atividades acadêmicas presenciais, as instituições de ensino superior devem possibilitar (BRASIL, 2021, p. 15-16),

1. A aferição da temperatura de servidores, estudantes e colaboradores na entrada da Instituição e/ou de salas e ambientes fechados;
2. A disponibilização de termômetro e álcool 70% para cada unidade (administrativa e de ensino);
3. A elaboração de critérios de classificação dos ambientes por mapeamento de criticidade e risco para o adequado procedimento de limpeza e desinfecção;
4. A limpeza periódica em locais utilizados com maior fluxo de pessoas;
5. A limpeza intensiva de banheiros e salas de aula;
6. A utilização de modelo de lixeiras com tampa e acionamento por pedal, sobretudo nos locais de descarte do papel toalha;
7. A desativação de bebedouros com disparo para boca e a orientação quanto ao uso de garrafas individuais;

No que tange às áreas comuns (o protocolo do MEC entende por áreas comuns nas IES espaços como: estacionamentos, bibliotecas, refeitórios, auditórios, laboratórios, corredores, etc.), são recomendados os seguintes cuidados (BRASIL, 2021, p. 16-17),

1. Assegurar o isolamento das áreas comunitárias não essenciais;
2. Assegurar a utilização de máscaras durante todo o tempo de permanência no ambiente;
3. Disponibilizar frascos com álcool em gel 70%;
4. Aferir a temperatura no acesso às áreas comuns;
5. Assegurar o cumprimento das medidas de distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,0m (um metro), com marcação de lugares nos refeitórios, para minimizar a movimentação;
6. Manter os ambientes ventilados (janelas e portas abertas);
7. Manter a limpeza de móveis, superfícies e utensílios;
8. Escalonar o acesso de estudantes ao refeitório e praças de alimentação.

Analisando as recomendações sobre as áreas comuns, constatamos que o protocolo de biossegurança do MEC, de certa forma ignorando suas particularidades e necessidades, considera as bibliotecas apenas como mais uma área comum da instituição, a exemplo dos primeiros documentos do INEP (a partir de 1986), referentes à avaliação dos cursos de graduação. (LUBISCO, 2001, 2007) A biblioteca não pode ser vista apenas como um espaço

físico onde é depositado o acervo, pois, além da guarda, oferece produtos e serviços especializados. Entre eles, podemos mencionar a formação e o desenvolvimento de coleções (seleção e aquisição, registro e descarte, preservação) e o processamento técnico (catalogação, classificação e indexação), isto na dimensão Atividades Técnicas; já na dimensão Atividades ao Usuário, quanto aos serviços e produtos, podemos mencionar os serviços de referência, com visitas orientadas, capacitação para a elaboração de trabalhos acadêmicos e para a busca de informações especializadas, normalização acadêmica, criação de fichas catalográficas, projetos especiais à comunidade usuária, exposições, empréstimo/devolução/reserva, entre outros.

Contudo, apesar da alocação da biblioteca como área comum, o mesmo documento dá margem para a correção dessa atitude, quando recomenda a formação de comissões locais para a confecção dos protocolos de biossegurança, pois, ao convidar bibliotecários para a compor as comissões locais, a IES teria uma visão especializada sobre as reais necessidades da biblioteca no contexto da pandemia.

2.5 Características desejáveis para um protocolo de biossegurança para bibliotecas universitárias

Na Grécia antiga, um livro era composto por folhas de papiro coladas umas às outras para formar um rolo. A primeira folha desse longo rolo, na qual constavam as informações mais importantes do livro, chamava-se *protokollon*, palavra formada por *proto* (primeiro) e *kollon* (colado). Ou seja, inicialmente *protokollon* significou ‘a folha colada em primeiro lugar’. Hoje, o protocolo de biossegurança pode ser definido como um documento que contém um conjunto de informações, decisões, normas e diretrizes e regras definidas a partir de um ato oficial, tendo como objetivo a prevenção, minimização ou eliminação de riscos à saúde humana.

Após a análise dos protocolos de biossegurança das 68 universidades federais selecionadas para esta pesquisa, elegemos as 23 diretrizes consideradas mais importantes para compor um protocolo de biossegurança voltado para atender às necessidades e particularidades de uma biblioteca, levando em conta os itens que mais se repetiram nos protocolos analisados e as diretrizes indicadas como de maior efetividade no combate à proliferação do vírus e nos cuidados com a saúde.

- i. Uso de máscaras de proteção facial e protetor facial;
- ii. Aferição de temperatura na entrada da Biblioteca ou na entrada do *campus* dos profissionais antes do início das atividades;

- iii. Higienização das mãos com água e sabão ou com álcool 70% em gel, logo após o manuseio de livros e sempre que necessário;
- iv. Toda penalidade gerada por atraso referente à devolução de livros seria desconsiderada e não geraria multas;
- v. As portas deverão ser mantidas abertas para evitar o contato com maçanetas e puxadores;
- vi. Manutenção dos ambientes ventilados (janelas e portas abertas);
- vii. Garantia do distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m;
- viii. Orientação aos trabalhadores a adotarem a etiqueta respiratória:
 - Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo, flexionado, ou usar lenço de papel;
 - Utilizar lenço descartável para higiene nasal (descartar imediatamente após o uso e realizar a higiene das mãos);
 - Realizar a higiene das mãos após tossir ou espirrar.
- ix. Colocação de pôsteres na biblioteca e de cartazes informando sobre as medidas higiênicas e sanitárias que devem ser seguidas.
- x. Os empréstimos poderão ocorrer mediante agendamento e/ou atendimento presencial:
 - Estabelecimento de data e horário para a retirada do material na biblioteca, mediante agendamento.
 - Atendimento presencial: para evitar aglomerações nas dependências das bibliotecas, haverá controle de entrada de usuários.
- xi. A devolução de livros deve ocorrer exclusivamente em caixas ou locais adaptados para este fim;
- xii. Adotar um prazo de quarentena para o livro devolvido de no mínimo 7 dias sem manipulá-lo e sem fazer uso de nenhum produto que ponha em risco a integridade dos livros;
- xiii. Materiais adquiridos deverão passar pelos mesmos protocolos que as demais obras no ato da devolução;
- xiv. Treinamento/capacitação sobre uso, conservação e descarte correto dos EPIs, lavagem das mãos, uso de álcool 70%, cuidados previstos na etiqueta respiratória e demais medidas de precaução.
- xv. Instalação proteção acrílica nos balcões de atendimento.
- xvi. Limitação do número de usuários simultâneos no balcão de atendimento.

- xvii. Implementação de sinalização de piso, como marcação do distanciamento entre as pessoas;
- xviii. Impedimento do uso de espaços coletivos, como por exemplo salas de estudos em grupo e/ou laboratório de informática;
- xix. O acervo físico deverá ficar fechado a princípio, sendo o acesso somente liberado para os servidores da biblioteca, inibindo o fluxo de pessoas e evitando a propagação do vírus. Utilizar, preferencialmente, o acervo digital
- xx. Incentivo à assinatura de acervos digitais e de bibliotecas virtuais, de maneira a promover o acesso remoto à bibliografia necessária aos estudos.
- xxi. Não compartilhamento de objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritório, livros e afins;
- xxii. Desinfecção e limpeza das bibliotecas (edifícios, mobiliário, equipamentos e coleções de trabalho) devem ser realizadas seguindo as recomendações das autoridades de saúde. Devem ser realizadas constantemente ao longo do dia;
- xxiii. Garantia de que todo o pessoal tenha informações e treinamentos atualizados sobre as medidas implementadas.

Assim, com base no exposto, apresentamos aqui as principais diretrizes que deveriam compor um protocolo de biossegurança que atenda às necessidades e particularidades de uma BU para a atuação segura em um contexto pandêmico.

*Um dia veio uma peste e acabou com
Toda a vida na face da Terra:
Em compensação ficaram as Bibliotecas...
E nelas estava meticulosamente escrito
O nome de todas as coisas!*

Mario Quintana (2006)

3 AS BIBLIOTECAS E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Desde sua gênese, a espécie humana se preocupa em registrar seu conhecimento. Esse registro evoluiu por meio de diversos suportes, tais como placas de argila, papiro, pergaminho, papel, chegando, por fim, ao armazenamento de dados digitais.

Neste capítulo, abordamos o aspecto da gênese das bibliotecas, primeiro com um panorama histórico de seu processo evolutivo, da Antiguidade ao Renascimento, passando ao surgimento das universidades no século XI. Em seguida, faz-se uma análise das BU no contexto brasileiro. Por fim, o capítulo apresenta os conceitos e funções das BU, assim como sua infraestrutura de produtos e serviços.

3.1 Panorama histórico

A palavra biblioteca, originária do grego *bibliotheke*, é formada por duas outras palavras, *biblíon* (livro) e *theke* (caixa, depósito), o que significaria etimologicamente algo como depósito de livros, cofre de livros. Contudo, é importante salientar que na Antiguidade os acervos eram constituídos de outros materiais distintos dos livros tal como os conhecemos na atualidade. Os suportes foram sendo alterados de acordo com as épocas, desde os tabletas de argila, passando pelos códices (a partir do século I), até chegar ao século XV, com Gutenberg e a invenção da imprensa de tipos móveis.

Souto e Morigi (2005, p.190) afirmam que,

Desde as primeiras bibliotecas, essa palavra tem sido empregada para designar um local onde se armazenam livros. Porém, nem sempre foram livros os materiais que preenchiam as bibliotecas. Historicamente, os suportes para a informação variaram de formato seguindo a tecnologia utilizada pelo homem. Já foram usados materiais como tabletas de argila, rolos de papiro e pergaminho e os enormes códices que eram enclausurados nos mosteiros medievais.

De acordo com Lubisco (2002, p. 31),

O surgimento da biblioteca como instituição, apesar da etimologia da palavra e por mais estranho que pareça, antecede em muito não só o livro tipográfico, mas o manuscrito. Sua função de guardião do saber permaneceu praticamente inalterada desde o seu surgimento até a Idade Média, tendo variado apenas o tipo de suporte empregado para a gravação dos escritos (registros).

As bibliotecas da Antiguidade eram bem distintas entre si. Essa diferença se dava de acordo com o tipo de suporte que fazia parte de seu acervo. Inicialmente, temos as bibliotecas minerais e, posteriormente, as bibliotecas vegetais e animais (MARTINS, 2002). Nesse período, as bibliotecas não tinham um caráter público. De acordo com Lubisco (2002, p. 31), a biblioteca, desde os primórdios até o final do medievo, foi fiel à sua etimologia, isto é, um depósito de livros e, mais do que isto, um lugar onde os registros escritos eram escondidos.

Dentre as mais importantes bibliotecas da Antiguidade, cita-se a de Nínive – ou de Assurbanípal –, a de Pérgamo, e, principalmente, a Biblioteca de Alexandria, a mais famosa e importante do mundo antigo (BATTLES, 2003). Apesar da importância que tiveram e da sua grandiosidade “[...] nenhuma Biblioteca da Antiguidade sobreviveu.” (SOUZA, 2005, p. 3).

A biblioteca de Nínive foi uma das mais importantes da Antiguidade. Localizava-se na cidade de Nínive, capital do Império Assírio, onde hoje se localiza o Iraque. Pertencia ao rei Assurbanipal (669 a.C.-627 a.C.), último grande rei dos assírios, homem culto que se interessava pela leitura e por estudos de natureza diversa. Em sua biblioteca havia cerca de 25 mil tábuas de argila que continham textos em escrita cuneiforme⁴. Segundo Battles (2003, p. 31),

Embora essa biblioteca fosse antes de mais nada um arquivo, Assurbanipal tinha aspirações universais. Além de profecias, fórmulas de encantamento e hinos sagrados, encomendou também peças literárias escritas nas diversas línguas da Mesopotâmia – o assírio, o sumério, o acádio, o ugarítico e o aramaico, dentre outras.

Os escribas de Assurbanipal eram enviados às diversas cidades conquistadas com a missão de procurar, avaliar e copiar documentos relevantes. Souza (2005, p. 6) diz que a Biblioteca de Nínive é considerada a primeira coleção indexada e catalogada da história que se tem notícia. Conforme afirma Battles (2003, p. 31-32),

A biblioteca era altamente organizada. As placas componentes de uma mesma obra eram reunidas num único bloco, no qual se punha um rótulo identificador do conteúdo. Havia também um catálogo registrando os títulos das obras e o número de placas de que cada uma era composta. Outros arquivos e bibliotecas espalhados pela Mesopotâmia exibiam níveis igualmente elevados de organização. Havia repositórios em que as placas eram guardadas em cestas numeradas, com os títulos gravados nas bordas da argila para facilitar a identificação.

⁴ A escrita cuneiforme, desenvolvida pelos sumérios em 3500 a.C., é a designação geral dada à escrita feita em objetos de argila em formato de cunha. É um dos mais antigos tipos conhecidos de escrita.

A biblioteca de Pérgamo também teve grande relevância durante a Idade Antiga. Seu acervo chegou a contar com 200 mil volumes. Estava localizada em Pérgamo, importante cidade helenística situada na Ásia Menor, atual Bérghama na Turquia. Foi fundada por Átalo I, sendo sucessor seu filho, Eumenes II, como parte do projeto real em converter Pérgamo no maior centro crítico e literário helenístico da Ásia Menor. Perez-Rioja (1952) cita que a Biblioteca reuniu um numeroso grupo de eruditos e literatos, encarregando-os de realizar estudos linguísticos e literários que, de acordo com Martins (2002), tinham por objetivo competir com a Biblioteca de Alexandria.

Em Pérgamo, os rolos de papiro, importados de Alexandria no Egito, eram usados como suporte de escrita. Contudo, devido a rivalidade entre as cidades, os Ptolomeus cortaram a exportação do papiro. O rei Eumenes II ordenou que se encontrassem suportes alternativos de escrita. Os cidadãos de Pérgamo encontraram nas peles dos animais de rebanho a solução, surgindo assim o pergaminho, material mais resistente e durável, utilizado durante séculos como suporte de escrita. O pergaminho reduziu a dependência dos gregos e romanos do papiro egípcio.

Segundo Battles (2003, p. 35),

Num esforço para impedir o crescimento das bibliotecas de Rodas e de Pérgamo, que rivalizavam com a de Alexandria, os governantes da cidade proibiram a exportação de papiro. O tiro, porém, saiu pela culatra, pois os habitantes de Pérgamo foram levados, em razão do embargo, a inventar o pergaminho (*charta pergamenum*), que, por ser reciclável e mais resistente, viria a ser o suporte preferido para a escrita durante os mil anos seguintes.

A hipótese mais aceita para o fim da biblioteca de Pérgamo refere que o general romano Marco Antonio, com o intuito de agradar sua amante Cleópatra, a presenteou com os 200 mil volumes de Pérgamo, que foram agregados ao acervo da biblioteca de Alexandria. Assim, com suas prateleiras esvaziadas, a biblioteca de Pérgamo chega ao seu declínio e desaparece.

De acordo com Battles (2003, p. 30),

Havia uma lenda segundo a qual Marco Antônio teria oferecido a Cleópatra os livros de Pérgamo (a grande rival de Alexandria, localizada na atual província turca de Izmir) a título de compensação pela perda de sua biblioteca, mas Plutarco põe em dúvida a veracidade do episódio.

A biblioteca de Alexandria, criada em 280 a.C. por Ptolomeu I Sóter (o Salvador), foi a maior e mais importante biblioteca da Idade Antiga. Durante sua longa existência, do século IV

a.C. até o século IV d.C., cerca de 800 anos, reuniu o maior acervo de cultura e ciência de seu tempo e foi o lar de grande parte de intelectuais e estudiosos.

A cidade de Alexandria foi construída por Alexandre, o Grande, em 331 a. C., na costa mediterrânea do Egito. Segundo Battles (2003, p. 31),

Não sabemos como Alexandre imaginou sua cidade, mas a localização era sem dúvida auspiciosa. Oferecia o melhor porto de todo o Mediterrâneo egípcio e a única porta de entrada para o celeiro do Nilo. Alexandre morreu antes de ver realizados seus planos para a cidade.

Com a morte de Alexandre no ano de 323 a.C., coube ao seu general Ptolomeu I, a administração da cidade, que a governou auspiciosamente por 16 anos. Ptolomeu Sóter era um homem letrado e estudioso e, ao que tudo indica, graças a influência do filósofo Demétrio de Falero, iniciou a construção da biblioteca. De acordo com Manguel (1997, p. 216),

É possível que tenha sido Demétrio de Falero – um erudito de Atenas, compilador das fábulas de Esopo, crítico de Homero e aluno do célebre Teofrasto (por sua vez, aluno e amigo de Aristóteles) – quem sugeriu ao sucessor de Alexandre, Ptolomeu I, a fundação da biblioteca que tornaria Alexandria famosa [...].

A biblioteca de Alexandria era constituída de duas unidades, a maior e mais antiga, construída no século III a. C, estava localizada no Templo das Musas, ou Mouseion. A segunda, a “irmã”, denominada Serapeum, por estar localizada no interior do Templo de Serápis, deus egípcio helenizado protetor de Alexandria, foi construída um século depois, devido ao espaço de guarda do Mouseion já não ser suficiente.

A biblioteca de Alexandria em seu apogeu tinha em seu acervo cerca de 700 mil rolos em diversos volumes. Segundo Santos (2012), a Biblioteca de Alexandria começou com 200 rolos iniciais do tempo de Ptolomeu II e chegou a acomodar os 700 mil rolos acima indicados, durante seus três primeiros séculos.

Os soberanos de Alexandria tiveram a pretensão de reunir todo o conhecimento produzido no mundo em sua biblioteca, tal como Paul Otlet nos séculos XIX-XX, com o Mundaneum, com a diferença que este não reuniria os documentos e sim os registros referentes a eles. Com esse intuito os monarcas se utilizavam de diversos artifícios para adquirir obras e aumentar seu acervo. Ptolomeu II, comprou todos os rolos de papiro que estavam ao seu alcance, adquirindo até mesmo bibliotecas inteiras. Outra forma encontrada constituía-se na cópia de todas as obras encontradas nas dependências dos navios que ancoravam em

Alexandria. Segundo Mey (2004, p. 76), Ptolomeu III a fim de adquirir obras que não estavam a seu alcance, mandava cartas aos soberanos do mundo, solicitando-lhes livros, por empréstimo, para que fossem copiados.

De acordo com Martins (1996, p. 75),

Com efeito, os Ptolomeus favoreciam a cultura do papiro e mantinham um exército de copistas, empregados, às vezes, em tarefas inesperadas. Assim é que Ptolomeu III Evergeta tomou emprestados dos atenienses as obras de Ésquilo, de Sófocles e de Eurípidas, devolvendo – lhes... as cópias que tinha mandado fazer, os originais ficaram em Alexandria, à espera do incêndio de Omar.

Outra estratégia também usada pelos Ptolomeus era atrair intelectuais para viver, estudar e trabalhar em Alexandria financiados pelo tesouro real, com a finalidade de produzirem novos registros e obras. De acordo com Battles (2003, p. 35)

Atraindo intelectuais para Alexandria, convidando-os para viver e trabalhar à custa do tesouro real e pondo à sua disposição um estoque imenso de livros, os Ptolomeus transformaram a biblioteca num imenso aparato de assessoramento sob o controle da casa real. As implicações estratégicas de um monopólio sobre o conhecimento (especialmente em medicina, engenharia e teologia, áreas em que Alexandria se destacava) não passaram despercebidas aos Ptolomeus.

Ao longo de sua existência, a Biblioteca de Alexandria tornou-se um grande centro cultural, tinha um enorme acervo e foi palco para importantes intelectuais contribuírem com estudos e novas obras. Contudo, a biblioteca foi vítima de alguns incêndios que ocasionaram a sua destruição.

O primeiro incêndio ocorreu em 48 a.C., quando Júlio César, em defesa de sua amante, Cleópatra, incendiou os barcos ancorados no porto e, conseqüentemente, o fogo se espalhou e atingiu armazéns e a biblioteca do Mouseion, destruindo de uma só vez, aproximadamente 40 mil rolos (BATTLES, 2003).

De acordo com Mey (2004, p. 80),

O segundo incêndio narrado ocorreu em 391 d.C., sendo Teodósio o imperador, Teófilo, o patriarca de Alexandria, e o cristianismo, a religião oficial do Estado. O zelo de Teófilo em defesa do cristianismo o teria levado à destruição de todas as obras pagãs, assim como teria ordenado a morte de Hipácia, em 415. Para alguns, destruiu o Serapeum e a biblioteca “filha”, enquanto a Biblioteca maior já teria desaparecido. Para outros, o Serapeum transformou-se em templo cristão.

As bibliotecas do início da Idade Média seguiam, de certo modo, as mesmas tendências das bibliotecas da Antiguidade, pois eram consideradas espaço de guarda de tesouros e textos clássicos, o acesso a seu acervo não era facilitado ao público em geral, considerado leigo, sendo seus usuários específicos, religiosos e pesquisadores aceitos pela Igreja. Essas bibliotecas não tinham a pretensão de difundir seu acervo, mas sim de preservá-lo. Sobre o paradigma da preservação cultural, Perrotti (2016, p. 18) afirma que:

A primeira modalidade de biblioteca e a mais antiga é a que denominamos de Biblioteca *Templum*. Tal designação remete a instituições criadas com finalidades de guarda e preservação da chamada memória social. Originárias da Antiguidade e cujo exemplo mais conhecido talvez seja o da Biblioteca de Alexandria, do século III, a.C., a preocupação com a conservação cultural acabou transformando-as em locais quase sagrados, com rituais a que somente poucos iniciados tinham e continuam tendo direito de acesso [...].

No que concerne às bibliotecas universitárias, objeto de interesse deste estudo, sua gênese está na criação das universidades do Ocidente, a começar pela Universidade de Bolonha (século XI), Itália. No entanto, há relatos históricos de universidades criadas antes do século XI, como por exemplo, no Egito e em Marrocos.

Segundo Martins (2002), a Idade Média (século V ao século XV) contou com os seguintes tipos de bibliotecas: as monacais (desenvolvidas dentro de mosteiros e abadias, logo no início do período medieval); as particulares, juntamente com as bizantinas; e as universitárias (final da Idade Média).

As bibliotecas localizadas em mosteiros, abadias e conventos, portanto, sob o domínio da Igreja, definiam-se como monacais. Todos os grandes mosteiros dispunham de um *scriptorium*, oficina de copistas em que o trabalho era distribuído aos monges como sua principal atividade, de acordo com Souza (2000, p. 1), abrangendo um processo mais elaborado do que o conhecido atualmente.

As tarefas eram distribuídas entre vários monges: copistas propriamente ditos ou escribas, rubricadores, miniaturistas. Cada um deles tinha uma mesa própria, abastecida com o material necessário para seu trabalho específico. Assim, na dependência de sua atividade, o monge se utilizaria de objetos como tinteiros, penas finas, pedra pomes, régua, tintas variadas, ouro em pó ou em folhas finas e outros.

Santos (2012, p. 183) diz que a Idade Média foi o início de um período sombrio para o estudo, para os livros e para as bibliotecas. Contudo, de acordo com Martins (1957, p. 85):

“Com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da antiguidade”. Ideia reforçada por Battles (2003, p. 62), ao afirmar que “[...] a cultura literária da antiguidade perdurava entre os monges”.

Sobre a importância das obras nas bibliotecas monacais, Martins (1957, p. 85) reproduz um famoso provérbio medieval: “*clastrum sine armario, quasi castrum sine armamentario*” que significa “mosteiro sem livros, praça de guerra sem armas”.

Dois bibliotecas monacais podem ser citadas como as principais daquele período: a biblioteca do mosteiro sírio liderada por Moises de Nisibis e a biblioteca de Cassiodoro, na Itália. Ainda como importantes bibliotecas monacais, pode-se citar a de Monte Atos, a de Saint Gal (na Suíça), as de Corbie, Cluny e de Fleury-sur-Loire (na França), dentre outras. (MARTINS, 2002)

Dando seguimento a análise dos tipos de bibliotecas, segundo Martins (2002), as bizantinas têm mais relevância que as ocidentais, ao se considerar que seria praticamente impossível supor que os monges ocidentais sozinhos fossem capazes de provocar o Renascimento, sem dispor dos textos clássicos da cultura greco-romana.

As bibliotecas bizantinas⁵ eram majoritariamente núcleos da civilização helênica, contendo conteúdos considerados profanos para os cristãos, enquanto as bibliotecas ocidentais preservavam exclusivamente a literatura latina e sua respectiva cultura prioritariamente teológica. Por este motivo e pela sua localização geográfica, as bizantinas, apesar de serem também mantidas por monges, eram influenciadas pela cultura helênica, considerada pela Igreja como secular, isto é, laica.

Ainda Martins (2002, p. 86) comenta que [...] “a fuga desses monges e desses sábios de Bizâncio para o Ocidente, trazendo os seus manuscritos e os seus conhecimentos, por ocasião da tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, é que provocará a Renascença e, por consequência, o fim da Idade Média” [...]. Os conventos bizantinos mais importantes foram o *Studion*, com seu *scriptorium* e a sua biblioteca, e o Claustro de Santa Catarina, junto ao Monte Sinai.

É na cidade de Constantinopla que se encontram algumas das maiores e mais importantes bibliotecas particulares, ou seja, aquelas mantidas pela nobreza. Essas bibliotecas costumavam ser enormes, chegando a ter acervos compostos por milhares de volumes. Essas coleções particulares não eram só sinônimos de quantidade, mas também de qualidade, como é

⁵ Existentes em Bizâncio, cidade da Grécia antiga que, na Idade Média passou a Constantinopla, atual Istambul (Turquia).

o caso do acervo particular de Fócio I, patriarca de Constantinopla entre 856 e 867, que tinha 280 obras de valor inestimável, a exemplo dos livros perdidos de Diodoro Sículo, as obras perdidas de Arriano Xenofonte e tudo que existe hoje sobre Ctésias de Cnido, Mêmio de Heracleia e Conon.

Mirióbiblos foi o nome dado ao catálogo criado por Focio I para a sua biblioteca particular. De acordo com Jalkiopulu (1991, p. 1),

El Mirióbiblos, llamado también Biblioteca, es una de las obras más importantes que nos dejó el Patriarca Focio, y una de las más importantes en la historia de la literatura de la Edad Media. Lleva el siguiente epígrafe explicativo: ‘Inventario y enumeración de los libros leídos por nosotros, los cuales pidió en un examen sumario nuestro amado hennano Tarasio. Son éstos doscientos ochenta’. El texto comienza con una carta-prólogo dirigida a Tarasio, con este saludo: ‘Focio al querido hermano Tarasio en el Señor salud’.⁶

No Ocidente, uma coleção particular que merece menção é a biblioteca do rei francês Carlos V, O Sábio, que chegou a reunir cerca de 1200 volumes, importantes não só por seu conteúdo, mas por suas iluminuras e miniaturas. Atualmente, muitas de suas obras estão no acervo da Biblioteca Nacional da França. Essa configuração contextual ensejará na criação das bibliotecas nacionais na modernidade.

No século XIII, devido ao fortalecimento do meio urbano, impulsionado pela expansão do comércio, tiveram origem as primeiras *universitas*, ou corporações de ofício. Elas, inicialmente, congregavam pessoas com um mesmo interesse econômico, político ou cultural. Mas, com o passar do tempo, o termo latino *universitas* passou a caracterizar somente as corporações do saber. Sobre as primeiras universidades, Santos (2012, p. 11) afirma que, “importantes mudanças intelectuais e sociais afetaram o desenvolvimento das bibliotecas europeias entre os séculos XIII e XV. A primeira delas foi à criação das universidades”.

Devido ao crescente número das universidades, surge a necessidade de dispor de manuscritos, para apoio aos conteúdos ministrados no *trivium*⁷ e no *quadrivium*⁸. A forma encontrada para atender a essa grande demanda foi a de se utilizar as bibliotecas dos mosteiros,

6 “O Mirióbiblos, também chamado de Biblioteca, é uma das obras mais importantes que o Patriarca Fócio nos deixou, e uma das mais importantes da história da literatura na Idade Média. Traz a seguinte epígrafe explicativa: ‘Inventário e enumeração dos livros lidos por nós, que nosso querido irmão Tarásio solicitou em exame sumário. Estes são duzentos e oitenta’. O texto começa com uma carta-prólogo dirigida a Tarasio, com esta saudação: ‘Photius ao querido irmão Tarasio na saudação do Senhor’.” (JALKIOPULU, 1991, p. 1, tradução nossa)

⁷ Retórica, Gramática e Lógica.

⁸ Aritmética, Música, Geometria e Astronomia.

desde que tivessem o respaldo e autorização da Igreja Católica, por meio das bulas papais. Segundo Santos (2012, p. 11),

Um grande avanço das Bibliotecas Universitárias foi a criação do primeiro catálogo unificado que continha o nome dos autores e obras, bem como a indicação das bibliotecas monacais onde poderiam ser encontradas tais obras. Sua autoria coube a franciscanos ingleses, na segunda metade do século XIII.

Devido à influência religiosa, as primeiras bibliotecas universitárias eram vistas como ambientes sagrados, com acesso restrito e regras rigorosas para sua utilização, conforme relata Martins (1957, p. 92-93):

1. Qualquer pessoa que entre na biblioteca deve imediatamente fechar a porta; igual obrigação lhe incumbe se nela introduzir um ou mais visitantes. Ao sair, deve igualmente fechar a porta, mesmo que outros continuem na biblioteca, tudo sob pena de multa de seis tostões;
2. Qualquer pessoa que se tenha servido de um livro deve fechá-lo, antes de se retirar. Assim se decidiu porque diversas pessoas tinham o hábito de deixar os livros abertos, o que os expõe a todos os acidentes e ao pó. Da mesma forma, quando alguém introduzir visitantes na biblioteca, verificará que os livros por eles usados fiquem fechados, sob a mesma pena que lhe seria imposta se deixasse pessoalmente os livros abertos. Essa pena será de multa de seis tostões por volume deixado aberto, se diversos volumes forem deixados abertos, multiplica-se a multa pelo número de volumes, à razão de seis tostões cada um;
3. Se alguém introduzir um estranho na biblioteca, não poderá afastar-se dele, salvo se deixar alguém com o visitante. Mas se o que introduzir um estranho na biblioteca se afastar sem estar certo vai que uma pessoa da casa consente em acompanhar o visitante, o introdutor incorrerá na multa de seis tostões.

De acordo ainda com Martins (1957, p. 91),

No continente, as primeiras universidades são, por assim dizer, um prolongamento das ordens eclesiásticas: Franciscanos e Dominicanos encontram-se na origem de muitas delas. A própria Universidade de Paris tirou o seu nome de um religioso, Robert de Sorbon, que igualmente iniciou a sua biblioteca com a doação dos primeiros livros.

Pode-se dizer que, no medievo, as universidades e a Igreja disputavam o controle do conhecimento. Contudo, com o passar do tempo, as universidades viram a necessidade de ampliar seu conteúdo temático para além das questões religiosas. Segundo Morigi e Souto (2005, p. 192),

Mesmo tendo este aspecto sagrado, a biblioteca universitária sofreu os reflexos das mudanças trazidas pela Renascença. A partir do século XVI, com

o descobrimento de novas terras e novas culturas além-mar, a ciência começa a se desenvolver, desmistificando posições impostas pela Igreja; a volta à cultura clássica trouxe a preocupação com o ser humano, com suas dimensões e necessidades, mudando sua concepção de vida do teocentrismo para o antropocentrismo; o crescimento demográfico impulsionou a tradição escrita, com o auxílio da difusão da escrita e do papel. Neste contexto, a biblioteca universitária ganha espaço e mais autenticidade e autonomia, estendendo sua visão de democratização da informação às bibliotecas posteriores a ela.

Assim, muitos fatores favoreceram a criação das bibliotecas dentro das universidades, como a decadência da Idade Média, o início do Renascimento, a crescente onda de leigos ricos e instruídos, além da criação e difusão dos tipos móveis de Gutenberg: “Essa nova situação de acessibilidade dos livros e de papel e impresso acabou sendo um estímulo ao conhecimento das letras e a absorção de conhecimento.” (MILANESI, 2002, p. 25).

Entretanto, os processos de mudança para laicização, democratização, especialização e socialização da biblioteca ocorreram de forma lenta, embora contínua. A biblioteca moderna (século XV-XVI) rompeu os laços com a Igreja Católica, estendendo a todos a possibilidade de acesso aos livros, especializando-se para atender à diversidade de leitores ou comunidades, deixando de ser passiva, deslocando-se até o leitor, buscando entendê-lo e trazê-lo para a biblioteca (MARTINS, 2002).

Com o declínio do medievo e o aumento gradual da alfabetização da população, há uma crescente busca por livros. Sobre essa demanda Martins (2002, p. 188) declara que

[...] ‘o homem adquire, através da imprensa, a plena consciência da sua força espiritual e se atira ao livro como sedento se atira à água’, livros que representavam uma necessidade obscura e inconsciente e que com a imprensa torna-se consciente e lúcida. A imprensa provocou, portanto, uma revolução, na qual se equipara a pólvora, o que metaforicamente levou a uma ‘explosão’ da produção de livros.

O aperfeiçoamento da imprensa de Gutenberg favoreceu o avanço da produção dos livros e o barateamento nos custos de produção, possibilitando maiores tiragens e facilitando o acesso aos livros. Um dos grandes aliados da imprensa na popularização do livro impresso é o papel, que tinha um custo de produção muito menor que o pergaminho.

Contudo, à contracorrente da popularização dos livros, a Igreja Católica lança um índice de livros proibindo, o *Index*, visando controlar e censurar as publicações, segundo Tanus (2015, p. 550),

A Igreja Católica lançou o *Index Librorum Prohibitorum*, ou Índice dos Livros Proibidos, no qual trazia os títulos dos livros que não deveriam ser impressos

e comercializados, livros que iam contra a igreja, o catolicismo e com conteúdos julgados impróprios.

A modernidade também foi marcada por intensas mudanças na forma da leitura e escrita, no formato dos livros e na organização da informação. A respeito, Burke (2002, p. 179) propugna que,

[...] houve uma mudança da leitura ‘intensiva’ para a ‘extensiva’ (ou, na famosa metáfora de Francis Bacon, do hábito de ‘engolir’ livros para o de ‘provar’ deles) [...] o final do século XVIII tem sido apresentado como um ponto crucial nesse aspecto [...] [diante disso] um novo vocabulário entrou em uso no início do período moderno para descrever essa ‘revolução na leitura’, incluindo-se palavras como ‘referir-se’, ‘consultar’, ‘ler superficialmente’ e ‘pular’ [...] a modalidade de leitura ‘extensiva’ estimulou mudanças no formato e na apresentação dos livros e foi por sua vez por elas estimulada. Ocorreram mudanças como a divisão do texto em capítulos, o acréscimo de sumários, índices (incluindo-se alguns índices de máximas assim como de assuntos ou de nomes de pessoas e lugares) e notas marginais indicando mudanças de tópicos.

Ainda Burke (2002, p. 180) chama a atenção para um outro fenômeno típico do século XVIII que foram as mudanças na maneira de escrever, especificamente com o surgimento das notas de rodapé. Por fim, no que tange às mudanças na organização da informação Burke (2002 p. 181) diz que,

[...] houve mudanças na organização da informação, especialmente com o surgimento da ordem alfabética em substituição à organização por assunto. A ideia da ordem alfabética não era nova (já fora empregada no século XI na enciclopédia bizantina conhecida como *Suidas*). A inovação agora era a abrangência dessa modalidade de organização e a forma como veio a suplantar classificações mais hierárquicas.

As bibliotecas universitárias, ao longo do tempo, têm sido, juntamente com as nacionais, as responsáveis pelas inovações no campo da organização e da disseminação do saber. Com isso, ganha protagonismo o bibliotecário, como um profissional reconhecido, como organizador da informação e no papel de mediador e disseminador do conhecimento.

3.2 Contexto brasileiro

De acordo com Rubens Borba de Moraes (2006, p. 4-6), o Brasil só conhece livros a partir da segunda metade do século XVI, quando da instalação, em 1549, do Governo-geral em

Salvador, na Bahia. Esse ano marca também a chegada dos jesuítas, responsáveis pela criação dos primeiros colégios e bibliotecas.

O processo educacional desenvolvido pelos jesuítas no Brasil durou cerca de 210 anos. Neste período, podem ser destacadas três importantes bibliotecas: 1. Na Bahia, no final do século XVI, a biblioteca ligada ao ensino das ciências e matemáticas; 2. No Pará, em 1760, a biblioteca do colégio Santo Alexandre, que contava com 2 mil volumes; 3. A biblioteca do colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro que, em meados do século XVIII, tinha em seu acervo cerca de 5 mil volumes. Para Luiz Antônio Cunha (2007, p. 26-27) e Moraes (2006, p. 8-9), as bibliotecas tiveram, nesse período jesuítico no Brasil, uma boa expansão e um acervo em nível universitário.

Ainda de acordo com Moraes (2006, p. 10), com a expulsão da Companhia de Jesus por Marquês do Pombal, em 28 de junho de 1759, as bibliotecas sofreram um grande golpe. Os livros retirados dos colégios ficaram amontoados em lugares impróprios e grande parte das obras foi destruída, roubada ou vendida como papel velho.

Acontece no Brasil, no século XVIII, uma profunda reforma educacional inspirada nos ideais iluministas. Conforme Maciel e Shigunov Neto (2006, p. 470-471), a metodologia eclesiástica dos jesuítas foi substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica no contexto de uma nova ordem social, um novo modelo humanístico e uma nova sociedade pautada nos valores do sistema de produção capitalista.

No que se refere às bibliotecas, a Real Biblioteca do Brasil foi considerada a primeira biblioteca oficial do país e era constituída pelo acervo do rei de Portugal Dom José I, trazido ao Brasil pela comitiva de Dom João VI, em 1808⁹, por ocasião da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Em 13 de maio de 1811, é criada a primeira Biblioteca Pública do Brasil, na Bahia, por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, popularmente conhecida como Biblioteca dos Barris. Além de ser a primeira biblioteca pública brasileira, também é a mais antiga da América Latina. Inicialmente dispunha de um acervo com 3 mil volumes, oriundos

⁹ Início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil, com a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro. Junto com a comitiva, desembarcaram cerca de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas. Em 27 de julho de 1810, o acervo foi acomodado nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Em 29 de outubro, data oficial da fundação da Real Biblioteca, um novo decreto determinava que “Nas catacumbas do Hospital do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Fazenda Real toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento”. O mesmo decreto determinava também que a Real Biblioteca fosse aberta aos estudiosos, mediante consentimento régio, tendo sido franqueada ao público em 1814 para consultas. Em 1821, a família real regressa a Portugal, levando consigo parte do acervo. Em 29 de agosto de 1825, a biblioteca é adquirida pelo Brasil por 800 contos de réis, quantia, então, considerada exorbitante. A compra foi regulamentada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Brasil e Portugal. Em 1876, a instituição passa a se chamar definitivamente Biblioteca Nacional. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2022)

das doações das bibliotecas particulares de intelectuais como Alexandre Gomes Castello Branco, padre Agostinho Gomes e até mesmo o próprio governador da Capitania, o conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha e Brito.

O ensino superior nasce no Brasil no início do século XIX. Com a transferência da sede da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro houve a necessidade de fundar o grau de ensino superior transformando a herança da colônia. O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional para cumprir as funções próprias deste (CUNHA, 2007, p. 63-71). Contudo, no Império, o ensino superior tinha apenas a função de formar e fornecer mão de obra para o serviço público na Corte, não tendo preocupação com a criação de um modelo cultural brasileiro.

Sobre o ensino superior no Brasil no século XIX, Cunha (2007, p. 71) propugna:

[...] permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de alterar os padrões de ensino superior, a não ser indiretamente, pela construção de estradas de ferro, para as quais eram necessários engenheiros. As modificações, as mais notáveis foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro e a da Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois (CUNHA, 2007, p. 71).

Até a época da Proclamação da República, em 1889, havia 14 escolas de nível superior no Brasil, e mais 56 foram criadas nos 20 anos seguintes. As primeiras universidades oficiais do Brasil surgiram apenas no início do século XX. A primeira delas foi a Escola Universitária Livre de Manaus, fundada em 1909. Em seguida, vieram a Universidade Federal do Paraná, em 1912, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1920.

Em 1º de janeiro de 1901, foi elaborada a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas ligadas aos institutos de ensino superior, ocasião em que o Presidente Campos Sales aprovou o código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário. Lemos e Macedo (1975, p. 167) comentam que o 19º capítulo do código supracitado se referia detalhadamente ao funcionamento das bibliotecas. Entretanto, é somente após a Segunda Guerra Mundial que realmente se inicia no Brasil o surto de industrialização que iria mudar radicalmente a estrutura da sociedade brasileira. De acordo com Cunha e Diógenes (2016, p. 102),

Depois de 1945, vê-se o crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia e com eles a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o

nome de biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levavam o nome da universidade.

Em 1968, acontece a Reforma Universitária, publicada pela Lei nº 5.540, com o objetivo de corrigir as distorções no sistema de ensino superior brasileiro. Baseada na teoria dos sistemas abertos, a universidade foi analisada em suas duas dimensões: 1. Interna, focada nas modificações da estrutura e objetivos da universidade; 2. Externa, concentrada em sua responsabilidade social.

A reforma de 68 alterou o modelo da universidade, quando ficou estabelecida a obrigatoriedade da associação ensino e pesquisa. Adotaram-se políticas de modernização na estrutura administrativa, atribuiu-se à universidade a visão de sistema, de centralização, diretrizes administrativas de não duplicação de meios para atingir fins similares e de racionalidade organizacional, com plena utilização de seus recursos.

Segundo Kira Tarapanoff (1981, p. 18), sob essa orientação, a biblioteca deveria,

[...] planejar seus serviços em relação aos objetivos da universidade; ver as bibliotecas como um sistema, opondo-se à biblioteca isolada; reestruturar as atividades da biblioteca em relação às atividades da universidade; introduzir princípios de centralização, coordenação e cooperação para evitar duplicação de atividades e assegurar a racionalidade administrativa.

A partir da década de 1970, a mobilização dos diretores das Bibliotecas Centrais das universidades que lutavam para a melhoria da Biblioteca Universitária resulta na criação, em 1973, da Associação Brasileira das Bibliotecas Universitárias (ABBU), que visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias, com a finalidade de formular uma política nacional para o seu desenvolvimento. As bibliotecas universitárias passaram a realizar discussões entre si, criando, em 1979, um importante foro de debates: o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), cuja consequência foi a criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU).

De acordo com Chastinet (1989, p. 45),

[...] em abril de 1986, através de Portarias Ministeriais é aprovado o PNBU, integrando 12 diretrizes e 46 ações. Na mesma ocasião é criado o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, com a finalidade de assegurar as condições necessárias à implantação do PNBU.

Para Garcia (1991, p. 4), o PNBU,

[...] pode ser visto como uma resultante de movimentos e ações anteriores, partidas da comunidade profissional de bibliotecários acadêmicos e de profissionais burocratas, incrustados em setores dinâmicos da administração pública federal e envolvidos em programas nacionais de desenvolvimento das universidades, dos cursos de Pós-Graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica.

O PNBU foi formalizado, em 16 de fevereiro de 1990, por meio do Decreto nº 98.964, contudo o programa se fragilizou, perdendo grande parte de sua força de articulação política, primeiro pela falta de vontade política dos gestores do MEC e, segundo, pela saída de sua mentora e coordenadora, Yone Sepúlveda Chastinet.

Sobre a atuação e as funções da biblioteca universitária, foi entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, a partir dos avanços técnicos e tecnológicos, que surgem iniciativas no Brasil voltadas para o acesso aberto. De acordo com Cunha e Diógenes (2016, p. 118),

[...] destacando-se as ações do SCIELO disponibilizando periódicos eletrônicos nessa filosofia e as diretrizes e ações do IBICT, disponibilizando plataformas de acesso aberto para a editoração de periódicos científicos, bem como a disponibilização da BDTD, em que realiza intensa atividade de cooperação com as BU e constitui-se em um exemplo de sucesso em desenvolvimento de repositórios de acesso aberto no Brasil.

No que se refere às políticas públicas para as BU de forma articulada, como propunha o PNBU, não ocorreu nada desde a década de 1990 até hoje, vigorando medidas isoladas por parte dos órgãos do Governo Federal; de qualquer forma, a partir do advento da Internet e sua popularização nos anos 2000, essa situação sofreu mudanças profundas, pelas novas possibilidades de conexão abertas.

As mudanças pós-Internet não se referem apenas à infraestrutura de serviços e produtos ocorridos no âmbito das bibliotecas universitárias tradicionais, segundo Strehl (2023, p. 5-6), e sim à incorporação de novas funções inerentes ao que a autora chama de “biblioteca tecnológica” e “biblioteca educadora”. Na primeira – a biblioteca tecnológica – o acesso à informação está para além da coleção tradicional, uma vez que inclui a “virtualização das coleções” e a “ciência aberta”; na segunda – a biblioteca educadora – o foco também para além da coleção tradicional, compreende a “formação de competências informacionais e de promoção da leitura”, de modo a superar as dificuldades de acesso, bem como a identificação da qualidade da informação e das condições de “uso crítico e ético” do volume incalculável de informação em circulação.

Dominadas essas potencialidades e possibilidades, a biblioteca universitária estaria capacitada para atuar em outra dimensão, a de Centro de Recursos para Aprendizagem e Investigação (CRAI), serviço avançado desenvolvido como um laboratório para aprendizagem e para investigação, destinado ao apoio direto à tarefa docente, antecipando-se às suas demandas e necessidades, buscando e oferecendo não só literatura, mas outros materiais de estudo e aprendizagem, como objetos educativos digitais abertos, aplicativos para o desenvolvimento de atividades didáticas, treinamentos personalizados para acesso e manejo desses materiais, conhecimento de indicadores de qualidade para sua seleção, padrões de qualidade para internacionalização de revistas, entre outros recursos.

3.3 Conceito e funções da biblioteca universitária

A principal missão da biblioteca universitária é integrar a instituição para o desenvolvimento dos processos de ensino, pesquisa e extensão, mediante a transferência de informação e a disseminação do conhecimento. Com isso, sua função precípua é reunir, organizar, preservar e disseminar a informação, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais das universidades.

Para Carvalho (2013, p.70), a biblioteca universitária é um “[...] espaço por excelência dedicado a prover e dar suporte por meio dos seus serviços e acervo, às atividades que envolvem grande parte do que caracteriza a própria instituição universidade [...]”, que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sobre a relação existente entre universidades e suas bibliotecas, Tarapanoff (1982, p. 24) já argumentava que a biblioteca universitária, como parte da sociedade na qual opera, reflete as características gerais do país, o seu grau de desenvolvimento, sua tradição cultural, seus problemas e prioridades socioeconômicas. Lück e colaboradores (2000, p. 2) argumentam que

A biblioteca universitária pode ser entendida como a instância que possibilita à universidade atender às necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação.

E Lubisco (2014, p. 5) propugna que

As bibliotecas universitárias (BU), conceitualmente, por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como

recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e desenvolvimento do espírito científico.

Para cumprir sua missão, as bibliotecas universitárias utilizam tecnologias e adotam metodologias coerentes com a natureza dos seus produtos e serviços. Essas tarefas, referidas por Barbosa e Franklin (2011, p. 96-97), se agrupam dentro das grandes funções, a saber: coleta ou aquisição de coleções; processamento ou tratamento técnico da documentação; registro/controlar; organização/ordenamento; disseminação/difusão.

O correto desenvolvimento dessas funções exige, além da atuação de profissionais com formação especializada, a utilização de: 1. Técnicas específicas, de caráter internacional, de forma a assegurar o intercâmbio de dados; 2. Tecnologias materializadas em sistemas informatizados para gerenciamento dos diferentes tipos de coleções (impressas e digitais), dos serviços, sejam presenciais ou a distância; 3. Dos produtos necessários e/ou demandados pelos usuários; 4. Equipes multidisciplinares, com competências orientadas a essas funções.

Diante do quadro pandêmico, questiona-se como serão reconfiguradas as ações, os serviços e os produtos, as técnicas e as tecnologias das bibliotecas universitárias para o retorno seguro ao trabalho presencial?

3.4 Infraestrutura de produtos e serviços

As BU prestam serviços visando ao acesso e uso por parte da comunidade acadêmica - docentes, discentes e corpo técnico - da Instituição de Ensino Superior a qual está vinculada, a fim de satisfazer as suas necessidades informacionais, em apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Pinto (1993, p. 135), é importante ressaltar que

[...] as Bibliotecas Universitárias são organizações e, como tal, constituídas por um conjunto de funções responsáveis, que vão desde a localização, organização até a recuperação da informação para os usuários que dela necessitam. A sua estrutura organizacional está formada por departamentos denominados de divisões e seções. A cada departamento cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento de algum produto e/ou serviço, formando uma cadeia até a sua execução final.

De acordo com Amboni (2002, p. 171) a estrutura organizacional das bibliotecas universitárias federais brasileiras apresenta, de um modo geral, as seguintes divisões:

- i. Direção Geral;
- ii. Secretaria Administrativa;
- iii. Divisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação;
- iv. Divisão de Assistência ao Usuário;
- v. Divisão de Automação e Informática.

De acordo com Barbalho (2012, p. 2032), para atender sua missão, objetivos e funções estabelecidas, a biblioteca necessita dispor de

[...]uma estrutura física, real ou virtual, recursos humanos, técnicos e auxiliares, recursos informacionais, oferecer serviços para os usuários potenciais ou reais. Deste modo, as atividades que ela desenvolve estão basicamente relacionadas à formação e desenvolvimento da coleção, ao processamento técnico e a atendimento ao usuário.

Ainda segundo Barbalho (2012, p. 2032-2033), os trabalhos desenvolvidos na BU estão basicamente relacionados a três atividades:

Formação e desenvolvimento de coleções:

- a) Objetivo: Elaborar, coordenar e executar a implantação de programas de formação, desenvolvimento e preservação do acervo informacional; organiza o serviço de aquisição e registro do acervo.
- b) Tarefas: Aquisição, recebimento e distribuição de material informacional; tombamento e baixa de material informacional e intercambio de material.
- c) Serviços: Seleção e Aquisição, registro e descarte.

Processamento técnico:

- a) Objetivo: executar o processamento técnico dos recursos informacionais adquiridos, inserindo-os no acervo e as respectivas referencias na base de dado.
- b) Tarefas: Leitura técnica do recurso informacional; Descrição do recurso informacional; Estabelecimento do número de classificação; Determinação dos indexadores dos recursos informacionais; Inserção dos dados na base de dados; Manutenção das bases de dados.
- c) Serviços: Catalogação, Classificação e Indexação.

Atendimento ao usuário:

- a) Objetivo: Prestar serviços de informação aos usuários da biblioteca e demais membros da comunidade em que está inserida.
- b) Tarefas: Difusão de informação; Interligação do sistema informático dos serviços com outros sistemas ou redes de informação; Formação e sensibilização de leitores; Orientação sobre o uso da biblioteca e do acervo através de treinamentos, visitas orientadas; Empréstimo entre Bibliotecas; Treinamento de Usuários; Normalização de Documentos; Elaboração de referências bibliográficas; Disseminação da Informação; Sumários e

Alertas de publicações periódicas correntes; Boletins Informativos; Jornal Mural; Boletim de Novas Aquisições; Consulta livre ao material dos acervos; Empréstimo Domiciliar; Comutação Bibliográfica.

c) Serviços ofertados: Circulação, Empréstimo e Referência.

O Quadro 1 apresenta um pequeno resumo de algumas atividades, serviços e tarefas desenvolvidos em uma BU.

Quadro 1 – Atividades e serviços desenvolvidos em uma BU.

Atividades	Serviços	Tarefas
Formação e Desenvolvimento de Coleções	Estudo da Comunidade Estudo do usuário e do uso do acervo Seleção Aquisição Avaliação Desbastamento e Descarte	Pesquisa Política de Seleção Política de Aquisição Política de Descarte
Processamento Técnico	Registro Catalogação Classificação Indexação	Análise Descritiva Análise Temática
Atendimento ao Usuário	Circulação	Consulta Empréstimo Empréstimo entre bibliotecas Comutação bibliográfica
	Treinamento de usuário	Uso dos recursos da biblioteca Métodos e técnicas de pesquisa Bibliografias e normas da documentação
	Disseminação	Serviço de Alerta D.S.I. Publicações e Divulgações
	Referência (informação especializada)	Assistência ao Usuário (<i>in loco</i>) Levantamento Bibliográfico Normalização Técnica Pesquisas temáticas para os PPG

Fonte: Barbalho (2012, p. 2032).

Se levarmos em conta que as necessidades da comunidade acadêmica tendem a mudar constantemente e ponderando o surgimento e a influência das novas tecnologias, as BU precisam se adequar, inovando com frequência para melhor atender o seu público-alvo. Segundo Neves (2018, p, 24), “A inovação é o requisito primordial para a competitividade e sobrevivência das organizações, de maneira que sua manifestação é efetivada principalmente por meio de produtos e serviços oferecidos”.

Sobre as inovações que surgiram durante a pandemia, Stivanin e Borges (2022, p. 1), propugnam que,

[...] houve um aumento da demanda por soluções inovadoras em diversas áreas do conhecimento e em campos da vida cotidiana. Para as bibliotecas em particular este cenário significou repensar como manter seu papel social de mediação informacional com seus espaços físicos fechados.

Ainda Stivanin e Borges (2022, p.5) fazem uma análise/apresentação de inovações ocorridas em BU brasileiras no contexto pandêmico, como: 1) UV-Book, equipamento elaborado pelo bibliotecário Fernando Braga Ferreira, com o objetivo de esterilizar livros com o uso de luz ultravioleta; 2) Os Clubes do Livro da Biblioteca de São Paulo (BSP) passaram a funcionar via Zoom; 3) sistema de drive-thru para empréstimos e devoluções de livros, implementado pelo sistema de bibliotecas do SESC/RS; ademais, no processo de reinvenção pelo qual as bibliotecas tiveram que passar, sabe-se da adoção de novas práticas educativas, isto é, capacitações para acesso à informação, mediadas pelo dispositivos tecnológicos disponíveis, bem como, de práticas leituras, referentes ao uso da informação, a exemplo do funcionamento citado sobre os Clubes do Livro.

As BU devem se adaptar às mudanças inerentes à educação superior e assim, oferecer serviços e produtos informacionais inovadores, de modo a melhor atender às necessidades informacionais de seu público-alvo. Pode-se considerar que “[...] as tecnologias são consideradas necessárias para contribuir com o processo de organização, recuperação e transmissão da informação” (GOMES; DUMONT, 2015, p. 133).

De acordo com Prado e Cavaglieri (2016, p. 95-96), “[...] a inovação passa a acontecer nas bibliotecas quando estas percebem que somente os registros informacionais bibliográficos já não mais atenderão uma sociedade conectada, participativa e com acesso rápido e vasto a uma variedade de recursos”. Muitas BU estão aperfeiçoando a oferta de seus produtos e serviços informacionais através das mídias da web social, especialmente desenvolvidas para apoiar e promover a interação social (instagram, twitter, facebook, etc.), aproximando a biblioteca ao seu público-alvo.

Segundo Zaninelli, Nogueira e Horimi (2019, p. 229)

A inovação em estrutura e serviços é algo que deve ser pensado, pois atrair e manter usuários em uma biblioteca é cada vez mais um desafio. Dessa forma, para que as organizações do setor de serviços – especialmente as bibliotecas – obtenham o sucesso, é fundamental que as mesmas considerem: (1) novas formas de abordagens aos usuários e (2) novos processos de desenvolvimento e entrega dos seus serviços, devem reavaliar seu ‘serviço central/principal’, que atualmente volta-se para a oferta e disponibilização da informação, e, portanto, conseguirem efetivamente inovar os serviços atualmente fornecidos, dando oportunidade de escolha aos usuários que frequentam os espaços das bibliotecas, para que os mesmos possam sim suprir as suas necessidades

informativos, mas também podem olhar a biblioteca como um espaço de cultura, lazer e entretenimento.

Durante o cenário pandêmico, desde março de 2020, muitas BU buscaram formas para disponibilizar seus produtos e serviços durante o isolamento social. Neste contexto, utilizaram as mídias sociais e as plataformas de vídeo conferência, tais como Google Meet, Zoom e Skype para divulgar informações, além de promover *lives*, palestras, oficinas, seminários e cursos remotos. As adversidades causadas pela Covid-19 provocaram uma maior utilização das TIC por parte das BU e essa evolução, na oferta de produtos e serviços, perdurará para além da pandemia.

Todos os erros humanos são impaciência, uma interrupção prematura de um trabalho metódico.

Franz Kafka (1922)

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A palavra metodologia é uma derivação da palavra método, do latim *methodus*, que consiste no caminho ou via para realização de algo, portanto, refere-se ao estudo do método. Isto é, o estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim. De acordo com Minayo (2007, p. 14), a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 83), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido.

A escolha do percurso metodológico mais adequado está relacionada diretamente ao problema que deu origem à pesquisa e aos vários fatores a ela associados, tais como: a natureza do fenômeno, objeto da pesquisa, objetivos, recursos financeiros, equipe humana, entre outros elementos que possam surgir no transcorrer da investigação.

Visando proporcionar uma maior familiaridade com os protocolos de biossegurança adotados pelas bibliotecas universitárias para o retorno seguro de suas atividades presenciais no contexto da pandemia, esta pesquisa, de natureza aplicada e com abordagem quali-quantitativa, investigou os documentos envolvidos no processo de retomada das atividades presenciais das bibliotecas universitárias analisadas e aplicou questionários aos diretores de SIBI.

4.1 Contexto e definição do percurso

A problemática que se apresenta nesta pesquisa refere-se aos impactos socioeconômicos que a pandemia teve na sociedade, não só pelo caos causado, pelas mortes e o medo, mas também pelas consequências do isolamento social e pela paralisação de diversos setores da sociedade. O propósito desta pesquisa foi o de analisar os protocolos de biossegurança adotados pelas universidades federais brasileiras para o retorno seguro de suas atividades presenciais, tendo como foco se e como as BU foram contempladas nesses protocolos, visando responder a seguinte pergunta de pesquisa/problema: Diante do contexto pandêmico, como as BU estão orientando as suas decisões para o retorno presencial seguro de suas atividades?

A presente pesquisa justifica-se a partir de três pontos de vista que se complementam: o institucional, o pragmático e o epistemológico.

Do ponto de vista institucional, trata-se de uma pesquisa integrada à historicidade dos estudos da linha de pesquisa Políticas e Tecnologias da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Justifica-se por contemplar a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e gestão de sistemas de informação, em específico, do retorno das atividades das bibliotecas universitárias no contexto da pandemia. Aliado a este cenário, a pesquisa também fundamenta a sua relevância política a partir do documento do Ministério da Educação que institui o Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino.

Do ponto de vista pragmático, justifica-se por considerar que a reabertura das bibliotecas universitárias, frente ao quadro pandêmico, configura um novo desafio teórico e prático, pois inclui mudanças na oferta de produtos e serviços, na infraestrutura das instalações, nos equipamentos de proteção, nos métodos de higienização e até nas variações das práticas biblioteconômicas. Nesse cenário atípico, esses atos devem relacionar as questões epistemológicas do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação referentes às bibliotecas universitárias, com as orientações normativas dos protocolos de biossegurança adotados pelas instituições para mitigar os avanços da Covid-19.

Do ponto de vista epistemológico, justifica-se no que tange à escassez de literatura sobre o impacto da pandemia nas atividades presenciais das BU. O estudo dos efeitos da pandemia na prática bibliotecária, em especial nas BU, se apresenta como elemento justificador para aprofundamento do tema, proporcionando com isso uma maior familiaridade com o problema supracitado.

O objetivo geral desta pesquisa se alicerça em situar como as BU das universidades federais públicas brasileiras estão representadas nos protocolos de biosseguranças para o retorno das atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19. Para seu cumprimento, definiram-se como objetivos específicos:

- Mapear no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) as universidades federais públicas, mantenedoras das bibliotecas universitárias;
- Identificar, dentre as universidades federais públicas, quais delas contam com protocolos de biossegurança que incluam conteúdos referentes ao retorno das BU;
- Caracterizar os protocolos de biossegurança adotados pelas bibliotecas de universidades federais para o retorno de atividades no contexto da pandemia;

- Averiguar de que modo as bibliotecas universitárias estão incluídas nos protocolos de biossegurança e qual a participação no processo de construção do documento.

4.2 População e amostragem

O universo de investigação desta pesquisa são as BU das 113 instituições de ensino superior brasileiras. Por razões de exequibilidade temporal, optamos por pesquisar somente as bibliotecas universitárias das 68 universidades federais, excluindo-se, assim, as bibliotecas dos institutos tecnológicos, das universidades estaduais, municipais e das instituições privadas. Em termos classificatórios, trata-se de uma amostragem não-probabilística intencional (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 225-226), todavia com grau de confiança de 99% e 10% de margem de erro. O mapeamento se deu por meio da consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), explicitada no Quadro 2, onde identificou-se as universidades federais públicas brasileiras, instituições mantenedoras das BU, fonte da pesquisa.

Quadro 2 – Universidades federais públicas brasileiras por região.

NORDESTE		SUDESTE		SUL		NORTE		CENTRO-OESTE	
AL	UFAL	ES	UFES	PR	UNILA	AC	UFAC	DF	UNB
BA	UFBA		UNIFAL-MG		UFPR	AM	UFAM	GO	UFCAT
	UFOB		UNIFEI		UTFPR	AP	UNIFAP		UFG
	UFRB		UFJF		UFCSPA	PA	UFOPA		UFJ
	UFSB		UFLA	UNIPAMPA	UFPA		UFGD		
CE	UFCA		UFMG	RS	UFPEL	UNIFESSPA	MS	UFMS	
	UFC		UFOP		UFSM	UFRA	UFMT		
	UNILAB		UFSJ		FURG	RO	UNIR	MT	UFR
MA	UFMA		UFU	SC	UFRGS	RR	UFRR		
PB	UFPB		UFV		UFFS	TO	UFT		
	UFCG	UFVJM	UFSC						
PE	UNIVASF	RJ	UFTM						
	UFPE		UNIRIO						
	UFAPE		UFRJ						
	UFRPE		UFF						
PI	UFDPAR	SP	UFRRJ						
	UFPI		UFABC						
RN	UFRN	UFSCAR							
	UFERSA	UNIFESP							
SE	UFS								
				Legenda:	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste



Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MEC, 2021).

Como o cenário problemático da pesquisa – a pandemia da Covid-19 – tem uma característica *sui generis* na história da humanidade e não há relações anteriores de pesquisa entre a pandemia e a biblioteca universitária, esta pesquisa se classifica como exploratória. Para Gil (2008), as pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. A presente pesquisa desenvolve-se no nível exploratório, pois visa avaliar uma situação concreta desconhecida – o retorno das atividades presenciais das bibliotecas universitárias em um contexto pandêmico –, em um dado local – no caso, as universidades federais do Brasil.

Com o mapeamento realizado nas planilhas geradas pelo e-MEC, identificamos as 68 universidades federais brasileiras e as categorizamos por regiões. O procedimento seguinte foi visitar os portais de cada uma dessas universidades para identificar quais delas tinham protocolos de biossegurança para o enfrentamento da pandemia e retorno seguro ao trabalho presencial. A seguir, disponibilizamos os quadros de 3 a 6, onde listamos todos os protocolos de biossegurança, ou documentos similares (planos, cartilhas, manuais, resoluções, entre outros), de cada universidade federal brasileira, por região, indicando ainda a data de confecção de cada documento.

No Quadro 3, estão identificados os Protocolos de Biossegurança, ou documentos similares, criados pelas 10 universidades federais brasileiras da Região Norte.

Quadro 3 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Norte do Brasil.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFAC	AC	Plano de retorno gradual de atividades presenciais e ações de contingência UFAC	10/2021
UFAM	AM	Plano de Biossegurança da UFAM frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19)	07/2020
UNIFAP	AP	Protocolo de Biossegurança UNIFAP	08/2021
UFOPA	PA	Plano de Biossegurança da UFOPA	09/2020
UFPA		Resolução n. 1.526 – CONSAD, de 06.09.2021 - Protocolos de biossegurança para uso dos espaços institucionais	09/2021
UFRA		Protocolo de Biossegurança da UFRA - v4.0	2022
UNIFESSPA		Protocolo de Biossegurança da UNIFESSPA	2022
UNIR	RO	Plano de Biossegurança da UNIR em decorrência da COVID-19	03/2022
UFRR	RR	Cartilha de retorno às aulas presenciais UFRR - 2.ed.	04/2022
UFT	TO	Protocolo de Biossegurança para retorno seguro das atividades presenciais na UFT	12/2021

Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda de cores por Regiões do Brasil:

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
-------	----------	---------	-----	--------------

No Quadro 4, estão identificados os Protocolos de Biossegurança, ou documentos similares, criados pelas 20 universidades federais brasileiras da Região Nordeste. Contudo, não localizamos os protocolos de biossegurança, ou similares, da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

Quadro 4 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFAL	AL	Protocolo de biossegurança para enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 - v.1 - UFAL	03/2021
UFBA	BA	Plano de Contingência e Medidas de Biossegurança para a realização de atividades presenciais no semestre letivo 2022.1 na UFBA	10/2021
UFOB		Plano de Biossegurança da UFOB diante da pandemia de Covid-19	12/2021
UFRB		Diretrizes Institucionais de Medidas de Biossegurança de Enfrentamento à COVID-19	12/2021
UFSB		Plano para Retomada Gradual das Atividades Administrativas Presenciais UFSB	09/2021
UFC	CE	Protocolo institucional de biossegurança da UFC	04/2022
UFCA		Protocolo de Biossegurança para desenvolvimento de atividades presenciais da UFCA	12/2021
UNILAB		Plano de Biossegurança UNILAB	10/2020
UFMA	MA	Protocolo de biossegurança para retorno das aulas presenciais UFMA	04/2022
UFCEG	PB	Protocolo Geral de Biossegurança do CDSA, da UFCEG	2021
UFPB		Protocolo de Biossegurança das Bibliotecas do CCAE	10/2021
UFAPE	PE	-	-
UFPE		Protocolo de Biossegurança contra Covid-19 - UFPE	02/2021
UFRPE		Protocolo de Biossegurança da UFRPE (Versão 1.3)	02/2022
UNIVASF	PI	Protocolos de Biossegurança Planejamento das atividades acadêmicas e administrativas presenciais UNIVASF	04/2021
UFDPar		-	-
UFPI	RN	Protocolo Geral de Biossegurança da UFPI	07/2022
UFERSA		Plano de Biossegurança da UFERSA em tempos de pandemia - Versão 2	12/2020
UFRN		Protocolo de Biossegurança UFRN	2022
UFS	SE	Protocolo de Biossegurança UFS	12/2021

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Quadro 5, estão identificados os Protocolos de Biossegurança, ou documentos similares, criados pelas 8 universidades federais brasileiras da Região Centro-Oeste.

Quadro 5 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Centro-Oeste do Brasil.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UNB	DF	Guia de recomendações de biossegurança, prevenção e controle da Covid-19 na UNB	12/2020
UFCAT	GO	Protocolo de biossegurança, espaço físico, protocolos sanitários e monitoramento da covid-19 na UFCAT	12/2020
UFG		Protocolo Geral de Biossegurança UFG (versão 1.6)	11/2021
UFJ	MS	Protocolo de Biossegurança UFJ diretrizes e orientações para o retorno gradual às atividades presenciais	12/2021
UFGD		Medidas de Biossegurança UFGD 3.ed	12/2021
UFMS	MT	Plano de biossegurança da UFMS	06/2022
UFMT		Diretrizes para retomada de atividades na UFMT	03/2022
UFR		Plano de contingenciamento à Covid-19 - UFR	04/2022

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Quadro 6, estão identificados os Protocolos de Biossegurança, ou documentos similares, criados pelas 19 universidades federais brasileiras da Região Sudeste.

Quadro 6 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Sudeste do Brasil.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFES	ES	Plano de biossegurança da UFES em tempos de Covid-19, 2.ed. atualizada e ampliada	07/2020
UFJF	MG	Protocolo de Biossegurança da UFJF	08/2020
UFLA		Plano de contingência da UFLA contra a pandemia de COVID-19	12/2021
UFMG		Plano de retorno presencial de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG	09/2020
UFOP		Protocolo de Biossegurança UFOP	12/2021
UFSJ		Protocolo de Biossegurança e Conduta da UFSJ para a Pandemia de COVID-19	03/2022
UFTM		Plano de retorno das atividades presenciais da UFTM	04/2022
UFU		Protocolo de Biossegurança UFU - v.04	03/2022
UFV		Protocolo de Biossegurança Institucional UFV	04/2022
UFVJM		Plano de Contingência UFVJM COVID-19	03/2022
UNIFAL-MG		Resolução Nº 40, de 21 de dezembro de 2020 - Plano Geral para a Retomada das Atividades Presenciais da UNIFAL-MG	12/2020
UNIFEI		Protocolo de Biossegurança UNIFEI – COVID-19	03/2022
UFF		RJ	Plano de Contingência da UFF frente a pandemia da COVID-19 (v.3)
UFRJ	Guia de ações de biossegurança para resposta à pandemia pela covid-19 no âmbito da UFRJ		10/2020
UFRRJ	Diretrizes para o plano de retomada de atividades administrativas e acadêmicas		2020
UNIRIO	Plano de continuidade das atividades acadêmicas e administrativas UNIRIO		06/2020
UFABC	SP	PORTARIA Nº 25012022 - REIT (11.01) - Normas de biossegurança UFABC	05/2022
UFSCAR		Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar	2022

UNIFESP		Diretrizes, orientações e protocolos visando a retomada gradual e segura das atividades presenciais nas dependências físicas da UNIFESP	02/2022
---------	--	---	---------

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Quadro 7, estão identificados os Protocolos de Biossegurança, ou documentos similares, criados pelas 11 universidades federais brasileiras da Região Sul.

Quadro 7 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais da Região Sul do Brasil.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFPR	PR	Comitê de Retorno às aulas práticas UFPR	11/2020
UNILA		Plano de Retorno UNILA	01/2022
UTFPR		Instrução Normativa GABIR-UTFPR nº 28, de 01.09.2021 - retorno das atividades presenciais na UTFPR	09/2020
FURG	RS	Protocolo de ações de prevenção à COVID-19 na FURG	10/2020
UFCSPA		Biossegurança e Pesquisa em Tempos de COVID-19	2021
UFPEL		Portaria N. 942, de 23 de maio de 2022	05/2022
UFRGS		Diretrizes para retorno restrito das atividades presenciais UFRGS	10/2021
UFSM		Manual de biossegurança para a comunidade acadêmica durante a pandemia de covid19	04/2022
UNIPAMPA		Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 2	05/2021
UFFS		SC	Resolução Nº 77 CONSUNI UFFS 2021 - Protocolo Institucional de Biossegurança
UFSC	Guia de biossegurança para o retorno das atividades presenciais na UFSC – Fase 1		11/2020

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.3 Instrumentos e coleta dos dados

Cada pesquisa faz uso de um método específico para dar cumprimento aos objetivos e, assim, atender às suas necessidades, mediante a adoção de técnicas específicas para a obtenção dos dados a serem analisados. “Escolhido os métodos, as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo da pesquisa” (ANDRADE, 2009, p. 132). Desta forma, a escolha dos instrumentos de coleta de dados é própria de cada tipo de pesquisa.

De acordo com Oliveira *et al.* (2016, p. 3)

A coleta de dados pode ser considerada um dos momentos mais importantes da realização de uma pesquisa, pois é durante a coleta de dados que o pesquisador obtém as informações necessárias para o desenvolvimento do seu estudo. Pode-se inclusive afirmar que o sucesso da pesquisa depende, em grande parte, da maneira como o pesquisador faz a coleta dos dados e, para coletar corretamente as informações necessárias para a realização de sua

pesquisa, é desafio do pesquisador escolher corretamente os instrumentos de coleta de dados que atendam aos seus objetivos e que estejam de acordo com a técnica utilizada.

Sobre os instrumentos de coleta de dados, Andrade (2009, p. 132-133) propugna que

Instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados.

Na presente pesquisa, foram investigados os atores humanos (diretores dos SIBI) e não-humanos (protocolos de biossegurança) envolvidos no processo de retomada das atividades presenciais das BU analisadas. Assim, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental (textos dos protocolos de biossegurança) e os questionários (participação dos bibliotecários e das bibliotecas na elaboração dos protocolos).

De acordo com Kripka e colaboradores (2015, p. 244),

A pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno. O método utilizado para analisar os documentos chama-se de método de análise documental. A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

Para Oliveira e colaboradores (2016, p. 3), “[...] o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. As perguntas devem manter uma sequência lógica, ser claras e objetivas, e não podem sugerir ou induzir as respostas.

O questionário deste estudo foi aplicado por meio do *Google Forms*, ferramenta gratuita da Google, específica para coletar dados para pesquisas online. Contou com cinco perguntas diretas (Apêndice B) e foi enviado aos e-mails dos diretores(as) dos SIBI das 68 BU deste estudo, obtidos por consulta aos portais das BU de cada IES. O questionário foi enviado no dia 2 de maio de 2023 e ficou disponível para respostas até o dia 2 de junho do mesmo ano.

*Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie
de biblioteca.*

Jorge Luis Borges (1979)

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção compreende a reunião e análise dos dados coletados junto aos atores humanos (diretores dos SIBI) e não humanos (protocolos de biossegurança), envolvidos no retorno ao trabalho presencial no contexto pandêmico.

5.1 Atores não humanos (Protocolos de Biossegurança)

Como resultado do processo de identificação da amostra desta pesquisa, foram criadas três categorias de análise: 1. Protocolos de Biossegurança das universidades federais que dedicaram conteúdo às suas BU; 2. Protocolos de Biossegurança das universidades federais que não dedicaram conteúdo às suas BU; 3. Protocolos de Biossegurança das universidades federais que apenas mencionam as BU como área comum. No Quadro 8 estão listados os protocolos de biossegurança das 23 universidades federais brasileiras que dedicaram conteúdo específico às suas BU, seja em capítulo ou seção. Dessas universidades verifica-se que: 10 são da região Nordeste; 5 são da região Norte; 3 da região Sudeste; 3 da região Centro Oeste; e apenas 2 da região Sul.

Quadro 8 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que dedicaram conteúdo às suas BU.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFAL	AL	Protocolo de Biossegurança para enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 UFAL	03/2021
UFCA	CE	Protocolo de Biossegurança para desenvolvimento de atividades presenciais da UFCA	12/2021
UFERSA	RN	Plano de Biossegurança da UFERSA em tempos de pandemia - Versão 2	12/2020
UFOB	BA	Plano de Biossegurança da UFOB diante da pandemia de Covid-19	12/2021
UFPB	PB	Protocolo de Biossegurança das Bibliotecas do CCAE	10/2021
UFRPE	PE	Protocolo de Biossegurança da UFRPE (Versão 1.3)	02/2022
UFS	SE	Protocolo de Biossegurança UFS	12/2021
UFSB	BA	Plano para Retomada Gradual das Atividades Administrativas Presenciais UFSB	09/2021
UNILAB	CE	Plano de Biossegurança UNILAB	10/2020
UNIVASF	PE	Protocolos de Biossegurança Planejamento das atividades acadêmicas e administrativas presenciais UNIVASF	04/2021
UFES	ES	Plano de Biossegurança da UFES em tempos de Covid-19, 2.ed. atualizada e ampliada	07/2020
UFOP	MG	Protocolo de Biossegurança UFOP	12/2021
UNIFEI	MG	Protocolo de Biossegurança UNIFEI – COVID-19	03/2022
UFAC	AC	Plano de retorno gradual de atividades presenciais e ações de contingência UFAC	10/2021
UFPA	PA	Resolução n. 1.526 – CONSAD, de 06.09.2021 - Protocolos de biossegurança para uso dos espaços institucionais	09/2021

UFRR	RR	Cartilha de retorno às aulas presenciais UFRR - 2.ed.	04/2022
UFT	TO	Protocolo de Biossegurança para retorno seguro das atividades presenciais na UFT	12/2021
UNIFESSPA	PA	Protocolo de Biossegurança da UNIFESSPA	2022
UFG	GO	Protocolo Geral de Biossegurança UFG (versão 1.6)	11/2021
UFGD	MS	Medidas de Biossegurança UFGD 3.ed	12/2021
UFR	MT	Plano de contingenciamento à Covid-19 - UFR	04/2022
UNILA	PR	Plano de Retorno UNILA	01/2022
UTFPR	PR	Instrução Normativa GABIR-UTFPR nº 28, de 01/09/2021 - retorno das atividades presenciais na UTFPR	09/2021

Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda de cores por Regiões do Brasil:

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
-------	----------	---------	-----	--------------

No Quadro 9 estão listados os protocolos de biossegurança das 19 universidades federais brasileiras que não dedicaram conteúdo específico às suas BU. Dessas universidades verifica-se que: nenhuma da região Norte; 4 da região Nordeste; 7 da região Sudeste; 1 da região Centro Oeste; e 7 da região Sul.

Quadro 9 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que não dedicaram conteúdo às suas BU.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFJ	GO	Protocolo de Biossegurança UFJ diretrizes e orientações para o retorno gradual às atividades presenciais	12/2021
UFCSPA	RS	Biossegurança e Pesquisa em Tempos de COVID-19	2021
UFFS	SC	Resolução Nº 77 CONSUNI UFFS 2021 - Estabelecer o Protocolo Institucional de Biossegurança	06/2021
UFPEL	RS	Portaria N. 942, de 23 de maio de 2022	05/2022
UFPR	PR	Comitê de Retorno às aulas práticas UFPR	11/2020
UFRGS	RS	Diretrizes para retorno restrito das atividades presenciais UFRGS	11/2021
UFSM	RS	Manual de Biossegurança para a comunidade acadêmica durante a pandemia de covid19 - UFSM	04/2022
UNIPAMPA	RS	Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 2	05/2021
UFC	CE	Protocolo institucional de biossegurança da UFC	04/2022
UFPE	PE	Protocolo de Biossegurança contra Covid-19 - UFPE	02/2021
UFRB	BA	Diretrizes Institucionais de Medidas de Biossegurança de Enfrentamento à COVID-19	12/2021
UFRN	RN	Protocolo de Biossegurança UFRN	2022
UFABC	SP	PORTARIA Nº 25012022 - REIT (11.01) - Normas de biossegurança UFABC	05/2022
UFLA	MG	Plano de contingência da UFLA contra a pandemia de COVID-19	12/2021
UFMG	MG	Plano de retorno presencial de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG	09/2020
UFSCAR	SP	Plano de Retomada das Atividades Presenciais da UFSCar	2022
UFSJ	MG	Protocolo de Biossegurança e Conduta da UFSJ para a Pandemia de COVID-19	03/2022

UFTM	MG	Plano de retorno das atividades presenciais da UFTM	04/2022
UNIFESP	SP	Diretrizes, orientações e protocolos visando a retomada gradual e segura das atividades presenciais nas dependências físicas da UNIFESP	02/2022

Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda de cores por Regiões do Brasil:

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
-------	----------	---------	-----	--------------

No Quadro 10 estão listados os protocolos de biossegurança das 24 universidades federais brasileiras que apenas mencionam as BU apenas como área comum. Dessas universidades verifica-se que: 5 são da região Norte; 4 da região Nordeste; 9 da região Sudeste; 4 da região Centro Oeste; e 2 da região Sul.

Quadro 10 – Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais que apenas mencionam as Bibliotecas como área comum.

Universidades	UF	Protocolos de Biossegurança	Data
UFCAT	GO	Protocolo de biossegurança, espaço físico, protocolos sanitários e monitoramento da covid-19 na UFCAT	12/2020
UFMS	MS	Plano de Biossegurança da UFMS	06/2022
UFMT	MT	Diretrizes para retomada de atividades na UFMT	03/2022
UNB	DF	Guia de recomendações de biossegurança, prevenção e controle da Covid-19 na UNB	12/2020
FURG	RS	Protocolo de ações de prevenção à COVID-19 na FURG	10/2020
UFSC	SC	Guia de biossegurança para o retorno das atividades presenciais na UFSC – Fase 1	11/2020
UFBA	BA	Plano de Contingência e Medidas de Biossegurança para a realização de atividades presenciais em 2022.1 na UFBA	10/2021
UFMG	MG	Protocolo Geral de Biossegurança do CDSA, da UFGM	2021
UFMA	MA	Protocolo de biossegurança para retorno das aulas presenciais UFMA	04/2022
UFPI	PI	Protocolo Geral de Biossegurança da UFPI	07/2022
UFAM	AM	Plano de Biossegurança da UFAM frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19)	07/2020
UFOPA	PA	Plano de Biossegurança da UFOPA	09/2020
UFRA	PA	Protocolo de Biossegurança da UFRA - v4.0	2022
UNIFAP	AP	Protocolo de Biossegurança UNIFAP	08/2021
UNIR	RO	Plano de Biossegurança da UNIR em decorrência da COVID-19	03/2022
UFF	RJ	Plano de Contingência da UFF frente a pandemia da COVID-19 (v.3)	06/2020
UFJF	MG	Protocolo de Biossegurança da UFJF	08/2020
UFRJ	RJ	Guia de ações de biossegurança para resposta à pandemia pela covid-19 no âmbito da UFRJ	10/2020
UFRRJ	RJ	Diretrizes para o plano de retomada de atividades administrativas e acadêmicas	2020
UFU	MG	Protocolo de Biossegurança UFU - v.04	03/2022
UFV	MG	Protocolo de Biossegurança Institucional UFMG	04/2022
UFVJM	MG	Plano de Contingência UFMG COVID-19	03/2022

UNIFAL-MG	MG	Resolução Nº 40, de 21 de dezembro de 2020 - Plano Geral para a Retomada das Atividades Presenciais da UNIFAL-MG	12/2020
UNIRIO	RJ	Plano de continuidade das atividades acadêmicas e administrativas UNIRIO	06/2020

Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda de cores por Regiões do Brasil:

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
-------	----------	---------	-----	--------------

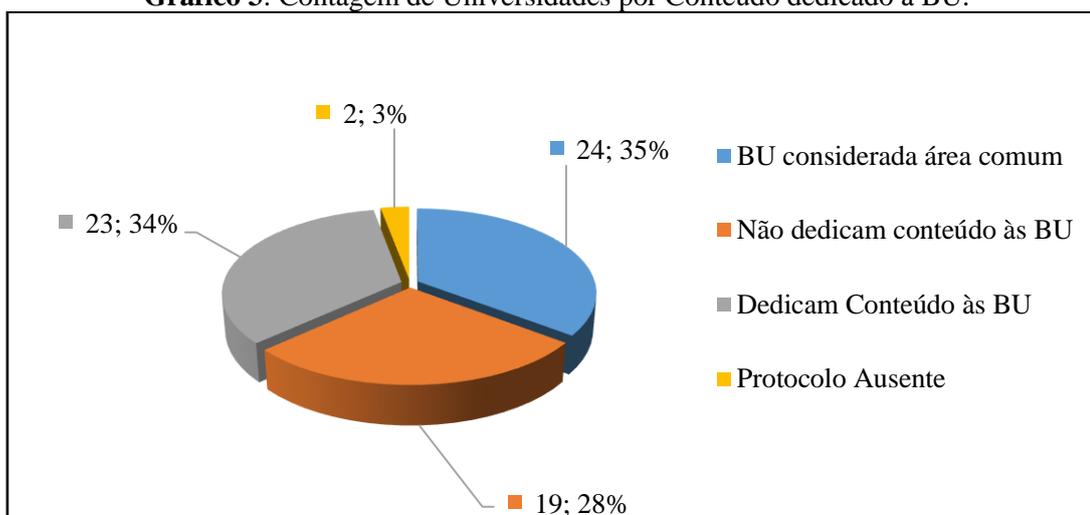
Diante do exposto, pode-se mensurar quantitativamente que as universidades das regiões Norte e Nordeste estão mais conscientes sobre a importância e particularidades de suas BU, o que pode ser comprovado pelo espaço dedicado às suas BU em seus protocolos de biossegurança. No Quadro 11 temos um resumo do quantitativo das universidades e suas BU, no que se refere aos protocolos de biossegurança.

Quadro 11 – Contagem de Universidades por Conteúdo dedicado à BU.

Região	Universidades Federais	Dedicam conteúdo às BU	Não dedicam conteúdo às BU	BU considerada área comum	Protocolo ausente
NORTE	10	5 (50%)	0	5 (50%)	
NORDESTE	20	10 (50%)	4 (20%)	4 (20%)	2 (10%)
SUDESTE	19	3 (15,8%)	7 (36,8%)	9 (47,4%)	
SUL	11	2 (18,2%)	7 (63,6%)	2 (18,2%)	
CENTRO-OESTE	8	3 (37,5%)	1 (12,5%)	4 (50%)	

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 3 observa-se que das 68 universidades federais brasileiras pesquisadas 23,34% dedicaram conteúdo às suas BU em seus protocolos de biossegurança; 19,28% não dedicaram conteúdo as suas BU em seus protocolos de biossegurança; em 24,35% delas as BU são apenas mencionadas como exemplo de área comum, sem levar em consideração suas particularidades; por fim, em apenas 2,3% das universidades estudadas não havia sequer um protocolo de biossegurança.

Gráfico 3: Contagem de Universidades por Conteúdo dedicado à BU.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar de o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino do MEC ter sido criado em julho de 2020, recomendando a criação de uma comissão local nas IES para a criação de seus protocolos de biossegurança, constatou-se que nem todas as universidades federais brasileiras criaram seus protocolos no ano indicado. Na Quadro 12 e no Gráfico 4, pode-se constatar que: i. apenas 17 universidades federais criaram seus protocolos em 2020, o que equivale a 26% da amostragem selecionada para este estudo; ii. 25 universidades federais criaram seus protocolos em 2021, o que equivale a 38% da amostragem; iii. E 24 universidades federais criaram seus protocolos em 2022, o que equivale a 36% da amostragem.

Quadro 12 – Quantitativo do ano de criação dos Protocolos de Biossegurança das universidades federais.

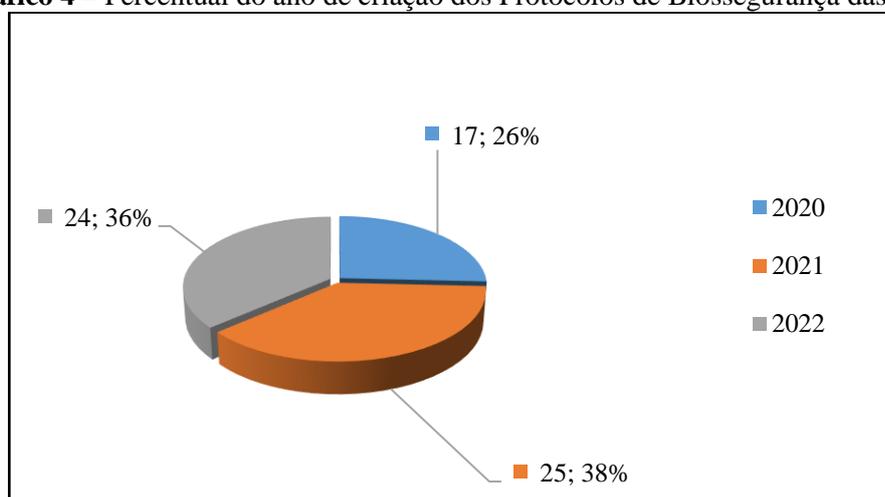
2020	2021	2022
UFERSA	UFAL	UFC
UNILAB	UFBA	UFMA
UFES	UFCA	UFPI
UFF	UFCG	UFRN
UFJF	UFOB	UFRPE
UFMG	UFPB	UFABC
UFRJ	UFPE	UFSCAR
UFRRJ	UFRB	UFSJ
UNIFAL-MG	UFS	UFTM
UNIRIO	UFSB	UFU
FURG	UNIVASF	UFV
UFPR	UFLA	UFVJM
UFSC	UFOP	UNIFEI

UFAM	UFCSPA	UNIFESP
UFOPA	UFFS	UFPEL
UFCAT	UFRGS	UFMS
UNB	UNIPAMPA	UNILA
	UTFPR	UFRA
	UFAC	UFRR
	UFPA	UNIFESSPA
	UFT	UNIR
	UNIFAP	UFMS
	UFG	UFMT
	UFGD	UFR
	UFJ	
17	25	24
TOTAL		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se, a partir dos dados aqui apresentados que, em geral, a grande maioria das IES federais demoraram mais de um ano para criar os seus protocolos de biossegurança e quando o fizeram, apenas 23,34% incluíram diretrizes específicas para atender às necessidades e particularidades de suas BU.

Gráfico 4 – Percentual do ano de criação dos Protocolos de Biossegurança das IES Federais.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda de cores por Regiões do Brasil:

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
-------	----------	---------	-----	--------------

5.1.1 Tipologia documental dos protocolos de biossegurança das 68 BU

Nosso estudo também possibilitou constatar que não houve uma uniformidade na nomeação dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais pesquisadas. E essa falta de uniformidade pode ser um indicativo de desconhecimento do que seja um protocolo e de seu aspecto normativo. Protocolo é o conjunto de informações, decisões, normas e regras definidas a partir de um ato oficial.

A tipologia documental pode ser definida como o estudo dos tipos documentais, ligados à espécie e à função de um documento. Ou seja, é uma análise de espécies documentais, para identificar sua função dentro do contexto e sua criação.

Segundo Bellotto (2002, p. 19), a tipologia documental é a ampliação da diplomática [espécie] em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora /acumuladora.

Ao nomear o documento de biossegurança como cartilha, plano, guia, medida, diretriz, entre outros, perde-se a uniformidade e o poder normativo que a tipologia ‘protocolo’ daria ao documento. Partindo desse pressuposto, no Quadro 13, podemos ver as diversas nomenclaturas utilizadas pelas 68 universidades federais brasileiras para designar os seus documentos de biossegurança.

Quadro 13 – Tipologia documental dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais.

REGIÃO	TIPOLOGIA
NORTE	Protocolo, plano, resolução e cartilha.
NORDESTE	Protocolo, plano e diretriz.
SUDESTE	Protocolo, plano, diretriz, guia, resolução e portaria.
CENTRO-OESTE	Protocolo, plano, diretriz, guia e medidas.
SUL	Protocolo, plano, diretriz, guia, resolução, portaria, instrução normativa, biossegurança, manual e comitê.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas universidades federais da **Região Norte**, surgem 4 nomenclaturas diferentes para os documentos de biossegurança. Nos Quadros de 14 a 18 é possível verificar a quantidade de vezes que cada tipologia foi utilizada em cada região estudada:

Quadro 14 – Tipologias utilizadas na Região Norte.

TIPOLOGIA	OCORRÊNCIAS
Protocolo	4 vezes
Plano	4 vezes
Resolução	1 vez
Cartilha	1 vez

Fonte: Dados da Pesquisa.

A **Região Nordeste** foi a que apresenta um menor número de variações, apresentando apenas 3 nomenclaturas em seus documentos de biossegurança:

Quadro 15 – Tipologias utilizadas na Região Nordeste.

TIPOLOGIA	OCORRÊNCIAS
Protocolo	12 vezes
Plano	5 vezes
Diretriz	1 vez

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas universidades federais da **Região Sudeste**, surgem 6 nomenclaturas diferentes para os documentos de biossegurança.

Quadro 16 – Tipologias utilizadas na Região Sudeste.

TIPOLOGIA	OCORRÊNCIAS
Protocolo	6 vezes
Plano	8 vezes
Diretriz	2 vezes
Guia	1 vez
Resolução	1 vez
Portaria	1 vez

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas universidades federais da **Região Centro-oeste**, surgem 5 nomenclaturas diferentes para os documentos de biossegurança.

Quadro 17 – Tipologias utilizadas na Região Centro-oeste.

TIPOLOGIA	OCORRÊNCIAS
Protocolo	3 vezes
Plano	2 vezes
Diretriz	1 vez
Guia	1 vez
Medida	1 vez

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, a **Região Sul** é a que apresenta maior variação, apresentando 10 nomenclaturas para os documentos de biossegurança:

Quadro 18 – Tipologias utilizadas na Região Sul.

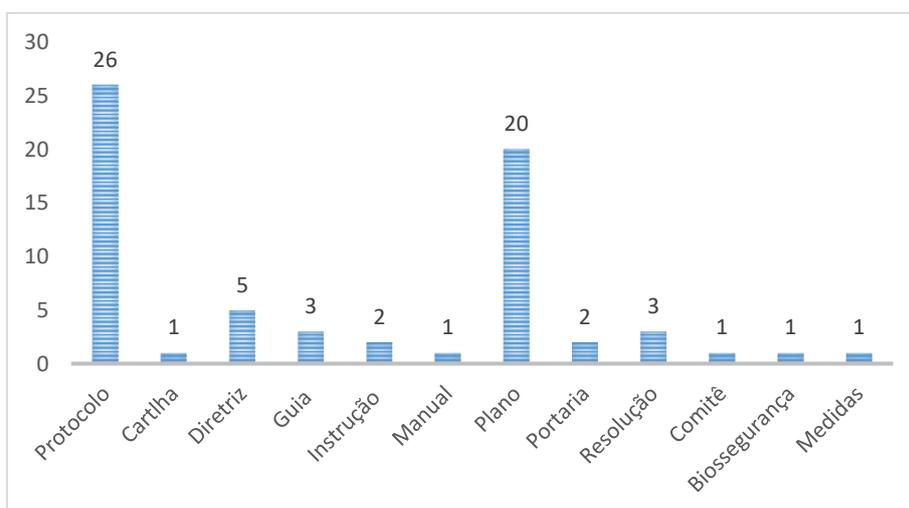
TIPOLOGIA	OCORRÊNCIAS
Protocolo	1 vez
Plano	1 vez
Diretriz	1 vez
Guia	1 vez
Resolução	1 vez
Portaria	1 vez
Instrução normativa	2 vezes
Biossegurança	1 vez
Manual	1 vez
Comitê	1 vez

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 5, podemos verificar o quantitativo de cada nomenclatura atribuída aos documentos de biossegurança das 68 universidades federais estudadas. As tipologias com maior representatividade são:

- i. 'Protocolo', com 26 ocorrências;
- ii. 'Plano', com 20 ocorrências;
- iii. 'Diretriz', com 5 ocorrências.

Gráfico 5 – Nomenclaturas dos documentos de biossegurança das 68 universidades federais.



Fonte: Dados da Pesquisa.

A falta de uniformidade ao nomear os seus documentos de biossegurança, por parte das universidades federais das 5 regiões do Brasil, pode nos dar um indicativo do desconhecimento da importância de um protocolo de biossegurança e de seu poder normativo, para que se façam cumprir as normas e recomendações de segurança à saúde durante a pandemia de Covid-19. Talvez seja um reflexo do uso político que a administração Jair Bolsonaro fez da pandemia, mas principalmente deve-se à maneira errática através da qual políticas ineficazes foram implementadas.

A combinação do uso político da pandemia e a implementação de políticas ineficientes deram origem a uma espécie de ‘regime de ação pura’ (Herrmann, 1992, p. 89), e que aqui preferimos denominar de ‘desgoverno’. De acordo com Rodrigues (2022, p. 739),

No desgoverno, a falta de cuidados com a vida humana é a própria figura do desamparo; e o pano de fundo do sentimento de desamparo é o negacionismo — entendido como sistema de intenções ocultas, de descrédito ao conhecimento e de apego apaixonado à mentira.

Ainda segundo Rodrigues (2022, p. 740),

Desde o início da pandemia, a lógica de destruição das políticas de saúde e de direitos humanos vem se acentuando, na medida em que o presidente decidiu radicalizar sua posição, lançando todas as suas fichas na negação da gravidade do coronavírus.

De fato, diante do negacionismo disseminado pelo grande número de *fake news* e teorias conspiratórias sobre a Covid-19, é compreensível que não tenha havido uniformidade na criação e nomeação dos documentos de biossegurança aplicado às IES do Brasil.

5.2 Atores humanos (Diretores das BU)

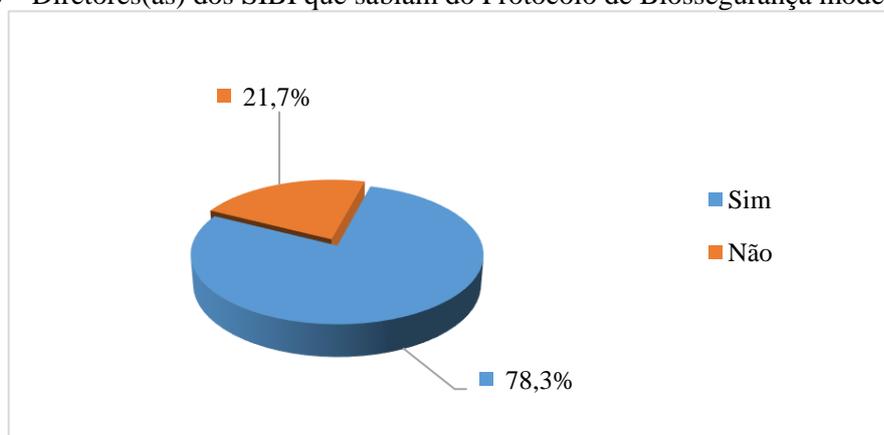
Após o levantamento dos protocolos de biossegurança das 68 universidades federais brasileiras estudadas, aplicamos um questionário (Apêndice A) aos diretores(as) de cada Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) das IES supracitadas. Esse instrumento de coleta de dados, conforme já tratado, foi aplicado por meio do *Google Forms*. Contava com cinco perguntas diretas, precedidas por uma mensagem de apresentação (APÊNDICE A).

O questionário foi enviado para o endereço eletrônico institucional dos diretores(as) dos SIBI, no dia 2 de maio de 2023, e foi fechado no dia 2 de junho do mesmo ano. Obtivemos 46 respostas, dos 68 e-mails enviados, um retorno de aproximadamente (68%) do total. De posse

das respostas, o pesquisador efetuou a tabulação, gerando gráficos com as respostas passíveis de quantificação os quais serão apresentados e discutidos nesta seção.

Inicialmente, perguntamos se os diretores(as) dos SIBI sabiam que o MEC havia criado um Protocolo de Biossegurança, divulgada pela Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020, como um modelo para criação dos protocolos de biossegurança das IES federais, visando ao retorno seguro de suas atividades presenciais durante a pandemia de Covid-19. Dos respondentes, 78,3% disseram que tinham conhecimento da existência desse protocolo modelo e 21,7% responderam que não tinham conhecimento de sua existência, conforme se pode verificar no Gráfico 6.

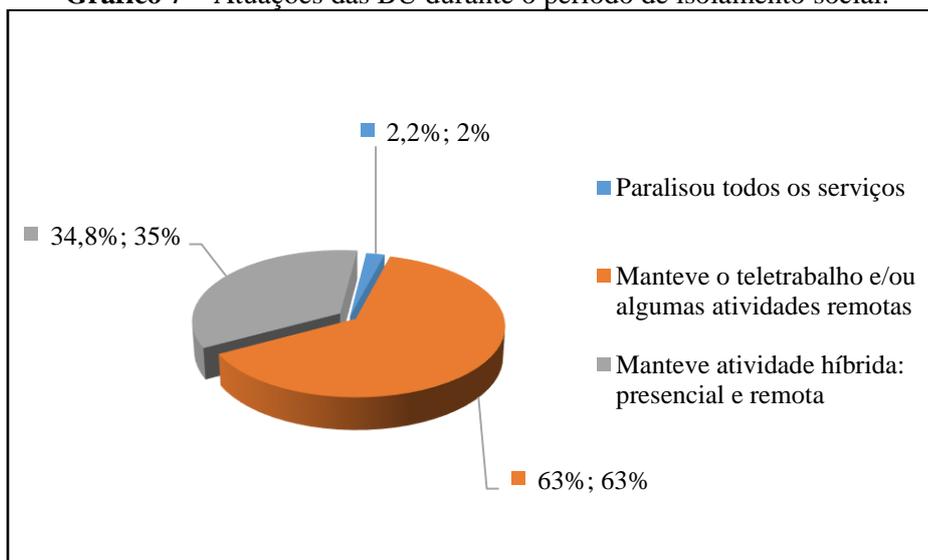
Gráfico 6 – Diretores(as) dos SIBI que sabiam do Protocolo de Biossegurança modelo do MEC.



Fonte: Dados da Pesquisa.

O desconhecimento, por parte de 21,7% dos diretores dos SIBI, sobre a existência do referido protocolo, para orientar a criação dos protocolos de biossegurança das IES federais, é um indicativo da falha de comunicação existente entre o MEC, as Universidades federais e seus SIBI.

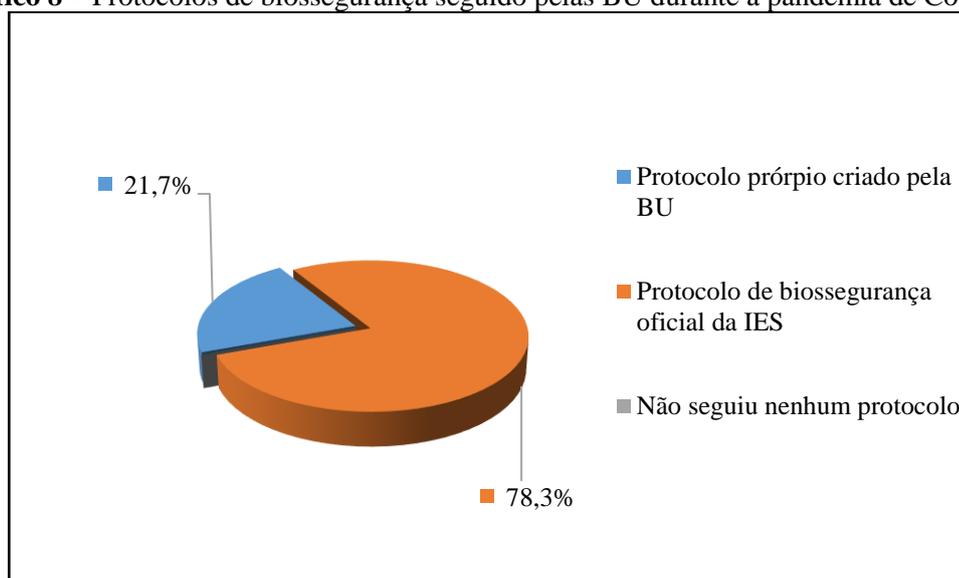
Em seguida, questionamos sobre a atuação das BU durante o período de isolamento social recomendado pela OMS, oferecendo três alternativas de resposta: i. a BU paralisou todos os serviços; ii. a BU manteve o teletrabalho e/ou alguma atividade remota; iii. a BU manteve atividade híbrida: presencial e remota. Dos respondentes, 2,2% informaram que as BU paralisaram todos os serviços; 34,8% disseram que as BU mantiveram atividade híbrida (presencial e remota); por fim, 63% responderam que as BU mantiveram o teletrabalho e/ou alguma atividade remota, conforme podemos verificar no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Atuações das BU durante o período de isolamento social.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com as respostas obtidas na segunda questão, pudemos confirmar que as BU seguiram a tendência adotada pela maior parte das instituições, organizações e empresas afetadas pelo isolamento social, que foi a adoção do teletrabalho/trabalho remoto como alternativa para continuar oferecendo seus produtos e/ou serviços para seus clientes. A pandemia de Covid-19 acelerou a tendência de reconfiguração do trabalho, ou seja, mesmo após a sua regressão, os trabalhos remotos, reuniões virtuais, atividades de home-office continuaram, ainda que de forma menos intensa do que no pico da pandemia.

Na terceira questão, perguntamos se as BU haviam seguido um protocolo de biossegurança para o retorno de suas atividades presenciais e qual a origem do documento supracitado: i. se seguiu um protocolo de biossegurança criado pela própria BU; ii. se seguiu o protocolo de biossegurança oficial da IES mantenedora da BU; iii. ou, por fim, se a BU não seguiu nenhum protocolo de biossegurança. Dos respondentes, 78,3% das BU utilizaram os protocolos de biossegurança oficiais de suas IES; 21,7% criaram um protocolo de biossegurança próprio; por fim, constatamos que todas as BU usaram algum protocolo de biossegurança para o retorno seguro dos trabalhos presenciais, conforme se pode verificar no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Protocolos de biossegurança seguido pelas BU durante a pandemia de Covid-19.

Fonte: Dados da Pesquisa.

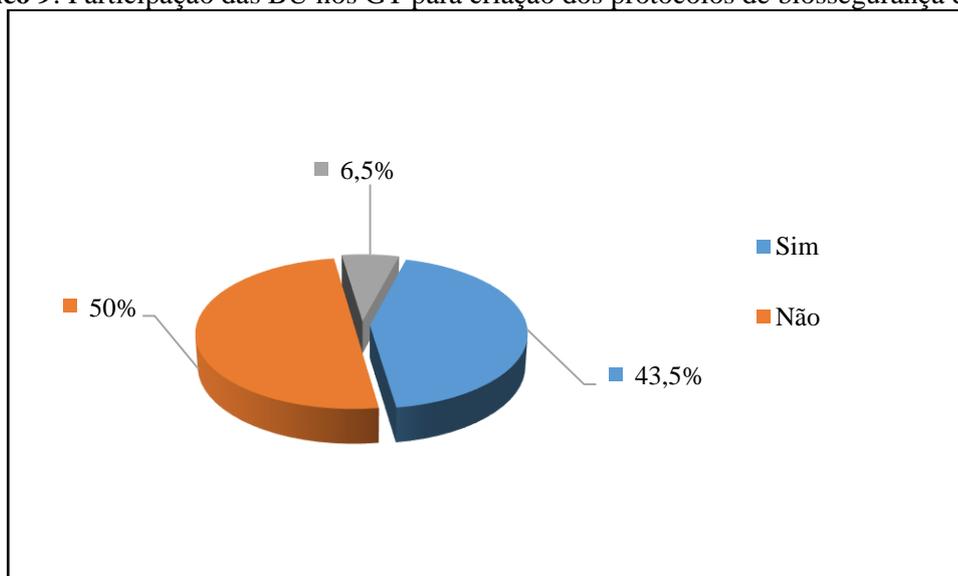
As respostas obtidas aqui corroboram as respostas recebidas na primeira pergunta, pois o número daqueles que não sabiam da existência do protocolo de biossegurança modelo criado pelo MEC foi igual ao número daqueles que indicaram ter criado um protocolo próprio para as suas BU. Se por um lado isso mostra o desconhecimento das BU sobre o que acontece em suas IES e as falhas de comunicação da IES para com suas BU, também mostra o poder de iniciativa dos bibliotecários que, por desconhecerem as ações de suas IES em relação à biossegurança, criaram seus próprios protocolos. Dados explanados no Quadro 19.

Quadro 19 – Similaridade nas respostas obtidas nas questões 1 e 3.

Questões	Alternativas	%
1	BU que desconheciam a existência do protocolo de biossegurança modelo do MEC.	21,7%
3	BU que criaram seus próprios protocolos de biossegurança, ignorando os de suas IES.	21,7%
1	BU que conheciam o protocolo de biossegurança modelo do MEC.	78,3%
3	BU que seguiram o protocolo de biossegurança oficial de suas IES.	78,3%

Fonte: Dados da Pesquisa.

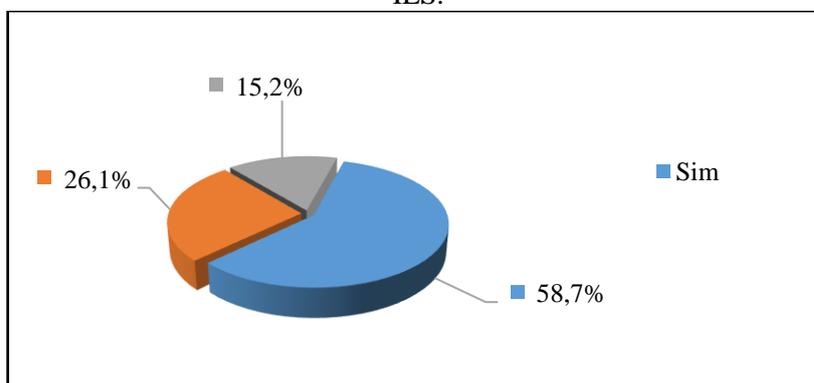
Na penúltima questão, inquirimos se a BU fez parte do grupo de trabalho ou comissão destinada à elaboração do Protocolo de Biossegurança de sua IES. Metade dos respondentes 50% afirmou não ter feito parte de tais grupos de trabalho; já 6,5% responderam que essa pergunta não se aplicava à realidade de sua IES, um indicativo que, para esses respondentes, sua IES não elaborou protocolo de biossegurança.

Gráfico 9: Participação das BU nos GT para criação dos protocolos de biossegurança das IES.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O fato de 56,5% (50% + 6,5%) das BU indicarem não ter participado das comissões para criação dos Protocolos de Biossegurança de suas IES reforça a visão de que a BU não teria particularidades a serem levadas em conta para a elaboração dos Protocolos de Biosseguranças. Do universo estudado (protocolos das 68 IES federais), apenas 23 Protocolos dedicaram conteúdo às suas bibliotecas; os demais apenas mencionaram a biblioteca como área comum ou nem mesmo fizeram menção a elas.

Por fim, na última pergunta, detalhada no Gráfico 10, inquirimos se as BU estavam satisfeitas sobre como foram representadas nos Protocolos de Biosseguranças oficiais de suas IES. Tendo como respostas: i. 58,7% estavam satisfeitas; ii. 26,1% não estavam satisfeitas; e 15,2% afirmaram não se aplicar à sua realidade.

Gráfico 10 – Nível de satisfação com a representação das BU nos protocolos de biossegurança das IES.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Essas respostas provocaram certa inquietação por sugerirem alguma incongruência. Então, vejamos: - Como é possível que 58,7% das BU estejam satisfeitas da forma como foram representadas nos Protocolos de suas IES, sendo que 56%5 delas indicaram não ter feito parte das comissões que criaram os protocolos supracitados? A rigor, seria de extrema importância que todas as BU fossem convidadas a fazer parte das comissões que elaboraram os Protocolos de Biosseguranças, pois, dessa forma, as particularidades das bibliotecas seriam levadas em conta e nos afastaríamos da visão restrita de que a biblioteca é apenas mais uma das áreas comuns das IES, concepção combatida por Antonio Miranda desde a década de 1970.

*A vida é a grande possibilidade de ser, ainda que na
esterilidade desértica do ter.*

Vinícios Souza de Menezes (2012)

6 CONCLUSÃO

Essa pesquisa surgiu, e se desenvolveu, durante a pandemia de Covid-19 (2021-2023), um momento ímpar na história da humanidade. Declarada oficialmente no dia 11 de março de 2020 pela OMS, desde então o mundo registrou milhões de mortes causadas pela doença, assim como vivenciou profundas transformações econômicas, sociais e culturais. De acordo com o Relatório de Estatísticas Mundiais de Saúde 2023, compilado pela World Health Organization (WHO, 2023, p. 17),

Desde que os primeiros casos de COVID-19 foram relatados em todo o mundo, há mais de três anos, a pandemia teve um impacto sem precedentes em todos os países. Até 11 de março de 2023, houve mais de 759 milhões de casos confirmados de COVID-19 e quase 6,9 milhões de mortes por COVID-19 relatadas globalmente. No entanto, o verdadeiro custo da pandemia de COVID-19 é significativamente maior, pois afetou indiretamente a mortalidade por meio de mecanismos como interrupções nos serviços de saúde e mudanças nos comportamentos de busca por atendimento. (WHO, 2023, p. 17)¹⁰

Quando iniciamos os estudos, em 2021, enfrentamos muitas dificuldades ao investigar o tema, por ser um assunto novo, com poucas informações confiáveis disponíveis; ademais havia um grande número de *fake news*, teorias conspiratórias, desinformação e negacionismo circulando sobre a enfermidade. Por essas razões, houve a necessidade de reescrever/reformular muitas passagens do texto, sempre que novas descobertas eram feitas ou certas ideias eram refutadas.

O propósito inicial desta pesquisa foi o de responder à pergunta de partida: Diante do contexto pandêmico como as BU estão orientando as suas decisões para o retorno presencial seguro de suas atividades? Isso nos levou ao objetivo da dissertação que se alicerça em situar como as BU das universidades federais públicas brasileiras estão representadas nos protocolos de biosseguranças para o retorno seguro, em termos de saúde, das atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19.

Para o devido cumprimento do objetivo geral, definimos quatro objetivos específicos:

¹⁰ Since the first cases of COVID-19 were reported around the world more than three years ago, the pandemic has had an unprecedented impact on every country in the world. Up to 11 of March 2023, there had been over 759 million confirmed cases of COVID-19 and nearly 6.9 million reported COVID-19 deaths globally. However, the true toll of the COVID-19 pandemic is significantly higher as it has indirectly affected mortality through mechanisms such as disruptions to health-care services and changes in care-seeking behaviours. (tradução nossa)

- i. Mapear no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) as universidades federais públicas, mantenedoras das bibliotecas universitárias;
- ii. Identificar, dentre as universidades federais públicas, quais delas contam com protocolos de biossegurança que incluam conteúdos referentes ao retorno das BU;
- iii. Caracterizar os protocolos de biossegurança adotados pelas bibliotecas de universidades federais para o retorno de atividades no contexto da pandemia;
- iv. Averiguar de que modo as bibliotecas universitárias estão incluídas nos protocolos de biossegurança e qual a participação no processo de construção do documento.

Para investigar os atores humanos (diretores dos SIBI), utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado aos diretores dos SIBI das 68 IES federais estudadas e para os atores não-humanos (protocolos de biossegurança) fizemos uma pesquisa documental, representada pelos textos dos protocolos de biossegurança.

Em atenção ao primeiro objetivo da dissertação, acessamos o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, do e-MEC, mapeamos as 68 universidades federais brasileiras, o que configurou nossa amostragem. Por uma razão de exequibilidade, resolvemos excluir neste estudo as BU dos institutos tecnológicos, das universidades privadas e estatuais. De posse da planilha de dados gerada no e-MEC, aplicamos os filtros necessários para obter um relatório contendo as informações essenciais à nossa investigação: a lista dos portais das 68 IES federais e de seus SIBI, bem como os contatos de seus diretores e coordenadores. Ao todo foram: i. 10 universidades federais na Região Norte; ii. 20 universidades federais na Região Nordeste; iii. 8 universidades federais na Região Centro-Oeste; 19 universidades federais na Região Sudeste; iv. e, por fim, 11 universidades federais na Região Sul. Nos portais dessas instituições iniciamos a busca pelos Protocolos de Biossegurança oficiais.

Isso nos levou ao segundo objetivo da pesquisa, qual seja, identificar quais IES federais contavam com protocolos de biossegurança e quais destes documentos dedicaram algum conteúdo às suas BU. Das 68 IES estudadas, apenas duas não fizeram protocolos de biossegurança oficiais, a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e a

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa). As demais 66 IES federais criaram seus Protocolos de Biossegurança oficiais, com nomenclaturas e aprofundamentos diversos.

Nessa linha, identificamos, por meio de três categorias de análise, que: i. 23 dedicaram conteúdo específico às suas BU; ii. 19 não dedicaram conteúdo específico às suas BU; iii. e, 24 apenas mencionam as BU apenas como uma área comum.

Em atenção ao terceiro objetivo, o de caracterizar os protocolos de biossegurança adotados pelas BU das IES federais, procedemos a uma análise das tipologias/nomenclaturas dos seus documentos de biossegurança, onde observamos a falta de uniformidade na adoção das nomenclaturas/tipologias dos documentos supracitados. Diversas foram as nomenclaturas usadas: cartilha, plano, guia, medida, diretriz, entre outros, afetando o poder normativo que a nomenclatura correta daria ao documento. A falta de uniformidade pode ter sido consequência do desconhecimento sobre o que é exatamente um protocolo de biossegurança (sua função) e/ou pelo uso político da pandemia e da implementação de políticas ineficientes por parte do governo.

Após o estudo e análise dos protocolos de biossegurança resgatados, criamos uma lista com as 23 diretrizes que deveriam para compor um protocolo de biossegurança voltado para atender às necessidades e particularidades de uma biblioteca, já indicados na seção 2.5 deste estudo. Para a composição desta lista, levamos em conta os itens que mais se repetiram nos protocolos analisados e as diretrizes indicadas como de maior efetividade no combate à proliferação do vírus e nos cuidados com a saúde.

Por fim, para atender ao quarto objetivo, averiguar de que modo as BU estão incluídas nos protocolos de biossegurança e qual a participação no processo de construção do documento, aplicamos um questionário aos diretores dos SIBI das IES federais brasileiras, disponível no Apêndice B desta pesquisa. Em suma, 21,7% dos diretores dos SIBI desconheciam o Protocolo modelo do MEC e criaram protocolos próprios para suas BU, ignorando a existência dos protocolos oficiais de suas IES; outros 78,3% tinham conhecimento e seguiram os protocolos de suas universidades.

Sobre o trabalho remoto, que se popularizou muito durante a pandemia de Covid-19, 63% dos diretores afirmaram que mantiveram essas modalidades como forma de atender ao seu público, sendo que apenas 2,2% das BU paralisaram totalmente os serviços durante o isolamento social e 34,8% mantiveram o atendimento híbrido. Na última pergunta, inquirimos se os diretores dos SIBI estavam satisfeitos como suas BU foram representadas nos protocolos de biossegurança de suas IES, quando 58,7% deles afirmaram estar satisfeitos, contra 26,1%

insatisfeitos, outros 15,2% disseram não ter opinado, por desconhecer os protocolos oficiais de suas IES.

Por fim, constatamos a grande importância dos Protocolos de Biossegurança para o retorno seguro ao trabalho presencial das BU no contexto pandêmico, contudo, devido a uma soma de desventuras, como a comunicação ineficiente entre MEC, Universidades e suas BU, bem como o uso político da pandemia, as *fake news*, e o negacionismo sobre a ciência, que juntos quase se configuraram como uma segunda pandemia, afetaram sobremaneira a correta aplicação dos referidos protocolos nas IES federais, no território nacional.

O ódio e a desconfiança direcionados à ciência, à sua metodologia, a normas e regras podem ter sido os fatores principais para o grande flagelo da pandemia, quando muitas mortes seriam evitadas se, para além da pandemia de Covid-19, não houvesse uma pandemia de negacionismo e desinformação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M.B.M. Biossegurança, uma visão da história da ciência. **Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento**, Natal, v. 3, n. 18, p. 42-45, 2001.
- ALMEIDA, José Luiz Telles de; VALLE, Silvio. Biossegurança no ano 2010: o futuro em nossas mãos? **Bioética**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 199-203, 1999. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/312/457. Acesso em: 10 jun. 2023.
- AMBONI, Narcisa de Fátima. **Qualidade em serviços: dimensões para orientação e avaliação das bibliotecas universitárias federais brasileiras**. Orientador: Prof. José Francisco Salm. 2002. 227 p. Tese (Doutorado) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83805/188852.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- AMENDOLA, Antonella, et al. Evidence of SARS-CoV-2 RNA in Oropharyngeal Swab Specimen, Milan, Italy, Early December 2019. **Emerging Infectious Diseases**. Atlanta, v. 27, n. 2, p. 648-650. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3201/eid2702.204632>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Estrutura organizacional de bibliotecas universitárias: subsídio para sua composição. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU, 2012, Gramado. **Anais** [...]. Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6046>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BARBOSA, M. L. A.; FRANKLIN, S. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. *In*: LUBISCO, N. M. L. (Org.) **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 89-137.
- BATTLES, Mathew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo, 2002. 120 p.
- BOAS, Sérgio Vilas. **Ensino Superior Particular: um vôo histórico**. São Paulo: Segmento, 2004.
- BORÉM, A. **Escape gênico & transgênicos**. Rio Branco: Suprema, 2001.
- BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleise; BARROS, Susane Santos. **Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais**. São Paulo: Pimenta Cultura, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020. Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, edição 125, p. 30, 02 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino**. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <http://paineis.dsbr.org/cartilha/cartilha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com Agentes Biológicos**. Brasília: Editora MS, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com Agentes Biológicos**. 2. ed. Brasília: Editora MS, 2006b.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZNySQnGQtLrt9vngxqYHsXD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARVALHO, Luciana Moreira. **As Bibliotecas Universitárias de Portugal e Nordeste do Brasil**: estudo sobre o impacto e mediação das tecnologias digitais. Orientador: Dr. Armando Malheiro da Silva. 2013. 296 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Symptoms of coronavirus**. 2022. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/symptoms-testing/symptoms.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CHASTINET, Yone. Participação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU, 6., Belém, nov. 1989. **Anais [...]**. Belém, Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 38-47.

COSTA, Marco Antonio Ferreira da. **Biossegurança**: segurança química básica para ambientes biotecnológicos e hospitalares. São Paulo: Ed. Santos, 1996.

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. Biossegurança: elo estratégico de SST. **Revista CIPA**, v. 21, n. 253, p. 46-52, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Murilo B; DIÓGENES, Fabiene C. B. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FINGER, Almeri Paulo. A Gestão Universitária no Brasil: a busca de uma identidade. *In*: FINGER, Almeri Paulo (org.). **Gestão de Universidades**: novas abordagens. Curitiba: Champagnat, 1997. p. 11-24.

FONTES; E.M.G. Legal and regulatory concerns about transgenic plants in Brazil. **Journal of Invertebrate Pathology**, Georgia v. 83, n. 2, p. 100-103, 2003.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Nacional**. Histórico. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GARCIA, Maria Lucia Andrade. **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: planejamento e permanência. Rio de Janeiro: FINEP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n2/0103-3786-tinf-27-02-00133.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

HERRMANN, Fabio. **O que é psicanálise**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 90p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua 2019**: acesso à internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

JALKIOPULU, María N. El Catálogo de la Biblioteca de Focio. **Byzantion Nea Hellás**, Santiago do Chile, n. 11-12, p. 117-162, 1991. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/48263/50887>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LE MOS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 40-51, mar. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36017/28187>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LUBISCO, N. M. L. A biblioteca universitária brasileira: uma proposta para avaliar seu desempenho. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 153-199, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/98701>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). 2014. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 5, dez. 2014. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_58d5cb21b8_0000016393.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

LUBISCO, Nídia. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA.** Orientador: Dora Leal Rosa. 2001. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LÜCK, Esther Hermes. et al. A biblioteca universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU*, 11. 2000. **Anais** [...]. Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.ws/csouza952/t024.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no Período Pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 32, n. 3, p. 1-11, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7bgbrBdvs3tHHHFg36c6Z9B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e das bibliotecas.** São Paulo: Anhembi, 1957.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 71-91, jan./jun. 2004.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade.** 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez. 2005. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_99864bb17b_0011138.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

NEVES, J. J. F. **A inovação nas bibliotecas universitárias brasileiras: identificando o potencial inovador.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190885/PCIN0180-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OLIVEIRA, Jose Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU*, 3. Natal, 2016. **Anais** [...]. Natal: Realize Editora, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Who Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard**. Geneva, 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Considerações sobre medidas de distanciamento social e medidas relacionadas com as viagens no contexto da resposta à pandemia de covid-19**. Brasília, 3 abr. 2020. Brasília, 3 abr. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52045/OPASBRACOV1920039_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREZ- RIOJA, José Antônio. **El libro y la biblioteca**. Barcelona: Salvat, 1952.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 04-31, jul./dez. 2016.

PINTO, Virgínia Bentes. Informação: a chave para a qualidade total. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 133-137, maio/ago., 1993.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Sobre as pestes, o desamparo e o desgoverno. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 731-751, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/4W4ZBMhTjpL6hqMvYYTpQMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SEWELL, D.L. Laboratory-associated infections and biosafety. **Clinical Microbiology Review**, Portland, v. 8, n. 3, p. 389-405, 1995. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC174631/pdf/080389.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SHATZMAYR, H.G. Biossegurança nas infecções de origem viral. **Revista Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento**, Anápolis, v. 3, n. 18, p. 12-15, 2001.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. *In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA*, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Maria Fernanda de. Scriptoria e Oficinas. **Revista ao Pé da Letra**, Recife, v. 2, n. 1, p. 49-153, 2000.

STIVANIN, Deiziane Braga; BORGES, Jussara. Ações inovadoras promovidas por bibliotecas brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 11, p. 1-9, jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/83182/46481>. Acesso em: 11 jun. 2023.

STREHL, Leticia. Uma agenda para reinvenção da biblioteca universitária: exercício estratégico e de ciência aberta. **SciELO Preprints**, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3323/11372>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TANUS, Gabrielle F. S. C; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, Havana, v. 31, n. 4, p. 1-27. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/52008/1/Atua%c3%a7%c3%a3oDesafios_Tanus_2020.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

TANUS, Gabrielle F. S. C. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas na modernidade e biblioteconomia protocientífica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 546-560, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639460/8227>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição socioeconômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU, 2., 1981. Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35. Disponível: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3452>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2023: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals**. World Health Organization, Geneva, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240074323>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ZANINELLI, T.; NOGUEIRA, C. A.; HORIMI, D. Inovação em Serviços de Informação no contexto da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL): uma análise do ponto de vista dos nativos digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 228–246, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1197>. Acesso em: 10 jun. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Estudo acerca dos Protocolos de Biossegurança das Universidades Federais brasileiras

Prezado(a) Bibliotecário(a),

Diretor(a) do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal

Sou discente do PPGCI/UFBA e estou realizando, sob a orientação da Professora Dra. **Nídia Maria Lienert Lubisco** e coorientação do professor Dr. **Vinícios Souza de Menezes**, uma pesquisa cujo objetivo é situar como as Bibliotecas Universitárias das universidades federais brasileiras foram representadas nos Protocolos de Biosseguranças para o retorno seguro de suas atividades presenciais no contexto da pandemia de Covid-19.

Desta forma, preciso da sua colaboração, por gentileza, participando e respondendo a este questionário. Suas respostas são imprescindíveis para a efetivação desta pesquisa.

Ressalto que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Obrigado por sua colaboração!

Saudações universitárias,

Antonio José Menezes de Castro Neves

Bibliotecário e Documentalista - CRB-5/1821

Mestrando em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFBA

INSTRUÇÃO:

a) O presente instrumento é composto por **cinco** questões fechadas de múltipla escolha, nas quais o respondente deverá marcar apenas uma opção.

b) O respondente que desejar receber uma cópia deste estudo (dissertação), quando finalizado, pode solicitar enviando um e-mail para **acneves03@gmail.com**.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1. Você sabia que o MEC criou o **Protocolo de Biossegurança**, pela **Portaria nº 572 de 1º de julho de 2020**, como modelo para criação de protocolos de biossegurança, visando ao retorno seguro das atividades presenciais nas instituições federais de ensino?

Sim

Não

2. Durante o período de **isolamento social** como a biblioteca atuou?

Paralisou todos os serviços

Manteve o teletrabalho e/ou algumas atividades remotas

Manteve atividade híbrida: presencial e remota

3. A Biblioteca **seguiu algum protocolo de biossegurança** para o retorno seguro das atividades presenciais?

Protocolo próprio criado pela biblioteca

Protocolo de biossegurança oficial da universidade

Não seguiu nenhum protocolo de biossegurança

4. Caso a sua Universidade tenha elaborado um protocolo de biossegurança, a biblioteca fez parte da **Comissão** ou **Grupo de Trabalho** que o criou?

Sim

Não

Não se aplica

5. Caso a sua Universidade tenha elaborado um protocolo de biossegurança, você ficou satisfeito(a) **como a biblioteca foi representada** no protocolo de biossegurança de sua universidade?

Sim

Não

Não se aplica

APÊNDICE C – PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS NOS PROTOCOLOS DE BIOSSEGURANÇA DAS BU ESTUDADAS

- UFAL**
- Na biblioteca, manter o distanciamento das pessoas de 1,5 metros indicado por sinalização;
 - Higienização de livros antes de que estes sejam entregues a outros usuários e promover divulgação do acervo virtual;
 - Implementação de sinalização de piso, como marcação do distanciamento entre as pessoas;
 - Não permitir o uso de espaços coletivos, como por exemplo: salas de estudos em grupo e/ou laboratório de informática;
 - O acervo físico deverá ficar fechado a princípio, sendo o acesso somente liberado para os servidores da biblioteca, inibindo o fluxo de pessoas e evitando a propagação do vírus. Utilizar, preferencialmente, o acervo digital;
 - A quarentena deverá ser OBRIGATÓRIA para todos os documentos consultados, uma vez que documentos físicos poderão veicular o vírus. Ressalta-se que o prazo para quarentena é de no mínimo 14 dias e que não poderão ser utilizados sanitizantes nos volumes, evitando com isso a sua deterioração. Sugere-se que o material seja acondicionado em locais que permitam a circulação do ar e desinfecção com maior facilidade;
 - Reposição/Alocação do acervo e demais itens devolvidos em local separado dos demais, por um período superior a 5 dias, pelo menos;
 - Durante o período da pandemia, taxas e multas deverão ser eliminadas e/ou reduzidas;
 - Para empréstimos deverão ser utilizados os canais de comunicação disponibilizado pelas bibliotecas (software, redes sociais, aplicativos, entre outros.);
 - Materiais adquiridos deverão passar pelos mesmos protocolos que as demais obras no ato da devolução;
 - As bibliotecas deverão ofertar serviços online;

- Os espaços e equipamentos (móveis, dentre outros) deverão ser limpos e higienizados por profissionais capacitados, seguindo o cronograma de limpeza diária do setor.
- Retirada e devolução do material físico, oriundo de empréstimo, poderá ser:
 1. Através de agendamento com data e horário específico;
 2. Retirado no período em que a biblioteca estiver aberta ao atendimento presencial;

UFAC

- As atividades presenciais das Bibliotecas da Ufac (Biblioteca Central e Biblioteca Setorial de Cruzeiro do Sul), além da Biblioteca Escolar do Colégio de Aplicação, foram paralisadas desde o dia 17 de março de 2020;
- Não foram interrompidos os serviços de confecção de ficha catalográfica, geração de documento de Nada Consta, levantamentos bibliográficos e auxílio à comunidade acadêmica para tirar dúvidas sobre os serviços;
- Toda penalidade gerada por atraso referente à devolução de livros seria desconsiderada e não geraria multas;
- Com a paralisação das atividades administrativas e acadêmicas da universidade, toda e qualquer atividade presencial das bibliotecas foram suspensas e canceladas todas as devoluções de obras, sendo prorrogados todos os meses, devido à pandemia.

UFCA

- Considerar instruções Gerais de Biossegurança do item 4;
- Deve-se disponibilizar dispensadores com álcool em gel a 70% na entrada das bibliotecas;
- Deve-se colocar uma cobertura impermeável transparente sobre os teclados de computadores e limpá-la com frequência, fazendo uso de solução saneante;
- O empréstimo e a devolução de materiais bibliográficos devem, preferencialmente, ser agendados;
- Em caso de reabertura, recomenda-se a organização do fluxo de pessoas de forma a garantir o distanciamento pessoal adequado;

UFERSA

- Deve-se incentivar a assinatura de acervos digitais e de bibliotecas virtuais, de maneira a promover o acesso remoto à bibliografia necessária aos estudos.
- Uso de máscaras de proteção facial e protetor facial;
- Higienizar as mãos com água e sabão ou com álcool 70% em gel logo após o manuseio de livros e sempre que necessário;
- Aferição de temperatura dos profissionais na entrada da Biblioteca ou na entrada do campus, antes do início das atividades;
- As portas deverão ser mantidas abertas para evitar o contato com maçanetas e puxadores;
- Manter os ambientes ventilados (janelas e portas abertas);
- Garantir o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m;
- Manter o cabelo preso e evitar usar acessórios pessoais como brincos, anéis e relógios;
- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritório, livros e afins;
- A desinfecção e limpeza das bibliotecas (edifícios, mobiliário, equipamentos e coleções de trabalho) devem ser realizadas, seguindo as recomendações das autoridades de saúde. Devem ser realizadas constantemente ao longo do dia;
- Deve-se garantir que todo o pessoal tenha informações e treinamentos atualizados sobre as medidas implementadas;
- Orientar os trabalhadores a adotarem a etiqueta respiratória:
 - a) Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo, flexionado ou lenço de papel;
 - b) Utilizar lenço descartável para higiene nasal (descartar imediatamente após o uso e realizar a higiene das mãos);
 - c) Realizar a higiene das mãos após tossir ou espirrar.
- É essencial colocar pôsteres na biblioteca e fazer cartazes informando sobre as medidas higiênicas e sanitárias que devem ser seguidas.
- Os empréstimos poderão ocorrer mediante agendamento e/ou atendimento presencial.

- a) Mediante agendamento: será estabelecido data e horário para a retirada do material na biblioteca.
- b) Atendimento presencial: para evitar aglomerações nas dependências das bibliotecas, haverá controle de entrada de usuários.
- Não será permitida a entrada de discentes e/ou docentes no acervo; a solicitação deverá ser feita nas cabines de atendimento e os livros serão entregues por um servidor.
- As devoluções serão exclusivamente em caixas ou locais adaptados para este fim;
- É recomendado um prazo de quarentena para o livro devolvido de no mínimo 7 dias sem manipulá-lo e sem fazer uso de nenhum produto que ponha em risco a integridade dos livros;
- Sugere-se o acondicionamento desse material em locais que permitam a circulação de ar e desinfecção com maior facilidade;
- Sugere-se avaliar a possibilidade de eliminar ou reduzir as taxas das multas ou outras penalidades neste período de pandemia.

UFES

- Assegurar o distanciamento de, no mínimo, 1,5 metro nas filas por meio de marcação de distância no chão;
- Disponibilizar álcool gel a 70% ou álcool glicerinado para os usuários em local sinalizado e indicar, com informações visíveis, sobre a higienização de mãos, bem como sabonete líquido e papel toalha, nos seus respectivos dispensadores, nos lavatórios de higienização das mãos;
- Manter a higienização mais frequente desses ambientes com reposição de sabão líquido e papel toalha sempre que necessário;
- Treinar/capacitar sobre uso, conservação e descarte correto dos EPIs, lavagem das mãos, uso de álcool 70%, cuidados previstos na etiqueta respiratória e demais medidas de precaução;
- Instalar proteção acrílica nos balcões de atendimento;
- Limitar o número de usuários simultâneos no balcão de atendimento;
- Usar protetores faciais (*face shields*) ou óculos de proteção.

UFG A reabertura dos espaços das bibliotecas ocorrerá de forma gradual, de acordo com o cronograma abaixo:

1ª Etapa: abertura das salas externas de estudo. Serviços de empréstimo e devolução realizados somente por agendamento conforme estabelecido pelo SIBI/UFG e disponibilizado em seu site (<https://www.bc.ufg.br>). Horário 08h às 18h.

2ª Etapa: Abertura dos espaços internos, com exceção dos Centros de Informática e apoio Didático (CIADs). Retorno dos serviços de empréstimo e devolução somente no formato presencial. Horário 07:15h às 19h.

3ª Etapa: Reabertura dos CIADs. Horário 07:15h às 22h.

- O quantitativo de assentos ofertados será reduzido em 50% da capacidade total, visando ao controle do distanciamento social;
- Os usuários e servidores deverão respeitar os critérios de distanciamento, de higienização e do uso correto de máscara;
- A copa dos servidores deverá ser utilizada preferencialmente de forma individual. Caso isso não seja possível, deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 1,0m (um metro);
- Os locais de atendimentos deverão dispor de barreiras de acrílico fixas, constantemente higienizadas;
- Separar uma estante para receber material devolvido pelo usuário;
- Reservar o material devolvido por pelo menos cinco (5) dias, antes que seja retornado ao acervo ou liberado para novo empréstimo;
- Suspender o uso de armários compartilhados na biblioteca;
- Proibir a utilização de bebedouro tipo jato, utilizar garrafinhas individuais;
- Priorizar sempre a ventilação natural;
- Manter o cabelo preso e evitar usar acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios;
- Não compartilhar objetos de uso pessoal;
- Limpeza periódica em locais com maior fluxo de pessoas;
- Limpeza intensiva dos banheiros (antes da abertura, após o fechamento e regularmente com utilização);

- UFGD**
- Manter o atendimento conforme o plano específico de cada Unidade;
 - Limitar a quantidade de usuários nas dependências das bibliotecas;
 - Priorizar a renovação de prazo e de devolução de materiais pela internet;
 - Realizar empréstimos sob agendamentos prévios;
 - Manter em quarentena os materiais devolvidos pelos usuários;
 - Higienizar com álcool 70% balcões e mesas de estudo.
- UFOB**
- Instalação de marcações no chão e fitas em frente aos locais de atendimento e autoempréstimo, respeitando o distanciamento mínimo de 1,0m;
 - Organização do espaço físico (mesas e cadeiras) para manutenção do distanciamento físico, de no mínimo de 1,0m, entre as pessoas;
 - Higienização das mãos antes e após a utilização de autoempréstimo;
 - Controle do acesso de maneira a não permitir além do quantitativo máximo de pessoas estabelecido, considerando o distanciamento físico recomendado;
 - Recomendação de quarentena após a devolução do material bibliográfico;
 - Disponibilização de lixeiras com pedal nos locais sinalizados para o descarte de EPI e outros materiais/resíduos potencialmente contaminados;
 - Disponibilização de álcool 70% nos pontos estratégicos;
 - Uso de máscara por todos que adentrarem as dependências da biblioteca;
 - Higienização das mesas, cadeiras, balcões de distribuição com saneantes com ação comprovada contra o novo coronavírus;
 - Após a utilização individual de equipamentos (como computadores, mesas e cadeiras), se possível, o usuário deve proceder à sua higienização com álcool 70% ou saneantes de ação comprovada contra o novo coronavírus. Para a realização desta ação, deve-se disponibilizar materiais próximos aos locais de utilização.

- UFOP** As bibliotecas setoriais da UFOP são espaços de alta circulação e de permanência de médio e longo prazo. Durante o processo de retomada gradual das atividades presenciais da Universidade, recomenda-se:
- Estabelecer limites de ocupação dos espaços com entrada controlada por senha e distanciamento social mínimo de 1,5 m;
 - Disponibilizar álcool gel na entrada e saída da biblioteca, de modo a evitar a aglomeração;
 - Garantir distância mínima de 1,5 m entre os assentos ou mesas de estudo, com marcação de locais onde é permitida a ocupação;
 - Reforçar os procedimentos de higiene em todos os ambientes da biblioteca;
 - Garantir que todos os servidores e usuários estejam utilizando máscara durante toda sua permanência no espaço;
 - Usar medida de proteção: barreira de contenção no balcão e/ou faixa delimitando distância física quando o servidor estiver em contato direto com o usuário;
 - Permitir acesso ao acervo somente aos servidores, isolando espaços com fitas indicativas;
 - Usuários e servidores devem higienizar as mãos antes e após o contato com materiais bibliográfico;
 - Ao receber devolução de material bibliográfico, mantê-lo em “quarentena” por 72h antes de disponibilizá-lo para novo empréstimo ou para consulta local;
 - Disponibilizar caixas, carrinhos de guarda ou estantes para recolher o material devolvido que ficará em quarentena;
 - Delimitar um espaço físico para o material em quarentena;
 - Realizar marcação no solo para organização de filas com distanciamento mínimo de 1,5 m;
 - Bloquear os guarda-volumes que, se utilizados simultaneamente, não permitam 1,5 m de distanciamento mínimo;
 - Ampliar os canais de comunicação para atendimento on-line;

- Afixar alertas de que os materiais emprestados não devem ser higienizados com nenhum produto químico, pois podem ser danificados permanentemente;
- Divulgar, por meio de produções impressas e digitais, a oferta de serviços on-line e conteúdos digitais.

UFPA Quando necessário, planejar o retorno às atividades presenciais considerando o perfil epidemiológico atual, indicado por bandeiras em cores:

- Bandeira vermelha: Acesso não autorizado;
- Bandeira laranja: Acesso não autorizado;
- Bandeira amarela: Acesso restrito com atendimento por agendamento somente para empréstimo e devolução de material didático. Permitido o estudo individual ou em grupo nas dependências das bibliotecas em até 20% da capacidade do ambiente;
- Bandeira verde: Acesso permitido. Discentes e servidores(as) devem obedecer às orientações de biossegurança. Considerar a lotação máxima de até 50% da capacidade do ambiente. Caso os servidores e discentes já tenham sido vacinados o retorno poderá ser de 100%;
- Bandeira azul: Acesso liberado, respeitando-se o protocolo de segurança elaborado pela equipe técnica adotados no período pós-pandêmico.

Para situações especiais não previstas nos protocolos a seguir, caberá à unidade acadêmica responsável pelas atividades definir e informar os cuidados necessários, de modo a garantir a segurança sanitária para todas as pessoas:

- Uso de protetor facial por servidores(as) que trabalham no atendimento contínuo ao público;
- Uso obrigatório de máscaras;
- Realizar a higienização dos espaços físicos da biblioteca diariamente;
- Desativar catracas de controle de acesso;
- Elaborar uma agenda de atendimento à comunidade, garantindo o distanciamento de 1,5m entre servidores(as) e usuários(as);

- Sinalizar com placa a capacidade máxima de usuárias(os) permitida;
- Assegurar distanciamento entre as mesas de estudos e cadeiras, com no mínimo 1,5m;
- Se as mesas não forem individuais, permitir apenas dois usuários por mesa, mesa, respeitando a distância de no mínimo 1,5m;
- Suspender as consultas, estudos, reuniões, treinamentos e outras atividades locais que possam aglomerar pessoas.

UFPB A seguir, serão listadas algumas orientações gerais para todas as pessoas que adentrarem as bibliotecas setoriais do CCAE.

- A distância mínima entre duas ou mais pessoas deve ser de 1,5 m;
- Solicitar instalações de barreiras de acrílico no balcão de atendimento ou aquisição de viseiras de proteção (máscaras do tipo *face shield*);
- Utilizar plástico PVC em equipamentos de uso coletivo, tais como teclado, mouses para facilitar a higienização;
- Separar os livros devolvidos em locais onde possam ficar o tempo estipulado para à inutilidade do vírus;
- Distribuir pelo ambiente borrifadores com cloro ou álcool 70% para desinfetar as mãos e na entrada para desinfetar sapatos antes de entrar no ambiente de trabalho;
- Redução de horas de trabalho presencial, revezamentos e/ou plantões;
- O uso de equipamentos de proteção individual (EPI'S) como: toucas, luvas, máscaras, óculos, jaleco é de suma importância, sendo indispensável o seu uso para proteção dos servidores;
- Termômetros corporais infravermelhos para medir a temperatura das pessoas na entrada da biblioteca;
- Após o uso os EPI's não devem ser reutilizados, mas descartados na lixeira;
- Permitir a presença de apenas dois servidores simultaneamente na sala de estudos, respeitando as medidas de distanciamento;
- A consulta de materiais da Biblioteca Setorial do CCAE, no ambiente desta, somente ocorrerá mediante o controle de entrada através do registro dos dados do usuário;

- Os materiais consultados na Biblioteca Setorial do CCAE deverão passar por um período de quarentena de 10 dias após o uso;
- A ventilação será natural, sendo, portanto, utilizado o ar-condicionado em casos excepcionais;
- Higienização do local será realizada no final de cada turno. A biblioteca fechará ao meio-dia para a desinfecção e será reaberta as 13 horas.

UFR

- Realizar a higienização das mãos com álcool à 70% antes de manusear os livros;
- Sinalizar os espaços considerando a metragem e a ocupação de pessoas;
- Inutilizar assentos em estações de estudo, alternadamente e através de aviso afixado no móvel;
- As mesas e estações de estudo devem ser higienizadas com álcool à 70% após cada uso;
- Priorizar o uso de fontes de informação no formato eletrônico, como e-books, periódicos eletrônicos e bibliotecas virtuais;
- Disponibilizar computadores na área da recepção exclusivos para o usuário realizar pesquisa no catálogo bibliográfico quando a consulta prévia não for realizada;
- Realizar a higienização das mãos antes e após o uso dos computadores para consulta do catálogo bibliográfico;
- Providenciar local para quarentena de livros recebidos antes de devolvê-los às estantes do acervo;
- Deixar em quarentena por no mínimo 7 dias todos os livros e materiais recebidos;
- Os servidores e colaboradores da biblioteca deverão manusear os materiais do acervo utilizando luvas descartáveis, especialmente, durante o recebimento;
- Após, retirar as luvas e higienizar as mãos;
- Suspender o recebimento de doações.

- URFPE** As bibliotecas do SIB-UFRPE são espaços de alta circulação e de permanência de médio e longo prazo. Durante o processo de retomada das atividades presenciais da Universidade, recomenda-se:
- Reordenar e sinalizar dos espaços, a fim de manter o distanciamento do(a)s servidore(a)s e do(a)s usuário(a)s nos setores administrativos e nas áreas de atendimento ao(a) usuário(a);
 - Organizar a rotina dos ambientes de maneira a possibilitar o acesso dos funcionários terceirizados para execução das atividades de limpeza e desinfecção;
 - As salas de estudo em grupo e de uso coletivo serão utilizadas apenas para estudo individual;
 - Recomenda-se consulta prévia, via internet, ao catálogo da biblioteca, assim como outros serviços e produtos. As dúvidas poderão ser retiradas por e-mails e telefone da biblioteca do usuário, diminuindo o tempo de circulação nas dependências da biblioteca;
 - O serviço de atualização de débito poderá ser realizado de forma remota, com envio do comprovante de pagamento por e-mail da biblioteca do(a) usuário(a);
 - O recebimento de doações ficará suspenso até a plena retomada das atividades presenciais;
 - Afixar alertas de que os materiais emprestados não devem ser higienizados com nenhum produto químico, pois podem ser danificados permanentemente;
 - Permanência da oferta dos serviços online: orientação a usuário(a)s, livros eletrônicos, BDTD, TCCs, Portal de Periódicos, Repositório Institucional, COMUT, fichas catalográficas.

UFRR Conforme o Plano de Retomada às atividades presenciais, será permitido somente, o fluxo de 20 usuários por dia no ambiente da Biblioteca. Desta forma, a permanência no ambiente será de: 10 usuários no período da manhã e 10 usuários no período da tarde.

- Acesso restrito ao acervo;

- Acesso limitado à área de estudo coletiva, sala de reunião e de informática;
- Manter o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 2m (dois metros);
- Empréstimos e Devoluções de materiais informacionais serão realizados através do e-mail biblioteca.murupu@ufr.br e presencial.

UFS

Esse documento vem propor novos procedimentos e rotinas administrativas com o objetivo de combater a disseminação da Covid-19 no âmbito das bibliotecas, quando do retorno das atividades presenciais, contribuindo com a saúde dos profissionais e da comunidade da UFS em geral.

- O uso de auditório e da Galeria de Arte Jordão de Oliveira está condicionado às recomendações das autoridades locais competentes, respeitando o fluxo de acesso de acordo com as fases de flexibilização;
- A plataforma elevatória de acessibilidade é de uso exclusivo das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com obrigatoriedade do uso de máscara;
- O espaço de estudo em grupo e individual será reorganizado e com novos procedimentos para uso como o acesso restrito, agendamento, um usuário por mesa, distanciamento social e observando o fluxo de acesso de acordo com as fases de flexibilização adotada pelas autoridades locais competentes. Recomenda-se que o local de estudo deve ser higienizado após o uso;
- A liberação do uso de espaço para o usuário está condicionada a realidade física espacial da biblioteca;
- Manter distância mínima de 1,5 metro entre as estações de trabalho da equipe da biblioteca e evitar o compartilhamento de materiais de escritório de uso pessoal como caneta, lápis, grampeador, entre outros;
- Pelas suas características os acervos das coleções especiais dos setores Documentação Sergipana, Obras Raras e Edições de Luxo, Documentação Oficial e Periódicos não possuem serviço de empréstimo. A consulta deve ser requisitada previamente, mediante envio de solicitação por e-mail da SIBIUFS;

- Recomenda-se consulta prévia, via internet, ao catálogo da biblioteca, assim como outros serviços e produtos. As dúvidas poderão ser retiradas por e-mails e telefone do SIBIUFS, diminuindo o tempo de circulação nas dependências da biblioteca;
- No âmbito específico da biblioteca, devido à maioria do acervo ser formado por livros e este constituído por diversos elementos químicos, é recomendada a quarentena do material manuseado pelo usuário com o objetivo de descontaminar sem a necessidade da higienização com uso de produtos.
- O SIBIUFS adotará o período de quarentena de 09 dias, por levar em consideração que muitos dos livros possuem em sua composição o plástico. Esse tempo pode ser alterado de acordo com os estudos científicos na área de preservação e conservação de acervo. Todos os materiais serão identificados com a data de entrada e saída da quarentena.
- O serviço de atualização de débito será realizado de forma remota com envio do comprovante de pagamento, nome e número de matrícula por e-mail do SIBIUFS;
- A emissão do documento nada consta será por autoatendimento. O usuário deve acessar o Meu PERGAMUM e fazer a emissão do documento;
- A sala de multimídia será reorganizada e com novos procedimentos para uso como o acesso restrito, agendamento, distanciamento social de 1,5 metro e observando o fluxo de acesso de acordo com as fases de flexibilização adotadas pelas autoridades locais competentes;
- Os serviços de transcrição e impressão em Braille devem ser requisitados por e-mail do SIBIUFS;
- Treinamentos em bases de dados e atendimento para dirimir dúvida de acesso e pesquisa serão realizados de forma remota;
- O atendimento para o serviço de devolução fora da data prevista será realizado por agendamento. Os materiais devolvidos ficarão no status quarentena no sistema PERGAMUM. Por ser um meio fácil de contaminação, o material informacional será depositado exclusivamente pelo usuário na caixa de devolução, após a leitura do código de barra no

posto de atendimento, evitando assim o contato do material com o balcão de atendimento;

- A solicitação da ficha catalográfica permanece de forma online. Para solicitar a ficha catalográfica, o usuário deverá enviar uma cópia da folha de rosto, do resumo e do sumário. Indicar se há ilustrações e a quantidade de páginas para o e-mail da sua biblioteca. O prazo para entrega da ficha é de até 5 dias úteis a partir da data de entrega do material. Serviço disponível para alunos de mestrado e doutorado.

UFSB

- É obrigatório o uso de máscaras de proteção durante todo o tempo de permanência na biblioteca;
- Deve-se disponibilizar dispenser de álcool gel 70% na entrada e no interior da biblioteca para adequada higienização das mãos;
- Recomenda-se que o atendimento presencial seja exclusivamente para os serviços de empréstimo e devolução de materiais. Não sendo permitida a permanência do usuário no interior da biblioteca após isso;
- Somente será permitida a permanência de uma pessoa por vez no balcão de atendimento. Os demais deverão aguardar no corredor externo em fila com distanciamento de no mínimo 1,5 m;
- Os livros devolvidos serão mantidos em quarentena, em local reservado e sem manuseio pelo período de seis dias. Após este período, será realizada a desinfecção das capas dos livros com álcool e papel toalha antes de guardá-los nas estantes;
- Os servidores responsáveis pelo atendimento presencial deverão estar equipados com máscara, luvas e *faceshield*, além de atentarem-se para o uso frequente do álcool em gel 70%. Após o encerramento de cada expediente, deverão descartar as luvas e a máscara em local apropriado;
- O espaço físico da biblioteca, onde o uso de ar-condicionado for imprescindível, deve ter sua ventilação mecânica combinada por exaustores. Os equipamentos de exaustão não deverão ser desligados durante a realização de atividades, mesmo que o ambiente esteja muito quente ou frio, ou que eventualmente produzam ruídos;

- Espaços que não possuam condições de ventilação com renovação do ar, seja pelas estratégias de ventilação natural ou mecânica, devem ter seu uso temporariamente suspenso;
- Devido a especificidade da biblioteca, a possibilidade da manutenção da abertura de janelas com a instalação de telas antifurto, deve ser discutida com cada gestor de biblioteca.

UFT A totalidade das regras de biossegurança individuais e coletivas devem ser observadas e cumpridas por todos.

- Garantir o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m (um metro e meio), os pisos deverão ser demarcados por meio de fitas adesivas apropriadas;
- Disponibilizar acesso à água e sabão líquido ou álcool 70% para todos que forem utilizar o ambiente;
- Os livros utilizados no local devem ser irradiados por UV pelo menos 15 minutos de cada lado antes de voltarem para a prateleira;
- Os exemplares oriundos de empréstimo por retirada devem ser submetidos ao tratamento com UV;
- As mesas, cadeiras e demais objetos de uso comum devem ser higienizadas com álcool 70% pelos usuários antes e após o uso;
- Devem ser proporcionados cartazes, filmes e outros meios de conscientização sobre a colaboração de todos para a manutenção de um ambiente seguro.

UNIFEI **Circulação do acervo e Devoluções**

As devoluções de material são os principais meios de contaminação. Desta forma, recomendam-se:

- Devoluções em caixas ou locais adaptados para este fim, evitando-se receber o material diretamente no balcão da Biblioteca;
- Em função da demanda, se necessário, deve-se inserir outras caixas de papelão extras na recepção da Biblioteca, com o objetivo de evitar o contato do funcionário com mais pessoas;

- Os materiais seguirão para a quarentena, conforme descrito na higienização do acervo;
- O acondicionamento deste material deve ser feito em superfície que permita a desinfecção com maior facilidade.

Novos empréstimos

A retirada do material emprestado poderá ser feita das seguintes formas:

- Preferencialmente, mediante agendamento, com data e horário pré-estabelecidos; ou
- No período em que a Biblioteca estiver aberta ao atendimento presencial.
- O acervo poderá ser reaberto conforme a evolução da situação pandêmica no país.

Higienização do acervo

A fim de manter o acervo higienizado e livre de contaminações, recomendam-se:

Método de higienização para os materiais devolvidos: quarentena;

- Tempo de duração: 5 a 14 dias;
- Seleção do local da quarentena: uma sala ou local isolado.

Procedimento de higienização:

O funcionário responsável pela atividade deverá:

- Proteger-se com os EPIs recomendados;
- Retirar os materiais da caixa de devolução e coletar os códigos de barras para realizar a devolução;
- Transportar os materiais com o carrinho até o local determinado para a quarentena;
- Devolver o material para as estantes, após cumprido o tempo de isolamento.

Para a higienização de materiais do acervo que não circulam com frequência, caso a Biblioteca possua equipe de higienização, sugere-se:

- Aumentar a quantidade de vezes e a qualidade da limpeza básica dos materiais e estantes, isto é, da retirada de pó;
- Optar pela retirada com aspirador de pó e não com a passagem de pano, especialmente na parte de cima de estantes e materiais, onde há maior acúmulo de pó e, por consequência, maior chance de acumular microrganismos.

Higienização dos espaços

Os produtos recomendados para a higienização do acervo são:

- Álcool em gel a 70%, disponível para higienização das mãos;
- Sabonete líquido neutro, disponível para os banheiros;
- Álcool líquido a 70%;
- Água sanitária;
- Detergentes;
- Desinfetantes.

Locais e itens a serem limpos

Os locais e itens a serem desinfetados são:

- Superfície em que o usuário teve contato direto ou indireto, tais como: mesas, balcões, teclados, mouses, cadeiras;
- Locais de toque de alta frequência: corrimões, maçanetas, interruptores de luz, botões de elevadores, telefones e portas;
- Banheiros e torneiras;
- Bebedouros.

Importante: a limpeza e a higienização do ambiente deverão ser feitas de acordo com a criticidade das áreas.

Ventilação dos ambientes

A fim de manter os ambientes livres de contaminação, recomenda-se:

- Circulação natural de ar, se possível com ventilação cruzada, considerando-se portas e janelas abertas, para a manutenção dos ambientes arejados.

Permanência nas bibliotecas

Para a retomada das atividades presenciais, recomendam-se:

- Garantir o retorno da equipe, sendo que os integrantes pertencentes aos grupos de risco devem se manter em seus postos de trabalho com tarefas internas, sem participar do atendimento ao usuário e do manuseio de materiais;
- Garantir a lotação máxima de usuários reduzida em, ao menos, 50% da capacidade;
- Tornar obrigatório uso de máscaras por funcionários e usuários;
- Disponibilizar aos usuários papel toalha e vidros de álcool, para que cada um faça a limpeza de teclados, mouses, mesas e outros itens antes de usá-los;
- Permitir apenas o uso individual de ambientes coletivos, como as salas separadas de estudo em grupo e as de videoconferências;
- Permitir o uso de bancadas de estudo individual apenas com distância mínima de 1,5 m entre usuários, desde que o local tenha ventilação adequada;
- Permitir o uso de bancadas com terminais de computadores para usuários apenas com distância mínima de 1,5 m entre um e outro terminal, sendo cada usuário responsável pela desinfecção da bancada antes e após o uso;
- Sinalizar todos os espaços quanto ao comportamento e higienização dos materiais nesse período;
- Manter o local sempre ventilado e distanciamento de 1,5 m de uma mesa a outra nos espaços maiores onde houver mesas e cadeiras;
- Permitir o uso de elevador apenas por pessoas com necessidades especiais ou uma por vez.

- UNIFESSPA** As bibliotecas da UNIFESSPA devem efetuar o empréstimo de livros e as distribuições de equipamentos de suporte de forma agendada e apenas para sua retirada; sendo vedada a utilização dos espaços para consulta ou permanência.
- UNILA** Às bibliotecas da UNILA, para a ampliação do retorno das atividades presenciais, aplicam-se as normas de biossegurança deste Plano de Retorno. Os materiais devolvidos deverão ser depositados nos armários UV para desinfecção, ou deixados em quarentena antes de retornar ao acervo, para diminuir as possibilidades de contágio.
- UNILAB**
- Incentivar de forma prioritária o agendamento para empréstimo domiciliar através de plataforma digital institucional e orientar aos usuários consultar os livros através de catálogo on-line nos seus dispositivos de acesso à internet;
 - Monitorar do fluxo de entrada e saída de usuários para atendimento de empréstimo, devolução e renovação de materiais;
 - Quando existir filas para esses serviços, em específico, elas deverão possuir um distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio). Filas para empréstimos e renovação deverão ser distintas das de devolução de material;
 - Evitar aglomerações nos espaços das bibliotecas;
 - Aferir a temperatura corporal na entrada da biblioteca por meio de um termômetro digital infravermelho. As pessoas que apresentarem temperatura corporal igual ou superior a 37,8C serão orientados a procurar o serviço de saúde mais próximo, aguardando em local específico, o veículo institucional para o seu deslocamento;
 - Disponibilizar frascos com álcool em gel 70%;
 - Uso obrigatório de máscara pelos usuários nas dependências da biblioteca;
 - Calcular o quantitativo de pessoas por ambiente utilizando como parâmetro o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre as cadeiras e mesas utilizáveis, indicando na entrada da biblioteca a capacidade máxima de pessoas permitida naquele local;

- Na área de acervo, por ser um espaço de circulação contínua, sugere-se a utilização de uma pessoa por fileira de estantes ou que seja respeitado o distanciamento mínimo de 2 metros entre indivíduos, que poderá ser indicado por meio de comunicação visual;
- Instalar barreira física de material transparente (exemplo: acrílico) na recepção e nas mesas de estudos com proteção aos usuários em situações de contato direto, mitigando o contato entre atendente e usuário;
- Demarcar o uso de cadeiras e mesas, sinalizando-as como utilizáveis e/ou não utilizáveis, por meio de cartazes, fitas de sinalização, entre outros;
- Sinalizar no piso a indicação onde as pessoas devem ficar obedecendo o distanciamento social, quando as barreiras físicas não forem possíveis;
- Manter ambientes ventilados priorizando ventilação natural (janelas e portas abertas) de forma a aumentar a troca de ar nos ambientes de trabalho. Na impossibilidade, garantir que o sistema de climatização de ar não esteja reutilizando o ar e sim, que esteja programado para renovação de ar constantemente, atendendo aos Regulamentos Técnicos do MS, Anvisa e Planos de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;
- O uso dos guarda-volumes das bibliotecas deverá ser suspenso enquanto persistir a crise de saúde pública causada pelo novo coronavírus;
- Orientar aos usuários que ao sair e retornar para a biblioteca, devem sempre passar álcool gel nas mãos;
- Quaisquer livros devolvidos após a reabertura das bibliotecas estão sujeitos a uma quarentena de 72 horas. Os itens devem ser colocados em uma área separada, sendo colocados em caixas lacradas e marcadas com data e horário. Após a manipulação das caixas e dos livros, as mãos devem ser lavadas conforme as recomendações de higiene contidas neste plano;
- Após o período de 72 (setenta e duas) horas, usando Equipamentos de Proteção Individual, higienizar os livros, podendo assim retornar ao acervo ou disponibilizar para novo empréstimo;
- Para os colaboradores e servidores, utilizar obrigatoriamente os EPIs básicos (óculos, máscaras, luvas) e outros específicos de acordo com a atividade a ser desenvolvida;

- Na impossibilidade de implantação de barreira física de material transparente os colaboradores e servidores que trabalham diretamente nas recepções das bibliotecas deverão utilizar proteção facial ou óculos de segurança contra respingos;
- Manter rotina a limpeza das dependências da biblioteca. A higienização e desinfecção de superfícies de contato e objetos manuseados, como mesas, cadeiras, maçanetas e interruptores, deve ser realizada com solução de água e sabão e posteriormente com a fricção de álcool líquido 70% recomendados e regularizados pela Anvisa;
- As superfícies das mesas para leitura ou consulta devem ser higienizadas a cada nova utilização;
- Proibir o compartilhamento de objetos, como também a ingestão de alimentos nas dependências da biblioteca;
- Para as demais áreas de apoio da biblioteca, tais como espaços administrativos, copa etc., recomenda-se a consulta às orientações específicas, constantes neste plano;
- Os atendimentos a serviços de: orientação no uso de normas da ABNT, elaboração de fichas catalográficas; levantamentos bibliográficos; entrega de trabalhos acadêmicos para depósito no Repositório Institucional da UNILAB, administrado pelo SIBIUNI; orientação em pesquisa de bases de dados de livros e periódicos (incluindo, o Catálogo de periódicos da Capes), devem ser, sempre que possível, realizados de modo online (sob agendamento e através de e-mails) dispensando assim, a presença física do usuário nas instalações das bibliotecas;
- O uso dos computadores para pesquisa estará suspenso enquanto persistir a crise de saúde pública causada pelo novo coronavírus;
- O uso das salas de estudo individual e de grupo estará suspenso enquanto persistir a crise de saúde pública causada pelo novo coronavírus.

UNIVASF

As bibliotecas consistem em espaços complexos e de grande acesso ao público cujos ambientes de uso diversificado (ambientes administrativos, banheiros, mini auditórios, copas, entre outros) devem observar as

recomendações específicas, algumas das quais já pontuadas ao longo deste documento. Destacam-se outras recomendações:

- Quando a conformação da biblioteca permitir, deve ser utilizada mais de uma porta de acesso, separando entrada e saída;
- Nos espaços de atendimento (balcões para guarda-volumes, balcões de empréstimo e devolução de livros), deve haver demarcação das filas no pavimento;
- Nos espaços de atendimento, devem ser criadas barreiras físicas de acrílico ou vidro, mitigando o contato entre atendente e usuário;
- Na área de mesas de estudo individuais ou compartilhadas, bem como nos terminais de consulta, deve-se observar o distanciamento de 2m entre indivíduos (ou o mínimo admissível de 1,50m), evitando-se a posição “de frente para o outro” para determinar os espaços que possam ser ocupados. Estes espaços devem ser sinalizados, podendo ser utilizados como recursos textos explicativos, fitas, adesivos, entre outros. Em caso de layouts mais restritos, sugere-se a implementação de divisórias de meia altura como barreira física;
- As superfícies das mesas para leitura ou consulta devem ser higienizadas a cada nova utilização;
- Na área de acervo, por ser um espaço de circulação contínua, sugere-se a utilização de uma pessoa por fileira de estantes ou que seja respeitado o distanciamento mínimo de 2m entre indivíduos, que poderá ser indicado por meio de comunicação visual.

UTFPR

- Os usuários devem dar preferência ao uso da Biblioteca digital, sempre que possível;
- Nos casos de acesso presencial, a equipe da Biblioteca deverá adotar medidas de distanciamento, seguindo a Matriz de Riscos;
- Nos casos de acesso presencial, os usuários devem respeitar o limite de capacidade máxima de pessoas e garantir o distanciamento mínimo de 1,0 metro;

- A utilização dos ambientes visando à permanência para estudo poderá ser controlada pelo agendamento prévio com o(a) bibliotecário(a) responsável.